HERTA MÜLLER

PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA 2009

O REI FAZ VÉNIA E MATA

Texto

HISTÓRIA

Ficha Técnica

Título: *O Rei Faz Vénia e Mata*
Título original: *Der König verneigt sich und tötet*
Autora: Herta Müller
Design de capa: Agência Croquidesign
Tradução: Helena Topa
Revisão: Texto Editores
ISBN: 9789724743523
Texto Editores, Lda.
(Uma Editora do grupo Leya)
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
Tel. (+351) 21 427 22 00
Fax. (+351) 21 427 22 01
© 2003, Herta Müller
e Texto Editores
Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor
www.texto.leya.com
www.leya.pt

Cada língua tem olhos diferentes

Na língua da aldeia – assim achava eu quando era criança – as palavras estavam, para toda a gente à minha volta, pousadas em cima das coisas. As coisas chamavam-se exactamente como eram, e eram exactamente como se chamavam. Um acordo selado para sempre. Para a maior parte das pessoas não havia aberturas através das quais tivéssemos de olhar entre palavra e coisa e fitar o nada, como se escorregássemos para fora da pele em direcção ao vazio. Os gestos manuais do dia-a-dia eram instintivos, trabalho bem ensaiado sem palavras; a cabeça não seguia o caminho dos gestos nem tinha os seus caminhos próprios, divergentes. A cabeça servia para carregar os olhos e os ouvidos, que eram necessários ao trabalho. Havia um dizer que se podia aplicar ao dia-a-dia de toda a gente: «Aquele tem a cabeça em cima dos ombros para não lhe chover no pescoço.» Ou será que não? Porque é que a minha avó aconselhava a minha mãe, no Inverno, quando não havia nada para fazer lá fora e quando o meu pai passava dias a fio constantemente a cair de bêbado: «Se achas que não aguentas, arruma o armário.» Calar a cabeça, arrumando a roupa de um lado para o outro. A minha mãe que voltasse a dobrar, a empilhar e a pendurar, umas ao lado das outras, as blusas dela e as camisas dele, as meias dela e as peúgas dele, as saias dela e as calças dele. Colocadas de novo umas ao lado das outras, as peças

de vestuário dos dois haviam de impedir que ele fugisse do casamento à custa da bebida.

As palavras só acompanhavam o trabalho quando várias pessoas faziam alguma coisa em conjunto e uma dependia dos gestos da outra. Mas mesmo assim nem sempre. Os trabalhos mais pesados, como carregar sacos, cavar, rachar lenha, ceifar com a gadanha, eram uma escola do silêncio. O corpo estava demasiado ocupado para desperdiçar energia com conversas. Podia haver vinte, trinta pessoas em silêncio horas a fio. Às vezes pensava, enquanto presenciava, estou a ver como é quando as pessoas desaprendem a fala. Quando saírem desta labuta, terão esquecido todas as palavras.

Aquilo que se faz não precisa de ser repetido por palavras. As palavras atrasam os gestos, atrapalham literalmente os movimentos do corpo – eu sabia que era assim. Mas a não coincidência entre o fora, junto das mãos, e o dentro da cabeça, e saber que: agora vais pensar uma coisa que não te compete e de que ninguém te julga capaz, isso era outra coisa. Só aparecia quando vinha o medo. Eu não era mais medrosa do que os outros, só tinha, tal como eles provavelmente, as muitas razões sem razão para ter medo – razões construídas e pensadas na cabeça. Mas este medo pensado não é só imaginado, está bem presente quando temos de nos debater com ele, porque é tão verdadeiro como o medo que vem de fora. Também poderíamos chamar-lhe medo sem cabeça, justamente por ser construído na cabeça. Sem cabeça por não conhecer causa concreta ou remédio. Emil M. Cioran dizia que os momentos de medo sem razão eram os mais próximos da existência. A procura súbita de sentido, a febre nervosa, os calafrios da alma quando surge a pergunta: o que vale a minha vida? Esta pergunta tornava-

-se dominadora nas coisas habituais, piscava por entre os momentos completamente «normais». Eu não passava fome nem andava descalça, à noite adormecia em lençóis lavados, acabados de passar. Antes de se apagar a luz, ainda me cantavam a ladainha: «Antes de me deitar e adormecer, / a ti, meu Deus, o meu coração vou erguer.» Mas depois o fogão de azulejos ao lado da cama transformava-se num depósito de água, o que ficava à entrada da aldeia, coberto de trepadeiras. Na altura ainda não conhecia o belo poema de Helga M. Novak, «A trepadeira à volta do depósito de água muda toda de cor, quando murcha como o lábio inferior dos soldados».

A oração, que deveria acalmar-me e pôr-me logo a dormir, tinha o efeito contrário, punha-me a cabeça em rebuliço. Por essa razão é que tempos depois, e ainda hoje, nunca consegui perceber como é que a fé podia acalmar o medo das pessoas, como era capaz de dar algum equilíbrio às outras pessoas e como era indicada para calar os pensamentos dentro da cabeça. Porque todas as orações tantas vezes papagueadas tornavam-se um paradigma. Pediam uma interpretação do meu próprio estado. O lugar dos pés é no chão, um pouco mais acima estão a barriga, as costelas, a cabeça. Em cima de tudo está o cabelo. E como é que se ergue o coração a Deus através do cabelo e passando por um tecto sólido? Porque é que uma avó me canta estas palavras se ela própria não consegue fazer o que me pode pedir?

As trepadeiras chamam-se em dialecto «vinhas tintas», porque os bagos negros pintam as mãos com manchas que se entranham na pele durante muitos dias. O depósito de água junto à cama, com vinhas tintas negras, é assim que deve ser o sono profundo. Eu sabia que adormecer significava deixar-se afogar na tinta. Mas sabia também:

quem não consegue dormir tem má consciência, carrega um fardo nada bom na cabeça. Portanto, era isso que eu tinha, só não sabia porquê. A noite da aldeia lá fora também estava cheia de tinta. A torre controlava a localidade, roubava o chão e o céu, e as pessoas da aldeia mergulhada na tinta só tinham aquele minúsculo lugar seguro onde estavam de momento. De todos os lados ouvia-se o coaxar das rãs, o frenesim dos grilos, indicando o caminho debaixo da terra. E encerravam a aldeia no eco de um caixote, de onde ninguém escapava. Levavam-me, como todas as crianças, a ver os mortos. Estavam amortalhados nas suas casas, no quarto mais bonito. Íamos fazer-lhes uma visita antes de irem para o cemitério. Os caixões estavam abertos, os pés, enfiados em sapatos com as solas levantadas, ficavam virados para a porta. Passávamos pelos pés, entrando pela porta, e dávamos uma volta ao caixão para olhar para o morto. As rãs e os grilos eram os empregados deles. De noite diziam aos vivos umas coisas transparentes para baralhar a cabeça. Eu sustinha a respiração o máximo que podia para perceber o que eles diziam. Mas depois agarrava o ar, em pânico. Queria perceber, mas não queria perder a cabeça irreversivelmente. Quem perceber a transparência uma vez, é agarrado pelos pés, desaparece da terra, pensava eu. Esta sensação de estar entregue à bicharada do lugar, naquela aldeia encaixotada, assaltava-me da mesma forma em dias de calor intenso, no vale do rio, onde tinha de tomar conta de vacas. Relógio não tinha, o meu relógio era a linha de comboio para a cidade. Passavam no vale quatro comboios por dia, só depois do quarto é que podia regressar a casa. Pelas oito da noite. Era quando o céu começava a comer erva e roubava o vale lá para cima, para junto dele.

Eu tentava despachar-me dali para fora, antes que aquilo acontecesse. Naqueles dias compridos, passados num vale descaradamente verde, perguntava-me vezes sem conta o que valia a minha vida. Beliscava-me até ficar com manchas vermelhas na pele para tentar entender de que material aquelas pernas e braços seriam e quando é que Deus quereria reclamar de mim aquele seu material. Eu comia folhas e flores para se aparentarem à minha língua. Queria que fôssemos semelhantes, porque elas sabiam como se vive, e eu não. O nome «cardo de leite» havia de ser realmente a planta cheia de picos e com leite no caule. Mas o nome não condizia com a planta, ela não dava pelo nome. Então tentei nomes inventados: «costela de picos», «pescoço de agulhas», nos quais não havia nem «cardo» nem «leite». Perante a planta verdadeira, a fraude de todos aqueles nomes falsos abria uma brecha para o vazio. A vergonha de falar em voz alta comigo mesma e não com a planta. As janelas dos quatro comboios que passavam iam abertas, os viajantes iam sentados lá dentro de mangas curtas, eu acenava. Ia o mais perto possível até à linha para ver qualquer coisa das caras. Eram os da cidade, impecáveis, que iam no comboio, algumas senhoras tinham jóias e unhas vermelhas a cintilar. Depois de o comboio passar, o vestido esvoaçante voltava a colar-se ao corpo, a minha cabeça ficava enevoada da deslocação do vento que de repente se interrompia, os olhos ficavam na minha cara como depois da queda de um carrossel, e doíam. Os globos oculares, como que deslocados da testa, ficavam um pouco grandes de mais para as órbitas, arrefecidos pela circulação do ar. A minha respiração ficava fraca, a pele dos braços e das pernas imunda, arranhada, as unhas verdes e castanhas. Depois de cada comboio, sentia-me abandonada, tinha nojo de mim e olhava-me com mais

atenção ainda. Então o céu sobre o vale tornava-se um grande lixo azul e o prado um grande lixo verde, e eu era um lixo pequeno que ficava lá no meio e não contava para nada. A palavra «só» não existe no dialecto, só a palavra «sozinho». E esta queria dizer «sozinhinho», que soa como «poucochinho» – e era mesmo assim.

E também era assim no meio do milheiral. Maçarocas com cabelos de velha, podia-se fazer tranças com eles, dentes amarelos partidos – os grãos de milho. O corpo sussurrava, era tão pouco como o vento vazio na poeira. A garganta seca da sede por dentro, lá em cima um sol estranho, como uma bandeja de pessoas distintas, quando levam um copo de água a um convidado. Até hoje, os grandes milheirais deixam-me triste, sempre que passo por milheirais de comboio ou de carro fecho os olhos e fico logo tomada pelo medo de que os milheirais caminhem, verticais, por todo o mundo.

Eu odiava o campo obstinado, que comia plantas bravias e animais selvagens para alimentar plantas e animais de criação. Cada campo era uma galeria de curiosidades de todos os géneros de morte, um viçoso banquete fúnebre a perder de vista. Cada paisagem exercitava a morte. As flores imitavam os pescoços, narizes, olhos, lábios, línguas, dedos, umbigos, e os mamilos das pessoas, não davam tréguas, tomavam de empréstimo partes do corpo, amarelo cera, branco como a cal, vermelho cor de sangue ou azul cor de pisadura, e desperdiçavam, em parelha com o verde, aquilo que não lhes pertencia. Passavam aquelas cores pela pele dos mortos como lhes dava na gana. Os vivos eram tão burros que andavam atrás delas, e elas floriam junto dos mortos porque a carne se despedia. Eu conhecia, das visitas aos mortos, as unhas azuis, a cartilagem amarela de lóbulos esverdeados, onde as plantas já tinham cravado os

dentes, começando o trabalho da decomposição, no meio do quarto mais bonito da casa; não esperavam pelo túmulo. Eu pensava, nas ruas daquela aldeia, entre as casas, fontes e árvores: isto aqui são as franjas do mundo, devíamos viver no tapete, que é de asfalto, e só na cidade. Não queria ser apanhada por aquela florescente galeria de curiosidades que desperdiçava todas as cores. Não queria pôr o meu corpo à disposição daquela canícula voraz, disfarçada de flores. O que eu queria era fugir das franjas para o tapete, onde o asfalto debaixo das solas é tão espesso que a morte não consegue subir da terra e insinuar-se pelos tornozelos. Queria viajar de comboio, com as unhas pintadas de vermelho como uma senhora da cidade, caminhar no asfalto com sapatos delicados como cabeças de lagarto, ouvir o toc-toc seco dos passos, tal qual tinha ouvido em duas idas ao médico na cidade. Não me podia adaptar à cadeia alimentar das plantas, ao reflexo do verde das folhas na pele, apesar de conhecer só a agricultura. Eu estava sempre a ver que os campos só me alimentavam porque me queriam comer mais tarde. Para mim, continuou a ser um mistério como era possível confiar a própria vida a um meio que nos mostra a par e passo que somos candidatos à galeria de curiosidades da morte.

Para mim era um fracasso não estar convencida daquilo que fazia e não confiar a ninguém aquilo que me passava pela cabeça. Tinha de escancarar o olhar de tal forma que não podia ser
preenchido com nada de humanamente possível. Eu provocava o aparecimento do efémero nu e cru, não era capaz de encontrar a medida do suportável, de me adaptar ao habitual.

É um desnudamento quando escorregamos da pele para fora, para o vazio. Eu queria aproximar-me daquele meio e

desgastei-me nele, deixei-me assim partir aos bocados por ele, de tal forma que já não conseguia juntar as peças. Era como um incesto, parece-me hoje. Ansiava por um «contacto normal» mas isolava-me dele porque eu não deixava permanecer nada como era. Precisava urgentemente de manter a quietude interior, mas não percebia como se conseguia. Creio que exteriormente não se notava nada. Falar sobre isso nem sequer me ocorria. Aquela correria desatada dentro da cabeça tinha de ser escondida. Além do mais, o dialecto não tinha palavras a não ser estes dois adjectivos: «preguiçoso» para a parte física da questão e «pensativo» para a parte psíquica. Eu própria também não tinha palavras para aquilo. E não tenho até hoje. Não é verdade que haja palavras para tudo. Também não é verdade que pensemos sempre por palavras. Há muita coisa que até hoje não penso por palavras, não as encontrei, nem no alemão da aldeia, nem no alemão da cidade, nem em romeno, nem no alemão de Leste ou de Oeste. E em livro nenhum. As zonas interiores não coincidem com a linguagem, arrastam-nos para lugares onde as palavras não podem estar. Muitas vezes são as coisas mais decisivas, de que nada mais se pode dizer, e o impulso de falar sobre elas corre bem, porque lhes passa ao lado. A crença de que falar é benéfico para solucionar confusões só a conheço no Ocidente. Falar não põe em ordem nem a vida no milheiral nem a vida no asfalto. Também a crença de que não se tolera o que não faz sentido só a conheço do Ocidente.

De que é capaz o falar? Quando a maior parte da vida não bate certo, as palavras desmoronam-se. Vi desmoronarem-se as palavras que eu tinha. E tinha a certeza de que também se desmoronariam as palavras que eu não tinha, se as tivesse. As que não existiam ficariam como as que

existiam, que se desmoronavam. Nunca sabia de quantas palavras precisaríamos para dar cobro à correria desatada que se passava na cabeça. Uma correria desatada que se afasta logo das palavras inventadas para ela. Que palavras seriam capazes de agarrar os pensamentos, e com que rapidez teriam de estar à disposição e alternar com outras? E o que quer dizer agarrar? O pensamento fala consigo mesmo de modo completamente diferente do que as palavras falam com ele.

No entanto, ficava o desejo: «Conseguir dizê-lo.» Se não tivesse tido constantemente este desejo, não teria chegado ao ponto de experimentar nomes para o «cardo de leite», para o tratar pelo nome certo. Sem este desejo, não teria provocado a estranheza à minha volta como consequência de uma aproximação falhada.

Os objectos sempre foram importantes para mim. A sua aparência fazia parte da imagem das pessoas que os possuíam, tanto como das próprias pessoas. Eram sempre uma parte inseparável daquilo que uma pessoa era e como era. São a parte mais externa, descascada da pele das pessoas. E se viverem mais tempo do que os seus donos, a pessoa ausente migra por inteiro para dentro dos objectos que ficaram. Quando o meu pai morreu, o hospital entregou-me a prótese dentária e os óculos dele. Em casa, numa gaveta da cozinha, no meio dos talheres, estavam as suas chaves de parafusos mais pequenas. Enquanto era vivo, a minha mãe dizia dia sim, dia não, que as ferramentas não eram dali, para ele as arrumar. Quando morreu, ficaram ali durante anos. Nessa altura, ver ali as chaves de parafusos já não incomodava a minha mãe. Já que o dono não estava à mesa, pelo menos que as ferramentas ficassem ali ao pé dos talheres. Um acanhamento tomava-lhe conta das mãos, excepções

generosas infiltravam-se no seu sentido de ordem. Se ele pudesse voltar àquela mesa, pensava eu, deveria poder comer com as chaves de parafusos dele, em vez de faca e garfo. Mas os teimosos damasqueiros do quintal também floriam sem cerimónia. Muitas vezes distribuímos os sentimentos de forma estranha, para fora. Por uns poucos objectos que se prestam, sem razão para isso, a tornarem nítida a lembrança na cabeça. E fazemos alguns desvios. Assim, nem a prótese nem os óculos representavam a ausência do pai, mas sim as chaves de parafusos e os damasqueiros. Entrei com os olhos de maneira tão irracional pelas árvores adentro que os ramos ainda despidos e curtos ficavam parecidos com as chaves de parafusos, a ponto de se confundirem com elas quando eu ficava a olhar as árvores durante muito tempo. Aí tornava-me adulta; apesar disso, as coisas juntavam-se de maneira tão traiçoeira como antes.

Berlim não é um lugar de damasqueiros, faz muito frio para isso. Em Berlim, nunca senti falta de nenhum damasqueiro. Mas depois, sem procurar, encontrei um. Está muito perto da linha numa ponte do *S-Bahn*, não se consegue lá chegar, não pertence a ninguém, quando muito à cidade. Fica numa cavidade do cais, a copa dele é tão alta como a balaustrada da ponte, mas está tão distante dela que era preciso ser-se muito arrojado para apanhar damascos. Passo por ele dia sim, dia não. A árvore é para mim um pedaço de aldeia que fugiu e muito mais antiga do que a minha permanência na Alemanha. Era como se algumas árvores também tivessem ficado fartas da aldeia, como se tivessem escapado dos quintais sem ninguém dar por ela. Como se acontecesse a mesma coisa às árvores que fogem e às pessoas que fogem: abandonam o lugar perigoso mesmo a tempo, encontram um país mais

ou menos certo, mas neste deparam com o lugar errado para ficar e com falta de determinação para ir embora. O meu caminho até à loja passa pelo damasqueiro. É claro que a rua tem dois lados, e eu podia evitá-lo. Por causa do damasqueiro é impossível ir só à loja. Conforme o lado da rua que escolho, tenho de decidir se faço uma visita à árvore ou se é melhor evitá-la. Não é um alvoroço por aí além ter de decidir. Digo para comigo: deixa lá ver como é que ele está hoje. Ou: ele que me deixe hoje em paz. Não é o meu pai que me empurra para as visitas, não é a aldeia, não é o país – nenhuma espécie de saudade. A árvore não é nem um fardo nem um alívio. Está ali apenas, como travo que fica do tempo. O que me crepita na cabeça ao pé dela é meio açúcar, meio areia. A palavra «damascos» é lisonjeira, soa a «amados». E então, depois de todos aqueles encontros com os damascos, fiz uma colagem com o texto:

> gatos de garagem arrastam cinco, seis patas e sussurram
> pelas escadas como vagens de acácias
> enquanto comíamos os damascos tortos e os gatos da aldeia
> ficavam sentados nas cadeiras em volta, de narizes compridos,
> e como chávenas de vidro os olhos viravam
> e quando dormiam, os pêlos respiravam
> damascos estragam numa febre gelada, em doce ramagem
> tanto que ainda hoje cumprimento os gatos de garagem

Não espero que o texto esclareça definitivamente alguma coisa através dos damascos. Não pode nem negar nem autenticar aquilo que me perturba em relação aos damascos. É mais fácil serem os textos de outros autores a esclarecer-me alguma coisa do que os meus próprios textos. E quando o açúcar me parece meio areia, não tenho nenhuma frase minha que me venha em auxílio, quando muito uma de Alexandru Vona, com aquele choque poético

dito de forma lacónica: «Pensava no mistério das recordações aceleradas, que são muito abrangentes e ao mesmo tempo duram poucos segundos, mesmo quando representam a duração de um dia inteiro, ou mais até, de forma condensada [...]. Na realidade, a questão é simples: para onde vai o tempo se precisamos de tão pouco para reviver o que nos fica dele?»[1]

Os locais onde tive de criar estranheza diante de coisas, sem razão visível, voltam sempre. As coisas repetem-se e encontram-me. Alexandru Vona escreve: «Há uma presença opressora das coisas cuja finalidade desconheço.»[2] Os chapéus parecem estar à espreita, sem finalidade; e, sem o conhecimento dos donos, há segredos que se insinuam entre o cabelo e o forro de seda. Desconheço a maioria deles, mas sinto que existem de cada vez que alguém mexe no chapéu. Assim, «tirar o chapéu» ou «arejar o chapéu» tem pouco a ver com a demonstração de respeito e muito com «dar a cara», dado que se fica mais a descoberto quando se tira o chapéu. Quando se tira o chapéu, ele mostra o seu interior: aquele forro de seda branca. O chapéu pode ser qualquer resguardo de cabeça com forro branco. Uma vez, dois homens dos serviços secretos tiraram os bonés de pele ao mesmo tempo quando foram à fábrica para me atormentarem. Depois de tirarem os chapéus, os cabelos ficaram desgrenhados e eriçados no meio das cabeças. O cérebro tinha posto os cabelos de pé para abandonar a cabeça – eu vi-o, estava acocorado no forro de seda. Os dois homens dos serviços secretos comportaram-se de forma desprezível, arrogante – mas perante o forro de seda branca estavam lamentavelmente indefesos. Sentia-me intocável pelo brilho branco. Podia escapar-lhes, vinham-me pensamentos lúcidos, atrevidos, e

eles não se apercebiam do que me protegia. Lembrava-me de pequenos poemas que recitava na minha cabeça como se estivesse a lê-los no forro de seda. E os pescoços deles pareciam velhos, as faces gastas – tornou-se descaradamente claro, quando os dois senhores falavam da minha morte, que não iam conseguir fazer face à própria morte. Lá onde os meus poemazinhos estavam, na seda branca, estavam as cabeças deles amortalhadas.

Gosto de pessoas com chapéus, porque quando tiram o chapéu mostram o cérebro. E até hoje baixo os olhos no momento de tirar o chapéu. Não olhes para lá, senão vês de mais. Nunca poderia comprar um chapéu com forro branco, fico com as têmporas a latejar só de pensar que a cabeça não pode esconder nada do forro do chapéu, fica sem segredos diante de um chapéu.

Sou capaz de dizer tudo isto, mencionar o damasqueiro, a seda branca dos chapéus – mas explicar por palavras o que provocam na cabeça não sou capaz. As palavras são feitas à medida para falar, se calhar até são recortadas ao milímetro. Também só existem para falar, por mim existem também para escrever. Mas nem elas compreendem os ramos de chave de parafusos dos damasqueiros ou o chapéu do cérebro. Não têm capacidade para representar aquilo que se passa na cabeça.

Ler livros ou mesmo escrevê-los pelo próprio punho não ajuda. Quando tenho de explicar porque é que um livro é rigoroso para mim e outro superficial, só posso indicar a densidade das passagens que provocam a correria desatada na cabeça, os passos que me empurram de imediato os pensamentos para um lugar onde as palavras não podem permanecer. Quanto mais densas são estas passagens, mais rigoroso é o texto, quanto mais ralas, mais superficial. O critério de qualidade de um texto foi para

mim sempre este: acontece aquela muda correria desatada ou não? Toda a boa frase desagua na cabeça, no lugar onde aquilo que provoca fala consigo mesmo de outra forma que não com palavras. E quando digo que os livros me mudaram foi por esta razão. E não há diferença entre lírica e prosa, a este respeito, embora se afirme muitas vezes que sim. A prosa deve manter a mesma densidade, mesmo que, ao percorrer um caminho longo, tenha de consegui-lo de forma diferente. Bruno Ganz, que recita poesia com frequência, diz numa entrevista: «Sim, na lírica é possível que um verso abra um espaço imenso, que ultrapasse até o sentido produzido pelas palavras. De forma estranha, entrelaça-se com o verso seguinte, abrindo sempre espaços novos. Não é, portanto, como na prosa linear, à maneira de uma argumentação. Trabalha-se com transposições, com traços verticais e movimentos muito estranhos. Para mim, a lírica está num espaço grande, envolto em ar. Há sempre mais sentidos, mexe-se com mais coisas do que as palavras dizem no imediato.»[3] Bruno Ganz disse de forma certeira o que acontece quando um texto prende alguém a si. Só que se aplica a toda a literatura, à prosa também. Pode chegar da maneira mais sóbria. Em Hanna Krall, por exemplo: «Da Gestapo de Viena levaram-na para Auschwitz. Lá, ficou em quarentena; três meses depois, mais tempo não podia ficar, porque o marido estava à espera em Mauthausen; subiu a rampa até ao Dr. Mengele, disse ser enfermeira e pediu para acompanhar o transporte [...]. O Dr. Mengele, distinto, educado, fez um breve exame em cima da rampa. “Como distingue a hemorragia de uma artéria da de uma veia?”, perguntou ele. Ela sabia, afinal tinha aprendido enfermagem na secção de tifo do gueto. “Com que frequência, por minuto, respiram as pessoas?”, continuou

Mengele a perguntar. Ela não sabia e ficou assustada. “Com que frequência, por minuto, bate o coração?”, perguntou ele como um professor compreensivo que não gosta de chumbar as pessoas no exame. “Depende”, respondeu ela, “se a pessoa tem medo e se é muito ou pouco”. O Dr. Mengele deu uma gargalhada e ela reparou que ele tinha um espaço entre os dentes da frente. Diastema, lembrava-se da designação do curso de enfermagem. Aquele espaço chama-se diastema.»[4] Hanna Krall documenta, as frases que escreve são deixadas num tom de oralidade e são desfiadas numa precisão sem nervosismo, com um ouvido calmo e apurado. As frases falam e escutam ao mesmo tempo, e empurram-me ao ler, de uma forma literalmente insuportável, para junto de factos. Hanna Krall recusa-nos qualquer comentário, da concisão e do arranjo dos factos nasce um falar directo, sem tréguas, que começa a fazer eco na cabeça. As realidades documentadas pela autora parecem narrar-se a si mesmas. Mas é o brilhantismo de Hanna Krall que consegue deixar comentários de parte e mesmo assim imiscuir-se de forma invisível em todas as frases. Literarizar sucinto sem ficção, feito apenas de um ouvido apurado para as palavras, sequências, cortes. No livro de Hanna Krall, o que acontece é obrigado a regressar ao esconderijo do vivido. Outro exemplo é Alexandru Vona. Trabalha com ficção. Mas soa a documentário. As frases de Vona brilham por serem tão despidas. A sensação de estar em casa descreve-a assim: «...quando entro no quarto, à noite, às escuras, reconheço a cadeira porque sei que tem de estar ali àquela hora, (mas sei que) não a reconheceria num quarto estranho, igualmente envolto em escuridão – na verdade, não vejo ali nada.»[5] Ou: «Toda a cidade era igual ao perfil imóvel do vizinho na sala de concertos.»[6]

Ou: «Presto cada vez mais atenção à minha expressão facial do que à do meu interlocutor, e apesar disso pouco mais posso dizer sobre mim do que aquilo que é reflectido nos olhos do outro.»[7] Nas frases de Vona, a correria desatada é urdida pelo dizer lapidar, o constatado torna-se estranho a si próprio, amplia-se até ao paradigma, não sei como nem através de quê. Aquilo que a frase põe em marcha na cabeça não confiamos à nossa imagem exterior.

Mas um texto também pode ser metafórico, numa trama de imagens, como em António Lobo Antunes, e desaguar a partir dali na correria desatada: «Caprichos negros, raivosas melancolias, ânsias da cor das nuvens que se avolumam no mar, almofadas e almofadas sobrepostas, repletas de duplos queixos, de tafetá»[8], lê-se no seu romance *A Explicação dos Pássaros*.

Escrevendo de forma totalmente diferente, os três autores aqui citados conseguem provocar na minha cabeça a mesma coisa, prendem-me às suas frases e deixam-me perplexa, de tal modo que fico ao lado de mim e tenho de trabalhar a minha própria vida com aquelas frases. Uma boa frase em prosa é muitas vezes elogiada por ser poética. Talvez por ser bem feita e valer por si mesma, sozinha. Mas só é semelhante a uma frase boa na poesia, não a uma trivial. E numa e noutra só se assemelham duas frases boas. A frase: «Os pássaros quando morrem flutuam de barriga para o ar no vento» é evidente na prosa de Lobo Antunes. E só soa ao mesmo tempo a boa poesia por ser boa prosa.

Nos objectos e nas palavras de acção, não nas que existem para o pensar, já havia armadilhas que bastasse. Mas depois fugi das franjas do mundo, fui para o asfalto, onde estava o tapete. Tinha 15 anos e fui para a cidade,

encontrei coisas muito diferentes e aprendi romeno. A princípio era difícil, ficava a ouvir durante muito tempo, sentia-me sobrecarregada. É verdade que agora tinha sapatos à lagarto com o toc-toc, mas eu não estava ali por inteiro. Era como se de mim sobrassem só as pontas dos dedos dos pés para os sapatos de salto alto, quando andava pela cidade. Falava o menos possível. E depois, passado meio ano, surgiu tudo de repente, como se eu não tivesse de fazer nada, como se os passeios, os guichés, os eléctricos e todas as coisas das lojas tivessem aprendido aquela língua por mim.

Quando tudo à nossa volta fala apenas uma língua que não conhecemos, ficamos, com todos os daquele sítio, à escuta dessa língua. E se ficarmos bastante tempo, o tempo de que o sítio dispõe aprende a língua por nós. Foi assim que aconteceu comigo, a cabeça nem sabia como acontecia. Acho que subestimamos a escuta atenta das palavras. Mas a escuta prepara-se para a fala. Um dia, a boca começou a falar sozinha. E o romeno passou a ser como uma coisa minha. Em comparação com o alemão, contudo, as palavras faziam uns olhos de espanto quando eu tinha de compará-las sem querer com as minhas palavras alemãs. As suas complicações eram físicas, atrevidas e surpreendentemente bonitas.

No dialecto da aldeia diz-se: o vento corre. No alto alemão, que falávamos na escola, dizia-se: o vento sopra. E a mim parecia-me, com os meus sete anos, que ele sofria. E em romeno dizia-se: o vento bate, *vîntul bate*. O ruído do movimento ouvia-se de imediato quando se dizia bate, e aí o vento não sofria mas fazia sofrer outros. Tão diferente como o soprar do vento era o parar do vento. Em alemão é: o vento deitou-se – quer dizer ao comprido, na horizontal. Em romeno, porém, é: o vento estacou, *vîntul a stat*. Quer

dizer em altura, na vertical. O exemplo do vento é apenas uma das constantes transposições que ocorrem entre línguas face a uma e a mesma realidade. Quase todas as frases são perspectivas diferentes. O romeno via o mundo de maneira tão diferente como eram diferentes as suas palavras. E também eram entretecidas de forma diferente na teia da gramática.

Lírio, *crin*, é masculino em romeno. De certeza que A lírio[9] nos olha de forma diferente do que O lírio. Em alemão temos uma lírio-dama, em romeno um lírio-cavalheiro. Quando conhecemos as duas perspectivas, elas juntam-se na nossa cabeça. A visão feminina e masculina desaparecem, no lírio interpenetram-se uma mulher e um homem. O objecto realiza em si mesmo um pequeno espectáculo porque já não se reconhece muito bem. Em que é que se transforma um lírio em duas línguas que correm em simultâneo? Um nariz de mulher num rosto de homem, num palato esverdeado e comprido, numa luva ou num colarinho branco. Será que cheira a ir e vir ou a uma duração perene? O lírio fechado das duas línguas tornou-se, através do encontro de duas perspectivas do lírio, um acontecer sem fim. Um lírio de fundo duplo está sempre de cabeça inquieta e por isso está sempre a dizer coisas inesperadas acerca de si e do mundo. Nele vê-se mais do que no lírio monolingue.

De uma língua para a outra ocorrem transformações. A perspectiva da língua materna confronta-se com a visão diferente da língua estrangeira. A língua materna temo-la praticamente sem fazer nada. É um dote que surge sem darmos por ela. É avaliada por uma língua que chega mais tarde e de uma forma diferente. Nas únicas coisas evidentes, o acaso começa a piscar de repente através das

palavras. A língua materna deixa de ser doravante a única estação das coisas, a palavra da língua materna deixa de ser a medida de todas as coisas. Sim, é certo, aquilo que a língua materna é para cada um permanece inalterável. Em termos gerais, acreditamos na sua medida, mesmo quando é relativizada pelo modo de ver da língua que chegou depois. Sabemos que esta medida, ainda que fortuita, no entanto instintiva, é a coisa mais segura e necessária que temos. Está ao dispor da boca, gratuitamente, sem ter sido aprendida de forma consciente. A língua materna está ali imediata e incondicionalmente, como a própria pele. E é tão frágil como esta quando é desdenhada, desprezada ou até proibida por outros. Na Roménia, quem, como eu, ia do dialecto da aldeia para o romeno oficial da cidade, acompanhado do sofrível alto alemão da escola, via-se em apuros. Durante os dois primeiros anos na cidade, era-me mais fácil encontrar a rua certa no lugar desconhecido do que a palavra certa na língua oficial. O romeno era para mim como o dinheiro da mesada. Bastava um objecto numa loja atrair-me para descobrir logo a seguir que não tinha dinheiro suficiente para o pagar. Aquilo que eu queria dizer tinha de ser pago com as palavras correspondentes, e muitas não as conhecia, e as poucas que conhecia não me ocorriam a tempo. Mas hoje sei que este a par e passo, esta hesitação que me obrigava a ficar abaixo do nível do meu pensar, me deu tempo para admirar a transformação das coisas através da língua romena. Sei que tenho de falar de sorte por isso ter acontecido. Que olhar diferente sobre a andorinha no romeno, que se chama *rîndunica*, que se chama sinal de pureza! Quanto não tem esta palavra mais do que a alemã! O nome da ave diz também que as andorinhas se empoleiram nos fios, em fileiras negras, umas coladas às outras. Tinha visto isso todos os Verões,

quando ainda não conhecia a palavra romena. Espantava-me que fosse possível dar um nome tão bonito à andorinha.

Cada vez mais acontecia a língua romena ter as palavras mais físicas, mais condicentes com a minha sensibilidade, mais do que a minha língua materna. Não queria perder mais a espargata das transformações. Nem na fala nem na escrita. Nos meus livros, nunca escrevi uma frase em romeno. Mas é evidente que o romeno também escreve comigo porque se insinuou pela minha visão adentro.

Não dói a nenhuma língua materna quando os seus acasos se tornam visíveis no modo de ver de outras línguas. Pelo contrário, colocar a própria língua diante dos olhos de outra conduz a uma relação completamente autêntica, a um amor sem esforço. Nunca amei a minha língua materna por ela ser a melhor, mas sim por me ser a mais familiar.

A confiança instintiva na língua materna pode ser, infelizmente, frustrada. Depois do extermínio dos judeus durante o nacional-socialismo, Paul Celan teve de viver com a circunstância de a sua língua materna ser a língua dos assassinos da mãe. Mesmo nesta vereda fria, Celan não conseguiu livrar-se dela. Porque na primeira de todas as palavras que Celan disse quando aprendeu a falar, a língua já lá estava por inteiro. Era o falar que se enraizava na cabeça e aí tinha de continuar. Mesmo quando cheirava às chaminés dos campos de concentração, Celan teve de aceitar aquela língua como o movimento mais íntimo do falar, apesar de ter crescido no meio do ídiche, do romeno e do russo, e de o francês se ter tornado a sua língua do quotidiano. Com Georges-Arthur Goldschmidt as coisas passaram-se de forma completamente diferente. Após o extermínio dos judeus, recusou-se a usar a língua alemã e escreveu em francês durante décadas. Mas esquecer não esqueceu o alemão. E os seus últimos livros, escritos em

alemão, são tão virtuosísticos que a maioria dos livros escritos em alemão é baça em comparação com eles. Também se pode dizer que a língua materna foi roubada a Goldschmidt por longo tempo.

Muitos escritores alemães são embalados pela crença de que a língua materna, se fosse caso disso, lhes substituiria tudo. Apesar de ainda não terem chegado a esse ponto, dizem: língua é pátria. Os autores para quem a pátria está ao dispor sem questionamento, a quem nada acontece em casa que lhes ponha a vida em perigo, irritam-me com esta afirmação. Quem, como alemão, diz língua é pátria, tem a obrigação de estabelecer contacto com aqueles que a cunharam. E quem a cunhou foram os emigrantes, que tinham escapado aos assassinos a mando de Hitler. Atribuída a eles, a afirmação língua é pátria encolhe ao ponto de se tornar um autoconvencimento oco. Significa apenas: «Ainda existo.» língua é pátria era para os emigrantes, em terras de estranheza e desespero, a persistência colocada na própria boca. As pessoas cuja pátria as deixa partir e voltar à vontade não deviam gastar esta frase. Têm chão firme debaixo dos pés. Saída da boca delas, a frase encobre todas as perdas dos refugiados. Sugere que os emigrantes podem abstrair-se da destruição da existência, da solidão e da identidade para sempre fracturada porque a língua materna dentro das cabeças é capaz de fazer frente a tudo, como pátria portátil que é. Levar a língua consigo não seria uma possibilidade, mas sim uma obrigação. E só quando morressem é que ela não estaria presente – mas o que é que isso tem que ver com pátria!

Não gosto da palavra «pátria», na Roménia foi apropriada por dois tipos de donos da pátria. Uns eram os senhores da polca, suábios, e especialistas da virtude nas aldeias, os

outros eram os funcionários e os lacaios da ditadura. Aldeia-pátria enquanto culto da germanidade e Estado-pátria enquanto obediência acrítica e pavor cego da repressão. Ambos os conceitos de pátria eram provincianos, xenófobos e arrogantes. Pressentiam traição em todo o lado. Ambos precisavam de inimigos, julgavam com ódio, de forma generalizada e imutável. Ambos se sentiam demasiado superiores para voltar atrás numa sentença errada. Ambos se serviam da corja. As pessoas da aldeia cuspiam-me na cara depois do meu primeiro livro, quando me viam nas ruas da cidade – já não me atrevia a ir à aldeia. E na aldeia, o barbeiro comunicou ao meu avô, um homem de quase 90 anos na altura, que era cliente semanal dele havia décadas, que a partir daquele dia não lhe fazia mais a barba. E os camponeses da cooperativa de produção agrícola já não queriam ir no mesmo tractor ou na carroça com a minha mãe, castigavam-na nos infinitos milheirais, deixavam-na sozinha por ela ter aquela filha maldita. Por motivos diferentes, foi empurrada para a mesma solidão que eu em criança.

E veio visitar-me à cidade, tentava não fazer acusações, no meio do choro, mas fazia-as ao dizer: «Deixa a aldeia em paz, não podes escrever sobre outras coisas? Eu é que tenho de lá viver, não és tu.» E os senhores do Estado arrastaram-me para um interrogatório, na cidade, e deram ordem à polícia da aldeia para trancar a minha mãe durante um dia inteiro na esquadra. Não me deixei influenciar pela minha família no que diz respeito ao que escrevia ou dizia publicamente. Não lhes dizia o que fazia e eles não faziam perguntas. Queria deixá-los de fora dos riscos que corria, cujo sentido eles não percebiam de qualquer modo. Mas foram enredados, pelas corjas da aldeia e do Estado, numa responsabilidade que não tinham.

E eu sentia-me culpada e não podia mudar nada, não podia retirar uma única palavra nem perante eles nem perante o Estado. Seria aquele lugar a pátria só porque eu conhecia a língua daquelas duas facções patrióticas? Era justamente por conhecê-la que as coisas tinham chegado a um ponto em que nunca mais quereríamos ou poderíamos falar a mesma língua. Os nossos conteúdos eram, mesmo na frase mais pequena, irreconciliáveis.

Há uma frase de Jorge Semprun que me serve de guia. Está no seu livro *O Adeus de Federico Sánchez* e é o resumo do prisioneiro de um campo de concentração e do emigrante a viver em terras estranhas durante a ditadura de Franco. Diz Semprun: «Não é a língua que é a pátria, mas sim aquilo que dizemos.»[10] Ele conhece bem o acordo interno mínimo com os conteúdos ditos que é necessário para haver pertença. Como é que o espanhol da Espanha de Franco poderia ser pátria para ele? Os conteúdos da língua materna viravam-se contra a sua vida. A compreensão lúcida de Semprun, de que a pátria é aquilo que se diz, pensa em vez de lisonjear a pátria no ponto mais miserável da existência. E quantos iranianos ainda hoje são enfiados na cadeia por uma única frase em persa. E quantos chineses, cubanos, norte-coreanos, iraquianos não podem estar em casa, um momento que seja, com a sua língua materna. Acaso Sakarov, encarcerado em prisão domiciliária, podia sentir o seu russo como pátria?

Quando na vida já nada bate certo, as palavras desmoronam-se também. Pois todas as ditaduras, de direita ou de esquerda, ateias ou confessionais, põem a língua ao seu serviço. No meu primeiro livro, acerca de uma infância numa aldeia suábia do Banat, a editora romena censurou, entre muitas outras coisas, a palavra mala. Tinha-se

tornado uma palavra provocatória, porque a emigração da minoria alemã passara a ser tabu. Este apoderar-se das palavras venda-lhes os olhos e procura apagar o entendimento da língua imanente às palavras. A língua prescrita torna-se tão hostil como o próprio degredo. Não se pode falar de pátria.

Em romeno, o palato chama-se céu da boca, *cerul gurii*. Em romeno não soa patético. No romeno, podemos estar sempre a dar voltas novas e inesperadas para insultar em longas imprecações. O alemão é, deste ponto de vista, literalmente rígido. Pensei muitas vezes que onde o palato é um céu da boca há muito espaço, os insultos tornam-se tiradas imprevisíveis, maliciosamente poéticas do azedume. Um insulto bem-sucedido em romeno é meia revolução no palato, dizia eu na altura a amigos romenos. Por isso é que as pessoas não abrem boca nesta ditadura, as imprecações estragam-lhes a fúria.

Mesmo já quando falava romeno havia muito tempo, fluentemente e sem erros, continuava, com assombro, à escuta das imagens arrojadas desta língua. As palavras apresentavam-se discretas, no entanto escondiam atitudes políticas de forma certeira. Eram histórias contadas com algumas palavras, sem ser preciso dizê-las. O país estava, como é próprio da pobreza em todo o lado, infestado de baratas. E as baratas chamavam-se russos, as lâmpadas incandescentes claras, sem abajur, lustres russos e as sementes de girassol pastilhas elásticas russas. As pessoas comuns posicionavam-se diariamente contra o Grande Irmão através de jogos de palavras astutos e desdenhosos. As relações de sentido permaneciam encobertas e tinham um efeito tanto mais sarcástico. Quando nas lojas já só havia pé de porco fumado com unha, em vez de carne, davam-lhe o nome de sapatos de ginástica. Não era

possível impedir este tipo de manifestação altamente política. A pobreza era o estofo da vida quotidiana. Quando fazíamos pouco de coisas pobres também fazíamos troça de nós próprios. Mas os desejos também estavam bem marcados naquela troça, e por essa razão é que era tão carismática. Com excepções: num liceu industrial, onde dei aulas durante algum tempo, havia um professor que, quando chamava pelos alunos, tratava-os por Agregado. Agregado Popescu. Na fábrica de construção de máquinas, havia um anão que era moço de recados, transportava os documentos de um lado para o outro porque as três secções da fábrica ficavam espalhadas pela cidade. Quando batia à porta, ninguém o via, a cabeça dele não chegava até ao vidro da porta. Chamavam-lhe na fábrica senhor não-está-cá. Ou os ciganos que tinham deixado para trás a miséria dos casebres de adobe e chegado a fogueiros ou a serralheiros na fábrica: chamavam-lhes depreciativamente ciganos de seda.

Admirar por todo o lado o humor pronto, literalmente sem falhas, durante a ditadura significa também mitigar-lhe os passos em falso. Onde o humor nasce do desespero e quando retira o seu espírito do desânimo, as fronteiras entre divertimento e degradação desvanecem-se. O humor precisa daquele remate culminante e só por estes remates serem impiedosos é que brilham. Brilham verbalmente. Havia pessoas que para tudo se lembravam de uma anedota, eram certeiras, dominavam variantes e combinações, estavam treinadas para dizer anedotas. Eram profissionais da anedota. Mas praticadas à exaustão, muitas das suas anedotas descambavam para o racismo mais sórdido. Transformavam o desprezo pelo ser humano num modo de entretenimento. Por vezes observava nos meus colegas da fábrica que eram capazes de contar

anedotas em barda, horas a fio, que aquela memória não se treinava só no brilho verbal, mas também no menosprezo de todos e de tudo em volta. A arrogância, que faz necessariamente parte dos remates brilhantes, tornou-se um hábito inconsciente. Os contadores de anedotas sofriam de uma doença profissional, era como se fossem deformados, falhavam o alvo sem se aperceberem disso. Com as anedotas subversivas, voltadas contra o poder criminoso do Estado, caíam também nas racistas. Poder-se-ia ter feito, para cada um dos versados contadores de anedotas que conheci na fábrica, uma estatística para saber quantas anedotas racistas escapavam por entre as subversivas.

A mesma coisa para as frases feitas e para os ditos de rima fácil, cuja lengalenga entra logo no ouvido e chega de forma tão acabada que não há hipótese de vacilar, puxa mesmo à repetição. A publicidade nas economias de mercado também se serve do efeito de anedota de algumas frases e imagens. Quando vim para a Alemanha, fiquei assustada com a publicidade de uma empresa de mudanças que dizia: «Damos pernas aos seus móveis.» Eu conheço móveis com pernas como sinais propositadamente dados pela polícia secreta. Chegava a casa e a cadeira do quarto tinha ido até à cozinha na minha ausência. O quadro pendurado na parede tinha atravessado o quarto e caído na cama. Actualmente, existem, nas paragens de autocarros em Berlim, cartazes com um pescoço de mulher com dois buracos de bala acabados de fazer. Do buraco de baixo escorre uma gota de sangue. É publicidade à Internet. Noutro cartaz há um sapato de salto alto a pisar uma mão de homem. Não consigo deixar de levar as imagens a sério, são ofensas desnecessárias e por isso são um abuso infame, gratuito. Uma brincadeira impertinente com a

tortura e com a morte. Que beleza tem um sapato a pisar uma mão de homem? Na minha perspectiva, uma firma degrada o seu produto desta forma. Nunca seria capaz de comprar o delicado sapato do cartaz por causa da história da mão calcada que é fornecida com a mercadoria. A mão calcada nunca mais pode ser separada do sapato. É até maior do que o sapato, atormenta-me a cabeça. As cores e os pespontos do sapato desaparecem, mas a mão que é calcada fica na cabeça com toda a nitidez. Não preciso de ver mais o cartaz e consigo, mesmo assim, dizer exactamente a posição em que o homem tem a mão quando é calcada. A floresta da memória não me surpreende, ela é como tem de ser: perante a brutalidade, toda a beleza perde a sua obstinação, vira-se do avesso, torna-se obscena. Acontece o mesmo com as pessoas bonitas que maltratam outros, com as belas paisagens onde mora a miséria humana, e também é assim com os sapatos à lagarto sobre o asfalto, mesmo quando o toc-toc de sapatos bonitos me dá a volta à cabeça. A publicidade do sapato incomoda-me com a recordação de pessoas em concreto que foram torturadas durante a ditadura e que eu vi quebrar. Aquele gracioso sapato à lagarto que está no cartaz, para mim está disposto a tudo. Nunca poderia pertencer-me, nem dado poderia aceitá-lo. Nunca teria a certeza de que aquele sapato não seria capaz de repetir o hábito de pisar mãos sem que eu desse por isso.

Este tipo de publicidade só é concebível para quem nunca perceba que a violência dói e estropia seres humanos. Sobrecarregar um sapato com esta história não é um refinamento estético, mas sim um atentado feito com brutalidade. O tamanho e o silêncio destes cartazes publicitários é um programa quotidiano para os olhos. Os cartazes difamam o produto com a intenção de o fazer

sobressair. O silêncio e o tamanho destes cartazes fazem ninho na cabeça. À espera do autocarro, enquanto passa um carrinho de bebé, enquanto passa alguém com os sacos das compras, todos os dias baixa esse limiar tão importante a partir do qual uma coisa provoca dor a outra pessoa. Tão silenciosamente como os cartazes, o reconhecimento da brutalidade resvala para debaixo de uma medida de civilidade que deveria ser mantida. Enquanto os cartazes insistem, diante dos meus olhos, gostaria de perguntar aos fabricantes de publicidade e de sapatos: podem responsabilizar-se pelo sapato à lagarto, para onde quer que vão, onde é que ele acaba para vocês?

Todos os dias me proponho ignorar os cartazes, no entanto olho para lá. De uma forma cínica, a publicidade até funciona muito bem comigo. Só que as consequências são ao contrário. Não contam com clientes como eu, que tanto gostariam de ter um sapato à lagarto como aquele, não fosse estar tão comprometido por aquele tipo de publicidade. Temo que as pessoas que fazem os cartazes não sejam inconscientes, mas sim realistas: para a maioria dos clientes, os cartazes não levam a pensar nada de mal, não são repugnantes, são antes um incentivo à compra. Os poucos que são repelidos por levarem aquilo a sério, desses pode-se bem prescindir.

Vi muitas vezes o meu pai, antes de sair de casa, a cuspir nos sapatos e a esfregar o cuspo com um trapo. Os sapatos cuspidos brilhavam. Deitava-se cuspo nas picadas de mosquitos, de espinhos, nas queimaduras, nos cotovelos ou nos joelhos esfolados. Era com cuspo que se esfregavam os salpicos de sujidade das meias e dos forros dos casacos ou a sujidade da pele. Quando era criança pensava: o cuspo é bom para tudo. No Verão refresca, no Inverno é quente para a pele. E depois li coisas sobre o treino da disciplina

nas SS e na *Wehrmacht*. As botas polidas faziam parte dele. E, pensava eu quando o meu pai cuspia nos sapatos: aprendeu com os nazis. É nos pormenores mais inesperados que se evidencia melhor o soldado das SS que tem lá dentro. E também sabia pelos amigos, que antes de irem para a universidade tiveram de ser soldados no exército romeno, que naquele exército degradado também reinava a loucura do polimento das botas. Os soldados podiam não ter balas para treinar durante as manobras, porque eram caras de mais, mas tinham cuspo na boca. Quanto menos se podia treinar a atirar, tanto mais era treinado o polimento das botas. Pomada para sapatos não havia no país. Um amigo, que era violetista, teve de polir durante três dias seguidos as botas dos oficiais, até que a garganta dele ficou completamente ressequida de tanto cuspir e as mãos tão cheias de bolhas que nas semanas seguintes não pôde tocar viola-de-arco.

Só há pouco tempo é que li uma coisa completamente diferente sobre soldados e cuspo. Peter Nadás escreve sobre a invasão do exército húngaro, em conjunto com as forças armadas do Pacto de Varsóvia, em 1968, na Checoslováquia, quando a Primavera de Praga foi esmagada, que «os limpa pára-brisas das viaturas militares húngaras, a caminho de Praga, deixaram de funcionar de tanta cuspidela nos pára-brisas, e os soldados húngaros que estavam por detrás deles tremiam e choravam...»[11]. Cuspo como arma dos civis contra um exército.

Na linguagem da aldeia dizia-se, quando a criança era muito parecida com o pai ou com a mãe: é a cara do pai (da mãe), cuspida e escarrada. A região de onde venho deve ter tido uma relação descontraída com o cuspo; de outra maneira, aquela frase feita, em si mesma ofensiva,

não teria sido sentida como uma afirmação objectiva e até amigável. Mas na mesma região também se dizia de uma pessoa: é má como cuspo. E esta frase curta continha o pior insulto que se podia pronunciar acerca de alguém. Cuspir e falar estão relacionados. Como o exemplo de Nadás mostra, o cuspir começa onde já não existem palavras suficientes para exprimir desprezo. Cuspir em alguém ultrapassa qualquer insulto. Cuspir em alguém é uma luta dura, corporal.

Como no romeno, à semelhança da maioria das línguas românicas, a sonoridade é suave e uma palavra voa com uma rima rapidamente para a outra, não havia situação que não tivesse a sua rima, o seu ditado, a sua frase feita. Expressões categóricas acompanhavam as desgraças e os conflitos pelo dia fora. Era preciso, tal como para as anedotas, ouvir duas vezes e decidir se havíamos de adoptar aquilo ou nunca pô-lo na boca. «Um cigano é de longe um homem» ouvia-se com tanta frequência como na Primavera: «Agora os dias dão mais um saltinho de pardal» quando os dias tinham luz até mais tarde, ou no Outono: «Agora os dias dão menos um saltinho de pardal.» A imaginação das frases feitas oscila em cada língua entre a bofetada e a pata aveludada das palavras.

Um conhecido meu do Sul da Alemanha contou-me uma história da Alemanha do pós-guerra da sua infância. Os fulminantes presos em longos fios que, na passagem do ano, até as crianças pequenas atiram na escuridão da noite, chamavam-se peidos de judeu. Ele percebia, sempre que ouvia a expressão, peidos de judo, pensava que o nome dos fulminantes tinha a ver com judo, o desporto. Acreditou nisso até aos 17 anos e, durante todos aqueles anos, em casa ou quando ia à loja comprar os fulminantes, pedia peidos de judo. Durante todo aquele tempo, nem o

pai nem a mãe, nem um único vendedor o corrigiu. Quando descobriu o verdadeiro nome dos fulminantes, disse-me ele, passou a ter vergonha de si próprio por cada fulminante de Ano Novo que fazia estalar. O pai já tinha morrido quando tomou conhecimento do nome anti-semita. A mãe ainda é viva, diz ele, mas até hoje ainda não foi capaz de lhe perguntar como é que ela, depois de Auschwitz, podia chamar peidos de judeu aos fulminantes de Ano Novo. Quis saber porque é que ele não tinha sido capaz de perguntar à mãe. Encolheu os ombros.

A língua nunca foi, nem é, em lado nenhum, em época nenhu-ma, uma coutada apolítica, porque não se pode separar daquilo que uma pessoa faz com a outra. Ela vive sempre no caso único, é preciso escutá-la sempre de novo para ver o que ela pretende. Inseparável do fazer, torna-se legítima ou inaceitável, bela ou horrível, também se pode dizer: boa ou má. Cada língua, quer dizer, cada forma de falar, tem olhos diferentes.

1 Alexandru Vona: *Die vermauerten Fenstern* [*As Janelas Entaipadas*]. Romance, Bucareste, 1993 (trad. alemã de Georg Aescht, Reinbek bei Hamburg, 1997, p. 47). *(N. da T.)*

2 Vona, p. 43.

3 Citado do jornal *Frankfurter Allgemeiner Zeitung*, 18 de Novembro de 2000.

4 Hanna Krall: *Legoland* (trad. alemã, do original polaco, de Wanja W. Ronge, Frankfurt am Main, 1990, pp. 69 e ss.).

5 Vona, *op. cit.*, pp. 11 e ss.

6 *Ibidem*, pp. 50.

7 *Ibidem*, p. 1.

8 António Lobo Antunes, *A Explicação dos Pássaros*, Lisboa, D. Quixote, 1981, p. 64.

9 Lírio é feminino em alemão (*«die Lilie»*). *(N. da T.)*

10 Existe uma tradução portuguesa desta obra de Jorge Semprun, Lisboa, Edições Asa, 1995. (*N. da T.*)

11 Peter Nadás: Parasitäre Systeme [Sistemas Parasitários], jornal *Neue Zürcher Zeitung*, 4/5 de Novembro de 2000.

O rei faz vénia e mata

Muitas vezes perguntam-me porque é que nos meus textos aparece tantas vezes o rei e tão raramente o ditador. A palavra «rei» tem uma sonoridade suave. E perguntam-me muitas vezes porque é que nos meus textos aparece tantas vezes o barbeiro. O barbeiro mede os cabelos e os cabelos medem a vida.

No romance *Der Fuchs war damals schon der Jäger*[12], há uma criança que pergunta ao barbeiro: «Quando é que morre o homem que deitou fora o gato? O barbeiro meteu uma mão-cheia de rebuçados na boca dela, quando forem cortados tantos cabelos de um homem que cheguem para encher um saco, disse ele, um saco a abarrotar. Quando o saco for tão pesado como o homem, o homem morre. Meti os cabelos de todos os homens num saco, até o saco ficar a abarrotar de cheio, disse o barbeiro. Não peso os cabelos com uma balança, peso-os com os olhos.»[13]

O barbeiro, o cabelo e o rei encontraram-se muito antes de eu conhecer o ditador e antes de começar a escrever.

quando o rei era vivo, parecia-se com um cão e com um vitelo
e quando morreu, a coroa ficou-lhe presa, meio bílis, meio melão
todas as chuvas de Verão deixam os seus anjos furtivos
  debaixo do cabelo
entre os pés de milho, cada um um guarda-costas
  que já esteve com o rei

Não havia nenhuma estrada de asfalto que levasse à aldeia distante onde fui criada, só caminhos esburacados de terra batida. Mas o rei conseguiu chegar, senão nunca se teria encontrado comigo lá. Não tinha nada a ver com os reis dos contos de fadas, eu não tinha livros de contos de fadas. Era feito de coisas verdadeiras, porque vividas. Vinha do jogo de xadrez do meu avô e o jogo de xadrez tinha a ver com o cabelo dele. O meu avô foi soldado na Primeira Guerra Mundial, foi prisioneiro de guerra e fez um jogo de xadrez à mão.

Os cabelos caíam ao prisioneiro de guerra às mãos-cheias, e o barbeiro da companhia tratou-lhe o couro cabeludo com a seiva de folhas esmagadas. O barbeiro tinha uma paixão, jogava xadrez onde e sempre que podia. Tinha levado o jogo de xadrez de casa para a guerra. Mas, nos conflitos da frente, o barbeiro tinha perdido sete peças do jogo. Quando jogavam, as peças tinham de ser substituídas por côdeas de pão, penas de pássaro, raminhos ou pedrinhas. Quando os cabelos do meu avô começaram, ao fim de algumas semanas de tratamento, a ficar mais espessos e escuros do que alguma vez tinham sido, pôs-se a pensar de que forma havia de agradecer ao barbeiro. Foi aí que se apercebeu de duas árvores que estavam no terreiro dos prisioneiros, uma de madeira clara, cor de cera, outra de um vermelho muito escuro. Esculpiu com a madeira as peças do jogo de xadrez que faltavam e ofereceu-as ao barbeiro. Foi assim que a coisa começou, disse-me ele. O esculpir fê-lo aproximar-se demasiado das peças, dizia ele, de tal modo que lhe parecia uma lacuna não saber qual o seu papel no tabuleiro de xadrez. Aprendeu a jogar xadrez. Não só minorava a solidão de longos dias de espera como dava alguma firmeza; ao jogar, a cabeça e as mãos podiam não estar na vida verdadeira, mas pelo menos estavam numa variante

dela. Fugia-se do tempo que tinha sido roubado, regressava-se à lembrança da casa de então e antecipava-se a esperança do regresso em breve. E isto sem ter de falar de si, saltava-se para dentro das peças de xadrez. O tempo passado a jogar levava-o ao colo, dizia ele, já não era preciso suportar-lhe o vazio. Depois do tempo de prisioneiro de guerra, o meu avô regressou à aldeia; tal como para o barbeiro da companhia, o xadrez tinha-se tornado uma paixão para ele.

O treino de esculpir as sete peças e o tempo que passava devagar, dizia ele, obrigavam-no a continuar a trabalhar com as mãos. Havia ainda madeira que chegasse nas árvores e esculpiu um jogo de xadrez completo para ele. Primeiro os peões, dizia ele, porque eram o mais próximo do que ele era antes da guerra e porque queria regressar a casa e voltar a ser lavrador.

Quando me contou isto, já tinha um jogo como deve ser, comprado na loja. Eu podia brincar com as peças feitas por ele, das quais faltavam quatro. De todas as figuras dele, os dois reis eram as de que mais gostava, o claro, cor de cera, e o vermelho escuro. A madeira tinha-se tornado velha e suja com o tempo, branco acinzentado e castanho-escuro, como terra queimada pelo sol e encharcada pela chuva. Todas as peças tinham fendas e abanavam, nenhuma era igual a outra. A madeira, húmida quando esculpida, torrava à sua vontade em cada figura. Os mais tortos, barrigudos à frente e corcundas atrás, literalmente quebradiços, eram porém os reis. Cambaleavam, porque a coroa em cima da cabeça estava torta e era demasiado grande. O meu avô jogou xadrez todos os fins-de-semana, décadas a fio. Só quando os colegas do xadrez foram morrendo todos, uns atrás dos outros, é que passou a jogar cartas aos domingos para ter companhia. Mas depois voltou a ter sorte. Como

todos os anos, ia visitar a irmã, de quinze em quinze dias, à aldeia vizinha, para onde ela tinha ido viver depois de casada. E numa dessas visitas encontrou na aldeia um «parceiro de xadrez a sério», como ele dizia. Desde então, passou a ir todas as quartas-feiras de comboio à aldeia vizinha para jogar xadrez. Muitas das vezes, podia ir com ele. Assim como na nossa aldeia só viviam alemães, na aldeia vizinha só viviam húngaros. O marido da minha tia-avó era húngaro e carpinteiro. E o parceiro de xadrez a sério também era húngaro. O meu avô podia reviver duas paixões ao mesmo tempo, dado que a segunda paixão era falar húngaro. Eu podia acompanhá-lo para aprender húngaro enquanto ele jogava.

O cunhado do meu avô, o carpinteiro, trazia uma bata feita de serradura, só debaixo dos braços é que se via tecido castanho. E trazia uma boina basca feita de serradura, e têmporas e orelhas de serradura e um bigode farfalhudo de serradura. Fazia móveis, soalhos, portas, janelas, carrinhos de bebé que se podiam fechar com persianas de madeira, fazia pequenos objectos como cabides para a roupa, tábuas de cozinha, colheres de pau e – fazia urnas.

Após a queda do muro, volta e meia havia na imprensa alemã exemplos da regulamentação da língua na RDA. Eram monstros verbais; quando os repetíamos em voz alta e correctamente pela própria boca, tornavam-se involuntariamente cómicos – estragados na construção, remendados no conteúdo. Os anjos da árvore de Natal chamavam-se «figuras aladas de fim de ano», as bandeirinhas que se agitavam diante das tribunas «elementos de aceno», as lojas de bebidas «postos de apoio a bebidas». Mas duas daquelas palavras da RDA pareciam-me familiares, lembravam-me as visitas ao tio

carpinteiro. Uma delas era a urna, que no alemão da RDA se chamava «móvel para a terra». A outra era o nome da divisão da Stasi que tratava das comemorações dos dias de aniversário e falecimento dos altos funcionários do Partido; chamava-se «Divisão Alegria e Dor». «Figura alada de fim de ano» para evitar a palavra «anjo». «Elemento de aceno» para evitar a palavra «bandeirinha», pois um tal diminutivo teria ofendido a bandeira. «Posto de apoio a bebidas» reforça a loja numa perspectiva militar, se calhar os altos funcionários do Partido matavam a «sede de liberdade» bebendo da garrafa. Com aquelas expressões, uma ideologia tosca, insensível à sonoridade, tinha criado palavras caricaturais. O que não me soava nada cómico aos meus ouvidos era «móvel para a terra» e a divisão da Stasi «Alegria e Dor». Nestes compostos de palavras ouve-se o medo da morte. Porque não se podia domesticar a morte através de uma elevada posição no Estado, ela rompia as fronteiras entre a nomenclatura e o povo raso. Saber da existência de algo a que se estava sujeito, individualmente e ao mesmo nível que os «normaizinhos», não deixava indiferente a eternidade colectiva da corja do poder. Vergava-se neste único ponto fraco do seu poder, que não distinguia entre heróis e inimigos do Estado, que abordava cada pessoa em privado sem que um Marx ou um Lenine, um Honecker ou um Mielke, pudessem ajudar. Na criação linguística marxista «móveis para a terra» em vez de urnas, Deus está ao mesmo tempo dentro e fora, é negado e incluído em simultâneo. Não se trata de «ressurreição», no entanto há uma espécie de consolo projectado na morte, numa vida depois dela. Recebe-se o móvel para a terra e vive-se num quarto debaixo da terra. Assim vistas as coisas, é lógico que o Lenine embalsamado na Praça Vermelha tem direito a uma mansão, enquanto as pessoas

vulgares têm de se bastar com uma *garçonnière* no cemitério.

O carpinteiro húngaro com a bata de serradura converteu a palavra «móvel para a terra» em prática, sem conhecer o alemão da RDA. O pragmatismo do trabalho que fazia em sua casa transformava a urna num móvel que, quando alguém era colocado, morto, lá dentro, ia para a terra. Todos os seus produtos de marcenaria estavam misturados conforme a disposição do espaço na oficina: um carrinho de bebé pronto estava ao lado, por cima, por baixo ou até dentro de uma urna pronta. A madeira mostrava-me ali na oficina todas as estações entre o nascimento e a morte. A vida estava por ali em braçadas de colheres de pau, tábuas de cozinha, cabides. Entre armários, mesinhas de cabeceira, camas, cadeiras e mesas, as urnas tinham um aspecto completamente normal, eram mesmo móveis para a terra. Nada se vergava, os objectos estavam ali com muito maior clareza do que ditos por palavras. Não precisavam de grande conversa sobre a vida e a morte, eram aquilo que é preciso para viver e morrer.

Para mim, o carpinteiro sabia fazer tudo. A meus olhos, era ele quem tinha feito o mundo. Tornava-se claro para mim que o mundo não era feito de céus que se deslocam e de campos de milho com erva, mas sim de madeira sempre igual. Ele conseguia pôr madeira em todo o lado, contra as fugazes estações do ano, tanto contra as estações da terra despida como as cobertas de erva. Ali, a galeria de curiosidades da morte aprazada era feita de material polido, com arestas. Uma clareza em cores opacas, desde o branco-sujo, passando pela cor de mel, até ao castanho-escuro, cores que já não saíam dali, escureciam só um pouco em si próprias em vez de esvoaçarem enquanto paisagem, desperdiçando-se. Tinham uma natureza muda,

uma determinação tranquila. Não tinham medo, ficavam tão quietas quando se pegava nelas que a calma delas se estendia a mim. Ao passo que as estações lá fora nas redondezas entravam umas pelas outras adentro, devorando-se por fim, estas urnas da oficina não se chegavam demasiado à carne. Tinham tempo e esperavam, eram apenas a última cama dos mortos para que pudessem ser levados embora. O carpinteiro tinha também uma máquina de costura, cosia também as almofadas para as urnas. «Damasco branco», dizia ele, «com enchimento de sombras de madeira, como se fosse para um rei». Aqueles longos caracóis que caíam da madeira não se chamavam «aparas», mas sim «sombras de madeira». Gosto desta palavra. Já na altura gostava que não fossem folhas, palha ou serradura a encher as almofadas dos mortos – só a sombra que havia nas copas vivas das árvores, que morava na madeira e saía de novo quando era cortada. Alexandru Vona escreve no seu romance *Die vermauerten Fenstern*: «Quando queremos saber a verdade, temos de descobrir aquelas palavras que se misturaram no meio das outras, que não têm nada a ver connosco.»[14] «Sombras de madeira» é para mim uma dessas palavras.

As sombras de madeira estalavam e tinham um cheiro amargo. Enquanto o meu avô jogava xadrez na varanda, eu fazia cabeleiras na oficina com as sombras de madeira pequenas. E das fitas grandes fazia cintos, folhos e cachecóis. Havia letras douradas dentro de uma caixa grande, tinham um cheiro penetrante a tinta. O carpinteiro compunha, a partir delas, o nome dos mortos e colava-o na tampa da urna. Eu fazia delas anéis, colares e brincos. Hoje, as sombras de madeira e as letras assustar-me-iam. Mas naquele tempo conhecia muitos mortos que tinha

conhecido bem enquanto vivos, a voz e a maneira de andar deles. Soube durante anos o que eles vestiam e comiam, como cavavam a terra e como dançavam. Um dia ficavam deitados na urna, eram os mesmos, só que apanhados inertes na última visita. Queriam ser importantes só mais uma vez, passear-se com música pela aldeia no coche talhado como numa varanda sobre rodas. Deus tinha exigido deles o material que era dele, o lugarejo tinha-os carcomido com a estação do ano. Praticamente não pensava neles quando pendurava em mim as letras douradas. Admirava o tio carpinteiro porque tratava de dar aos mortos camas cobertas com nomes a dourado e almofadas adamascadas, enchidas com sombras de madeira, e de fazer com que fossem levados para o cemitério. Algumas urnas estavam encostadas rente à parede, na vertical, como cercas. Outras estavam na horizontal, cheias de sombras de madeira, pousadas no chão. Em nenhuma das minhas visitas houve um nome que fosse colado, uma almofada que fosse cosida e enchida com sombras de madeira, uma urna que fosse vendida. Ao meio-dia, a mulher do carpinteiro trazia o almoço e pousava a panela nas sombras de madeira de uma urna, para que se mantivesse quente mais tempo.

Na oficina, sombras de madeira e almofadas brancas de damasco como se fosse para um rei, e sobre o tabuleiro de xadrez o meu avô franzia a testa e mastigava com os malares. Umas vezes era ele, outras o parceiro que levava xeque-mate ao rei. E na curta viagem de regresso a casa, no último comboio, o céu tinha aquela cor de uma intensidade garrida de fim de tarde que a mais nada se compara. A lua pendia como uma ferradura ou um damasco, nos telhados os cata-ventos iam na direcção contrária à do comboio e eram como peças de xadrez.

Alguns eram iguais ao rei. No dia seguinte, também as galinhas que andavam nas ervas traziam uma coroa e não cristas. Todas as semanas, à quarta e ao sábado, tinha de matar uma galinha. Fazia-o como outro trabalho qualquer, de forma competente e insensível, tal como descascar batatas ou limpar o pó, como um trabalho que se aprende para toda a vida. Era trabalho de mulheres. Não fazer mal às galinhas, não poder ver sangue, não havia disso. Quando muito nos homens, quando faziam a barba. E nas mulheres era muito raro, elas que – como se dizia – não prestavam para nada. Se calhar mais tarde eu não teria prestado para nada, mas na altura prestava.

Só sonhava com coisas feitas à maluca: faço um corte na galinha e a barriga dela é uma caixa cheia de peças de xadrez, vermelhas e azuis em vez de brancas e pretas. São muito secas e duras e deviam poder ouvir-se quando a galinha ainda andava nas ervas. Tiro as peças de xadrez da barriga e ponho-as em duas filas, por cores. Só há um rei, cambaleia, faz vénia. É verde e, quando faz vénia, fica vermelho. Seguro-o na minha mão e sinto o coração dele a bater. Tem medo, por isso enfio-lhe os dentes. Por dentro é amarelo e macio, tem uma carne adocicada, como um damasco, como-o.

Cada coisa tem o seu rei, mas cada um dos reis fazia sinais aos outros reis, onde quer que aparecessem. Os reis não abandonavam as suas coisas, mas conheciam-se uns aos outros, encontravam-se na minha cabeça, e aí pertenciam todos em conjunto. Eram um rei dividido, que estava sempre à procura de novo material para se transformar: o rei de madeira do xadrez, o rei de lata do cata-
-vento, o rei de carne da galinha. O material de que eram feitas as coisas ganhava, quando se olhava para lá, a tal

intensidade com que começa a correria desatada na cabeça. A índole habitual das coisas rebentava, o material tornava-se pessoal. Entre coisas iguais surgiam hierarquias, e elas surgiam ainda mais entre mim e elas. Tinha de me sujeitar às comparações que eu própria tinha arranjado e ficava sempre a perder. Comparada com madeira, lata ou uma veste de penas, a pele é o tecido mais efémero. Estava sem apelo à mercê do poder do rei, às vezes bom, às vezes mau.

> na casa de penas mora uma galinha
> na casa de folhas a alameda
> um coelho mora na casa de pêlo
> na casa de água um lago
> na casa de esquina uma patrulha
> empurra alguém da varanda abaixo
> por cima do sabugueiro
> então foi outra vez suicídio
> na casa de papel mora a opinião
> no nó de cabelo mora uma dama

O texto desta colagem é um reflexo tardio acerca da mescla que era o rei da aldeia; e na casa de esquina da patrulha, no assassinato, que no papel com a opinião é deturpado como suicídio, é o rei da cidade que desde há muito tem a mão. É um rei do Estado. Faz jogadas de xadrez na intersecção da vida com a morte: atira os que se tornaram incómodos pela janela fora, à socapa, enforca-os, envenena-os – encena o assassinato como suicídio. Atiça os cães de caça aos fugitivos em cima da fronteira, e deixa-os ficar ali para depois os lavradores os encontrarem no campo já meio putrefactos quando fazem as colheitas. Manda caçar os que querem fugir através do Danúbio com barcos e depois fá-los triturar com as hélices dos motores. Assim os peixes e as gaivotas têm algo que comer. Toda a gente sabe, mas ninguém pode provar aquilo que acontece

diariamente. Onde desapareceu uma pessoa, fica o silêncio. Parentes e amigos com olhos grandes demais. O rei da cidade não dá a perceber as suas fraquezas, quando cambaleia pensa-se que está a fazer vénia, mas ele faz vénia e mata.

> o meu rei diz não sem razão
> eu amo-vos a todos então
> tem focinho aguçado o seu cão
> tem um uniforme de relva reluzente
> e uma fivela de chapa ondulada
> quando à noite neva o lampião do arame farpado
> ficam iguais o salto e o sopro da respiração
> como se alguém, para longe do amor arrancado
> estivesse de manhã cedo na barriga do cão

O rei da aldeia «fazia uma vénia pequena», cambaleava, tal como o lugarejo cambaleava. Vivíamos naquele lugar que se corroía a si próprio, até nos corroer a nós, até morrermos de nós próprios. Só o rei da cidade é que fornecia a segunda parte da frase: «o rei faz vénia e mata». O instrumento do rei da cidade é o medo. Não é o medo construído na cabeça como na aldeia, mas um medo planificado, servido frio, que morde os nervos. Após a minha chegada, vinda das franjas da aldeia, o asfalto transformou-se num tapete, no qual, em vez da galeria de curiosidades da morte aprazada, a morte planificada subia pelos tornozelos: a repressão. Nos primeiros anos, via-a por todo o lado. Atingia pessoas que eu não conhecia pessoalmente. Tinha medo dela só de forma genérica, vivia demasiado perto dela para deixar de a ver, mas demasiado longe para perceber o que ela provocava. Andava a par de mim, nunca se cruzou comigo naqueles primeiros tempos. Era uma forte compaixão para com aqueles que tinha acabado de atingir, aquele sentimento espontâneo que

tomava conta de mim durante um tempo e que depois desaparecia sozinho. Aquele estar ali com os dedos torcidos, enterrar as unhas pelas palmas das mãos adentro até doer, morder os lábios enquanto se vê alguém que não se conhece a ser preso, espancado, pontapeado. Depois continuar a andar, com a boca seca, a garganta a arder e um passo tão automático como se o estômago e as pernas tivessem sido enchidos de ar viciado. Um sentimento de culpa fraco por não ter podido evitar nada que atinja os outros e pressentir a felicidade mesquinha de não termos sido atingidos pelo castigo. Todos os que assistiam podiam ser atingidos, à excepção da respiração tudo era proibido, para onde quer que se olhasse havia para toda a gente inúmeros motivos.

Só nos anos seguintes passei a ter amigos que eram vigiados e interrogados regularmente, as casas deles eram vasculhadas, confiscavam-lhes os manuscritos, anulavam-lhes as matrículas na universidade e prendiam-nos. O que até ali tinha sentido como ambiente opressor tornava-se um medo concreto. Os meus amigos eram torturados, eu sabia muito bem onde e como. Falávamos dias inteiros sobre isso, entre a anedota e o pavor, procurávamos, arrojados e perturbados, soluções que, no entanto, não havia em lado nenhum porque era impensável recuar em relação ao que tínhamos feito. As represálias começaram a invadir-me a vida. E uns anos mais tarde invadiram-me a pele – queriam que denunciasse os meus colegas da fábrica e eu recusei-me. E tudo aquilo que eu tinha ouvido dizer dos meus amigos, acerca de interrogatórios, buscas, ameaças de morte, repetiu-se comigo. Comecei a ficar habituada a ruminar sobre como o interrogatório seguinte, o dia de trabalho seguinte, a esquina seguinte iriam colocar as suas armadilhas.

Apesar de saber que o medo tolhe a visão e que a correria desatada na cabeça foge de todas as palavras existentes, tanto faladas como escritas, tive, no entanto, de deixar algo escrito a propósito da morte de dois amigos. Como em tempos no grande vale, descaradamente verde, dos cardos de leite, procurei mais tarde palavras para o medo que tínhamos juntos. Quis mostrar como era a amizade quando não é óbvio que hoje à tarde, amanhã de manhã ou na semana seguinte ainda estejamos vivos:

«Porque tínhamos medo, o Edgar, o Kurt, o Georg e eu andávamos juntos todos os dias. Sentávamo-nos juntos à mesa, mas o medo permanecia tão isolado em cada cabeça como o trazíamos antes de nos encontrarmos. Ríamo-nos muito para o esconder dos outros. O medo, porém, escapa-se-nos. Quando dominamos o rosto, esgueira-se pela voz. Quando se consegue conservar o rosto e a voz como um ramo morto, sai até pelos dedos. Deita-se fora da pele. Anda por ali à vontade, reconhecemo-lo nos objectos que estão próximos. Sabíamos em que lugar estava o medo de quem, porque já nos conhecíamos há muito tempo. Muitas vezes não nos podíamos aturar, porque estávamos dependentes uns dos outros.»[15]

O inspector perguntava no interrogatório, com desprezo: «Quem pensas tu que és?» Não era uma pergunta, por isso aproveitei a ocasião para responder: «Sou um ser humano, como você.» Era necessário e importante para mim, porque o comportamento dele era tão arbitrário como se se tivesse esquecido disso. Nas sequências turbulentas dos interrogatórios, chamava-me uma merda, uma porcaria, um parasita, uma cabra. Quando era mais moderado, uma puta ou uma inimiga. Nas sessões de interrogatório mais inofensivas, eu era uma ocupação do tempo de serviço, um

trapo que se amarrota para mostrar zelo e competência. Muitas vezes treinava em mim o dar cabo de tudo, porque o dia de trabalho dele ainda tinha horas pela frente, e para não ficar sozinho no gabinete, ruminava outra vez com ironia ou cinismo tudo aquilo que já tinha sido dito com fúria. Eu tinha de ficar ali para o relógio não fazer tiquetaque no vazio, para ele não poder cair em si mesmo. Depois de cada ataque de fúria, praticava em mim a caça ao homem para não perder o treino, da forma para ele mais retemperadora e indolente. Tinha rotinas para todos os estados de espírito. A pergunta sobre a infância: «O que vale a minha vida», tornava-se obsoleta. Uma pergunta destas só pode vir de dentro. Quando é colocada de fora, tornamo-nos obstinados. Começamos a amar a vida, por pura teimosia. Cada dia que passa ganha valor, aprendemos a gostar de viver. Dizemos na nossa cabeça que estamos vivos. Agora é que queremos mesmo viver. E isso basta, é mais sentido para a vida do que se pode pensar. É um sentido para a vida posto à prova, válido como a própria respiração. Esta sofreguidão de viver que nasce cá de dentro contra todos os condicionalismos externos também é um rei. Um rei obstinado, conheço-o bem. Por isso nunca o chamei pelo nome, guardei-o em segredo. Inventei a palavra «bicho-coração»[16] para ele, para me dirigir a ele sem ter de lhe dizer o nome. Só muitos anos mais tarde, quando aquele tempo já estava suficientemente distante de mim é que passei da palavra «bicho-coração» para a palavra rei propriamente dita:

> e o rei faz uma vénia pequena
> e a noite vem quase sempre a pé
> e do telhado da fábrica para o rio até
> surgem dois sapatos com brilho
> trocados e pálidos de néon, cedo de mais

e um deles cala-nos a boca com estrilho
e o outro amassa-nos as costelas laterais
e de manhã apagaram-se os sapatos de néon
o ácer enrubesce a maçã silvestre ingrata
as estrelas viajam como pipocas no céu
e o rei faz vénia e mata

Foi a rima da linguagem da aldeia que me levou desde o início ao rei: «sozinho – pouquinho – rei» rimava lá no vale, ao pé das vacas: «sozinhinho – poucocinho – reizinho». A rima e o rei do xadrez do avô. Conheço dizeres de tapeçaria de parede, orações e regras do tempo em dialecto, com rima. Quando era criança, levava aquilo a sério, quando adolescente, na cidade, dava-me vontade de rir. No liceu, as baladas de Goethe e Schiller eram estafadas meses a fio. Inconscientemente, sem pensar uma única vez, eram papagueadas com entoação na última sílaba. Era uma cadência na cabeça como a bater carpetes. «Durch Nacht und Wind?/ Es ist der Vater mit seinem Kind»[17] ou «Lenore fuhr ums Morgenrot/ Empor aus schweren Träumen: / “Bist untreu, Wilhelm, oder tot?/ Wie lange willst du säumen”»[18] E pior ainda eram os poemas rimados do Partido: «amo o país, que a mim confiaram/ e amo-te a ti, a ti e a todos que aqui trabalham/ e a tua língua entoa os sons maternais/ da Força, do Socialismo, da Felicidade e da Paz». A rima tropeçava, não conseguia encontrar um ritmo de bater carpetes. Quando se recitavam as seis ou sete estrofes em voz alta, ressoava na cabeça como uma estrada cheia de buracos. Sofria de asco às rimas. Só mais tarde é que li as rimas ásperas de Theodor Kramer e Inge Müller. Sentia ali uns compassos delicados, frágeis, como se a respiração nos batesse na caixa das têmporas com aquela maneira de rimar. Fiquei obcecada por aqueles poemas, sabia dúzias deles de cor sem nunca os ter aprendido de forma

consciente. Acompanhavam a minha vida; era isso, falavam comigo e aprendiam-se sozinhos na cabeça. Gostava tanto deles que nem sequer me atrevia a ver como eram feitos. Ainda hoje penso que não é através de uma análise atenta que se consegue chegar ao que distingue estes dois autores. Depois comecei a recortar palavras dos jornais. A princípio, aquilo fazia-me passar ao lado das rimas. Também só comecei com a intenção de enviar alguma coisa aos amigos das muitas viagens, de pôr qualquer coisa de meu dentro do envelope e não postais de lugares ilustrados por fotografias tiradas com lentes patrióticas. Ao ler o jornal no comboio, colava um fragmento de imagem e palavras num cartão branco, ou uma ou duas palavras: «a teimosa palavra portanto», ou: «se existe realmente um lugar, dá cabo da vontade». Só a perplexidade com tudo o que as palavras de jornal podiam dar foi capaz de trazer as rimas de novo. Já há muito tempo que recortava palavras em casa. Estavam pousadas em cima da mesa, sem critério achava eu. Pus-me a olhar para elas, e surpreendentemente havia muitas que rimavam. Confiando nas rimas de Theodor Kramer e Inge Müller, adoptei as rimas que nada tinha feito para obter e que se tinham encontrado por puro acaso no tampo da mesa. Eram palavras que se iam conhecendo umas às outras, porque tinham de partilhar o espaço que ocupavam. Não podia expulsá-las e ganhei assim o gosto pela rima.

Desde os começos que não conseguia deixar ficar a palavra «rei» em nenhum texto. Tinha uma fixação, cortava todos os «reis» de qualquer texto onde aparecessem. Uma vez contei os reis que estavam em cima da mesa, tinha 24 reis uns ao lado dos outros quando pela primeira vez deixei um rei entrar num texto. Quando o deixei entrar, começaram as rimas. Revelou-se que era possível chegar

ao rei através das rimas. Que era possível apresentá-lo.
A rima obriga-o a recuar para os compassos ritmados do coração provocados por ele. A rima derrapa suavemente no sobressalto causado por ele. A rima agita e disciplina ao mesmo tempo.
O verso inteiro pode mudar e arranjar cumplicidades com outros versos. Podemos pentear as rimas a contrapelo, escondê-las no meio das frases, portanto espacialmente, e ficar a ver como elas voltam a assimilar aquilo a que renunciaram. E podemos dar-lhes importância no fim da frase, exibi-las no espaço, mas podemos não as acentuar na leitura, portanto escondê-las com a voz.

O rei esteve na minha cabeça desde criança. Estava dentro das coisas. Mesmo que eu nunca tivesse escrito uma palavra, ele teria lá estado para dominar as complicações novas trazidas pelo dia-a-dia, através de uma figura que, apesar de malévola, era bem conhecida como um *leitmotiv*. Onde quer que o rei se apresentasse não se podia esperar clemência. No entanto, ele punha a vida por ordem, dava resposta, sem palavras, à confusão, quando a confusão fugia ao dizível. O rei fora desde sempre uma palavra vivida, não era possível chegar a ele falando. É verdade que passei muito tempo com o rei, e durante esse tempo havia em paralelo, ou sobretudo, medo.

O «bicho-coração» é, comparado com o «rei» vivido, uma palavra escrita. Foi criado no papel, durante a escrita, enquanto substituto para o rei, porque eu tinha de procurar uma palavra para a ânsia de viver no meio do medo de morrer, uma palavra que eu não tinha naquele tempo em que vivia com medo. Eu queria uma palavra de dois gumes, uma que tivesse os mesmos dois gumes que o rei. Devia conter medo e arbitrariedade. E devia entrar pelo corpo adentro, ter umas entranhas especiais, um órgão interno

que pudesse ser carregado com tudo o que se passa no exterior. Eu queria falar com o imprevisível que habita em cada uma das pessoas, da mesma maneira em mim e nos poderosos. Algo que não se conhece a si mesmo e que se pode preencher de forma desigual. Consoante aquilo que o curso dos acasos e dos desejos faz de nós, torna-se manso ou bravo.

Na minha primeira passagem de ano na Alemanha, de repente, depois da meia-noite, o rei estava no meio da festa. Os convidados começavam a derreter o chumbo.[19] Eu via o chumbo derretido a assobiar da colher de chá para a água fria e a solidificar numa figura imprevisível. Para mim era claro, para o rei também, e para o bicho-coração também havia de ser assim. Pediram-me para derreter o meu fantasma de chumbo para o Ano Novo, e eu não ousei. Retirei-me, às gargalhadas, da situação para que não pressentissem os motivos: não se deve derreter chumbo com os nervos desfeitos. Os outros que derretiam chumbo eram levados por uma imaginação delirante. Eu já tinha pensado de mais. Com medo de que o fantasma de chumbo me pudesse boicotar o bicho-coração, que me pudesse importunar e paralisar durante o ano inteiro quando eu quisesse agarrar o bicho-coração, recusei-me a derreter o chumbo. Mas também foi por ter pensado, o que talvez seja o prolongamento do mesmo problema: agora toda a gente quer ver, naquele objecto que desliza da colher, como estou desfeita por dentro e o esforço que faço para formular com a palavra «bicho-coração» o meu estado interior.

Em *The Woman in the Window*[20], um filme opressivo de Fritz Lang, diz-se: «Vemo-nos metidos em situações com as quais não contávamos uns minutos antes.» Mas eu tinha

contado que a brincadeira de derreter o chumbo me poderia mostrar uma coisa com a qual eu não queria contar.

O rei seguiu-me primeiro da aldeia para a cidade, depois da Roménia para a Alemanha, enquanto reflexo das coisas que nunca havia de esclarecer. Pessoalizou a dimensão das coisas; quando na correria desatada dentro da cabeça não há mais nada que preste, digo ainda hoje: ah, aí vem o rei!

Quando encontraram um dos meus amigos enforcado em casa dele, já eu estava cá, na Alemanha. Onde quer que tivesse deixado amigos, o rei tinha uma vez mais feito vénia e matado. Tinha matado o Roland Kirsch, um engenheiro de 28 anos que falava pouco e baixinho, não dava muito nas vistas, escrevia poemas, fazia fotografia e que nunca quebrou a amizade comigo como outros, nem quando eu era uma inimiga do Estado, na Roménia, nem depois da minha partida. Escrevia-me postais para Berlim, sabendo os riscos que corria. Eu desejava que ele deixasse a nossa amizade em repouso, que não se pusesse em perigo; temia por ele. E por isso ficava tanto mais contente, apesar do medo, quando chegavam postais – eram sinais de vida. O último postal dele, umas semanas antes da sua morte, era uma fotografia a preto e branco – uma rua que percorríamos muitas vezes. Tinha-se transformado bastante desde a minha partida, tinha sido colocada uma linha de eléctrico. As linhas novas já estavam cobertas de ervas bravias, à altura da cintura. Floriam como guarda-chuvas brancos de filigrana. Revelavam-me a fragilidade do meu amigo e que eu tinha tirado os meus pés dali, revelavam a nossa proximidade rasgada, a espontaneidade confiscada da nossa relação, porque nunca podíamos ser directos ao escrever, procurávamos os nichos das palavras ao escrever, o que é que poderia dizer o quê. A imagem da

nossa separação nas ervas bravias. Se calhar, pensei eu, todas as plantas que assistem ao desespero das pessoas tornam-se ervas bravias. Nas costas do postal, uma única frase, em letra minúscula que já não pretendia preencher o espaço disponível para a escrita: «Às vezes tenho de morder os dedos para sentir que ainda existo.»

Pouco tempo depois, deixou de existir. A frase pesa mais do que é permitido a todas as suas palavras dizer. E dirige-se para o lugar onde as palavras já não se conseguem suportar a si próprias, nem sequer aquela que temos de usar para o citar. Não é a frase, é a pessoa. E em frase nenhuma deveria ser permitido que uma pessoa entrasse, como ele teve de entrar nesta por ter sido forçado lá para dentro. Tal como a frase, assim foi o dia da morte: o 1.º de Maio, o maior feriado socialista, «Dia do Trabalhador». No Dia do Trabalhador, um ditador obcecado com torturar pessoas e construções monumentais desfez-se de um engenheiro que o incomodava. A mim, o rei apertou-me a garganta quando recebi a notícia. Como será estar em casa, ao final do dia, já tarde, tocarem à porta, abrir e ser-se enforcado? Os vizinhos dizem hoje que ouviram os berros de várias vozes, à noite. Ninguém foi em socorro. A autópsia foi recusada, o rei não deixou que lhe olhassem para as cartas. Na versão oficial da certidão de óbito está: suicídio. Fica a pergunta: será que queriam enforcá-lo desde o princípio? Será que se defendeu e depois teve de enfiar a cabeça no laço? Ou será que, naquela noite, ele morreu às mãos deles no meio do interrogatório ou da tortura, e eles não sabiam o que fazer com o morto e enforcaram-no? Tê-lo-iam feito propositadamente ou, depois de o plano deles falhar, por medo, por desprezo ou até por divertimento? Seriam os assassinos funcionários

dos serviços secretos ou só mercenários ou criminosos pagos para o efeito?

O choque daquela morte lembrou-me, talvez por causa da autópsia recusada, um caso ao contrário, como um eco da minha infância, o rei das amoras. Tinha-se enforcado, sem margem para dúvidas, e foi obrigatória a autópsia. Como doente canceroso em fase terminal, só lhe deram injecções de penicilina porque ao médico lhe faltava a morfina. Não aguentou mais os gritos das dores e acertou-se com a morte. No quintal das traseiras tinha uma amoreira, debaixo dela um escadote. Todos os anos as galinhas eram ensinadas a dormir em cima da árvore. Subiam todas as noites pelos degraus do escadote até à copa, sentavam-se nos ramos para dormir, em filas. A filha do morto dizia que ele, ao ensiná-las, uma coisa que demorava semanas, se tornava muito próximo delas. Não se deixaram perturbar quando ele se enforcou na árvore delas. Nem esvoaçaram, nem cacarejaram, não se ouviu um pio no quintal aquela noite. Ainda foi ver, disse a filha, por volta das três da madrugada, como estava. E o pijama estava em cima da cama, sem ele, o armário estava aberto e o cabide onde tinha o fato melhor estava vazio. A primeira coisa em que pensou foi que ele tinha ido ao quintal para aliviar as dores. Mas porquê o fato domingueiro? Teve coragem de ir lá fora, o luar tirava todo o quintal da escuri-dão. As galinhas estavam sentadas, como sempre, na amoreira; as brancas, sobretudo as brancas, dizia ela, brilhavam literalmente como louça de porcelana numa vitrina. E ele estava enforcado por baixo delas, num ramo. O enforcado era um vizinho. Quando olhava para aquela árvore nos anos seguintes, acontecia começar vezes sem conta a correria desatada na cabeça; repetia sempre a mesma frase na

minha cabeça: utilizaram o mesmo escadote, as galinhas e ele.

O médico da penicilina não ficou com remorsos. Atreveu-se a duvidar do suicídio, insistiu na autópsia. Retirou ao morto, devidamente vestido, a dignidade do fato bom, fez-se passar por grande especialista e autopsiou o morto num dia quente de Verão, ao lado do escadote da amoreira, em cima de uma mesa de abate, no meio do quintal. Por isso, tiveram de colocar de imediato o tampo da urna quando o morto foi amortalhado, todo dissecado, no quarto mais bonito da sua casa. No entanto, convenci-me de que tinha visto um fio preto azulado à volta do pescoço dele, um azul-índigo como as amoras da árvore lá fora. O fio à volta do pescoço era agora a coroa dele, tal como a crista de todas as galinhas. O morto tinha desistido de acompanhar a sua carne, tinha transitado para outro material, mais silencioso, tinha passado para a carne da fruta. Com um fio escuro à volta do pescoço e um fato bom, tinha feito de si próprio a amora maior que jamais houve nas árvores. Foi para a terra como rei das amoras.

No romance de Alexandru Vona, *As Janelas Entaipadas*, o rei das amoras surgiu de novo, inesperadamente, por entre as linhas. Aqui é uma mulher, o fio azul do pescoço do enforcado é antecipado pelas jóias que traz ao pescoço. Contudo, no pescoço dela está também o rei das amoras da minha infância. «Enquanto acabava de beber o copo que o meu pai lhe tinha chegado, reparei na fita de veludo preto, com um medalhão pendurado, que trazia junto ao pescoço gordo. Um mês depois soubemos que o pai não se tinha enganado. Perguntei-lhe como ela se tinha matado. Na verdade, a minha pergunta era uma formalidade, porque eu sabia, olhando para a fita preta do pescoço, que ela se tinha enforcado. [...]. A fita bem esticada à volta do

pescoço (bastaria enfiar lá um dedo para ela asfixiar) era se calhar a razão por que ela se mantinha tão direita.»[21]

Depois do enforcamento do meu amigo passei a ver os laços todos de maneira diferente. Evito-os até hoje; nos autocarros, nunca me seguro àquelas correias. Se um casaco estiver pendurado num cabide e, como que ao estalar de um dedo no cérebro, houver uns pés lá dentro por um momento, desaparecem de imediato. Comprei numa estação de caminhos-de-ferro um postal onde se explicava como fazer os diversos nós de gravata. As formas de dar nós são claramente laços feitos à volta do pescoço, debaixo do colarinho da camisa. Era uma leviandade; convenci-me, ao comprar o postal, de que era capaz de enfrentar toda aquela parada de nós. Queria blindar-me face ao horror, olhando intencionalmente para lá até se desvanecer o efeito. Não podia escrever o postal a ninguém. Em casa, enfiei-o numa gaveta, debaixo de uma série de papelada. Continua lá há anos. Não lhe posso dar uso e não consigo ver-me livre dele.

Assim como a elite do poder encenava os seus assassínios enquanto suicídios, quando se tratava dos seus representantes fazia o contrário, apresentava os suicídios dos altos funcionários como acidentes. A cambada de funcionários médios e superiores de todo o país era obrigada ou queria imitar o grande caçador, Ceausescu. Foi assim que a caça se tornou o grande desporto dos funcionários, uma espécie de actividade do Partido na floresta. Até os altos funcionários dos nichos mais pequenos da província iam à caça. Quando, em Timisoara, um desses altos funcionários, cansado de viver, em vez de caçar um veado enfiou, aproveitando a solidão na floresta, uma bala na boca no momento certo, constou na «casa de

papel» do jornal que ele tinha sido arrancado à vida num trágico acidente de caça. Mas os meus amigos e eu conhecíamos uma estudante cujo pai estava lá, naquela caçada. Como tínhamos de viver com ameaças de morte e encarávamos os nossos dias como sendo medidos pelo Estado, retirávamos muito humor negro de notícias como aquelas. O meu amigo engenheiro, que foi enforcado passados quatro ou cinco anos e que hoje está nos autos como suicida, achava a propósito do «acidente de caça»: «O caçador faz pontaria para onde o veado se dirige e o veado dirigia-se para o palato do caçador.» Fizemos as nossas anedotas sobre o «veado do palato». Aquelas anedotas pediam continuação, uma encadeava-se na outra: «É melhor ter um pássaro na mão do que um veado no palato», ou «Antes cão vivo do que burro morto, mas antes burro morto do que a tampa na urna.» Todos davam achegas, e surgiu aquele conto de fadas improvisado, um mosaico de imagens esporádicas, em que todos trunfavam e se trunfavam a si próprios, de exercícios de poesia em grupo, sarcásticos, o que aguentava a coisa, de modo a domesticar o medo que todos sentíamos. Criava-
-se uma dinâmica porque cada um tinha de levar o que tinha sido dito mais longe, ao absurdo. Um produto daqueles começava bem comportado, tal como começa um conto de fadas alemão: «Era uma vez», e continuava: «Era uma vez como nunca foi.» É assim que começam todos os contos de fadas em romeno. E aquele início clássico de um conto de fadas romeno, que apontava para as mentiras miseráveis urdidas pelo regime, era motivo bastante para rirmos com gosto. Depois continuava pouco a pouco: «Era uma vez como era. E era no tempo quando era como nunca foi. Era uma vez em que tanto fazia como era. E era uma vez uma vez, da qual não se sabia já quantas vezes tinha

sido como nunca foi. Mas era uma vez na caça, quando foi pela última vez, um caçador com outros caçadores, dos quais não se sabia quantos eram. Quando não havia mais caçador nenhum em mais lado nenhum, embora não se soubesse em que lados e em quantos lados, a não ser aquele caçador, do qual não se sabe no meio de quantos estava...» As relativizações tinham de ir subindo de nível, eram levadas ao cume, as frases tornavam-se labirintos. E algures no meio dos encadea-
mentos, o palato do caçador tinha de correr nu, delicado e cor-de-rosa no chão duro da floresta, acertar num veado, crescer, ganhar pêlo e chifres e tornar-se tão parecido com o veado que se confundiam, e ser abatido sem querer pelo dono. Era assim então: «O palato e o veado eram tão parecidos como duas florestas, duas árvores, dois ramos, duas folhas, duas bandeiras, duas ervilhas, enfim, como dois camaradas.» Tínhamos uma visão geral alargada nos nossos labirintos de frases, éramos donos de uma espécie de supremacia territorial, colocávamos tantas pistas e desvios lá dentro até ficarmos com as cabeças azoratadas.

Inventei as frases agora porque já me esqueci há muito das de então. Mas poderiam ter sido assim. A cesura entre o medo da morte e a ânsia de viver provocava o rei. Nos exercícios de poesia tornávamo-nos viciados pela vida. Anedotas drásticas enquanto desmontagem imaginária do regime. Auto-encorajamento, já que aqueles de quem nos ríamos podiam acabar com a nossa vida num dia qualquer. As histórias para rir, construídas colectivamente, eram um divertimento conquistado com boa disposição, mas eram mais ainda um divertimento roubado. Os burros de que fazíamos troça estavam de certa forma na sala, éramos escutados. E num momento qualquer, quando já tínhamos esquecido o nosso contributo e o dos outros no

interrogatório não sei quantos, os inspectores iam buscar aquele tempo que tinha sido roubado. O ajuste de contas era feito palavra por palavra, e tudo aquilo era ainda (a maioria das vezes mal) traduzido para romeno. Já não se podia falar de humor; éramos confrontados pelos inspectores à vez, cada um por si, com a análise dos serviços secretos acerca das nossas «afirmações hostis ao Estado». Aquilo durava meio dia de cada vez, até a cabeça deixar de saber de quem era. Quando finalmente podíamos ir embora, juntávamo-nos outra vez para nos aconselharmos sobre a melhor maneira de negarmos o que tínhamos dito, sem acusar os outros. O que me perturbava interiormente era que as nossas histórias se tinham tornado, por causa da má tradução, não menos perigosas politicamente, mas literariamente estropiadas. A poesia tinha sido como que soprada dali para fora. Dado que o ruminar durante horas nos trazia outra vez tudo à memória ao longo do interrogatório, ficávamos com vontade de corrigir as perdas poéticas. Mas tínhamos de reprimir a correcção instintiva das perdas poéticas, porque isso equivaleria a uma auto-acusação.

O inspector dizia-me em cada interrogatório, quando na perspectiva dele me tinha dado xeque-mate, a frase triunfante: «Estás a ver, as coisas estão ligadas.» Ele tinha razão sem saber porquê, não sabia que coisas e quantas coisas se ligavam na minha cabeça contra ele. Começava logo pelo facto de ele estar sentado a uma secretária grande, polida, e eu a uma mesa de madeira, mal feita e imunda. «Estás a ver», sim, eu via um tampo de mesa com muitas fendas dos interrogatórios de outras pessoas, das quais nada se sabia, nem sequer se ainda estariam vivas. O inspector, como tinha de olhar para ele horas seguidas, tornava-se rei durante cada interrogatório. A careca dele

teria precisado do barbeiro da companhia do meu avô. A barriga das pernas também, que brilhavam com um branco repugnante entre o forro das calças e o elástico das peúgas. Pois, as coisas ligavam-se na minha cabeça para minha desvantagem. Mas na minha cabeça ligavam-se coisas muito diferentes: tal como no jogo de xadrez havia um rei que fazia vénia, no inspector havia um rei que matava. Foi um dos primeiros interrogatórios, e era Verão, de tarde, e as sombras de madeira vieram à baila. O vidro da janela reluzia, ondulado, ao sol. No chão caíam faixas de luz brancas, encaracoladas, e subiam pela perna das calças do inspector acima quando ele as atravessava. Tinha vontade que ele tropeçasse, que elas lhe entrassem pelos sapatos adentro e o matassem através das solas dos pés.

E umas semanas mais tarde, o rei chegou não só ao cabelo que lhe faltava, mas também ao que eu tinha. Entre as nossas mesas, havia novamente caracóis de sol no chão, a serpentear brancas, mais compridas do que o costume, rastejavam literalmente de um lado para o outro porque lá fora fazia muito vento. O inspector andava para cima e para baixo, estava nervoso, as sombras de madeira estavam tão inquietas que ele tinha de estar sempre a olhar para lá. Entre a minha presença, real mas imóvel, e as sombras de madeira só presentes em reflexo, a saltitar como loucas, perdeu o autodomínio. Ao andar para cima e para baixo, aproximou-se aos berros da minha mesa. Contava com umas bofetadas. Levantou a mão, mas depois tirou-me um cabelo do ombro, queria deixá-lo cair ao chão com dois dedos afilados. Não sei por que razão, disse subitamente: «Por favor, ponha o cabelo onde estava. É meu.» Tocou-me de novo no ombro com especial lentidão, o braço dele estava como que paralisado por uma câmara lenta, abanou a cabeça, foi até à janela passando pelos

caracóis de luz, olhou para dentro da árvore e começou a rir com estrondo. Só quando se pôs a rir é que olhei pelo canto do olho para o meu ombro. Tinha colocado o cabelo exactamente no mesmo sítio onde estava antes. Desta vez, não havia riso de rei que lhe valesse, não estava preparado para o episódio do cabelo. Tinha ficado demasiado desarmado, sentia-se ridicularizado. E eu fiquei numa satisfação tão estúpida como se a partir daquele dia o tivesse sempre na mão. O treino destrutivo só funcionava dentro da rotina, portanto ele tinha de respeitar o percurso. Improvisar era também para ele um risco. Não era um risco real, era um risco na minha fantasia, mas nos meus cálculos estúpidos contava.

Os cabelos e o barbeiro tinham sempre que ver com o rei. Os meus amigos e eu distribuíamos cabelos pela casa antes de sairmos. Pousávamo-los nas maçanetas das portas, nos puxadores dos armários, em cima de manuscritos dentro das gavetas, nas estantes em cima dos livros – eram sinais bem achados, porque davam pouco nas vistas, revelavam se havia objectos que tivessem sido mexidos na nossa ausência e se os serviços secretos tinham estado lá. «Por um cabelo», «de cabelo na venta», «estar pelos cabelos» e «não ter um cabelo fora do sítio», já não eram para nós expressões idiomáticas, mas sim hábitos.

No romance *A Terra das Ameixas Verdes* pode ler-se: «Os nossos bichos-coração fugiam como ratos. Atiravam o pêlo para trás das costas e desapareciam rumo ao Nada. Sempre que, ao falar, nos atropelávamos uns aos outros, eles ficavam mais tempo no ar. Sempre que nos escrevemos não nos podemos esquecer de pôr a data e um cabelo na carta, disse Edgar. Se alguma carta não contiver um cabelo, saberemos que foi aberta. Cabelos, pensei, em

comboios atravessando sozinhos o país. Um cabelo escuro do Edgar, um claro meu. Um ruivo de Kurt e Georg.»[22]

Depois de uma brigada inteira de agentes dos serviços secretos ter revistado a casa do meu amigo Rolf Bossert e desaparecido com todos os seus manuscritos e cartas, o Bossert pegou na tesoura, foi até à casa de banho, mudo, e pôs-se à frente do espelho a cortar madeixas de cabelo e pêlos da barba. Foi pouco antes da partida dele para a Alemanha. Aquela tesoura selvagem no cabelo, soubemo-lo sete semanas mais tarde, foi a primeira vez que pôs a mão em si próprio. Porque sete semanas mais tarde estava há seis semanas na Alemanha e atirou-se da janela do seu alojamento provisório.

Mais do que nas mulheres, o penteado era nos homens muitas vezes um indício político. Mostrava a intrusão do Estado na vida da pessoa, o grau da repressão.

Porque rapavam o cabelo a todos os homens que o Estado tinha roubado, temporariamente ou para sempre. Aos soldados, aos prisioneiros, às crianças dos lares de órfãos. E a todos os alunos que tivessem tramado alguma. Nas escolas, o comprimento do cabelo era controlado todos os dias – a nuca tinha de estar rapada até meio da cabeça, os lóbulos tinham de estar desimpedidos à largura de um dedo. E não era só em escolas pequenas, nos liceus também. Mesmo na universidade era dito aos estudantes que não aparecessem mais com aquele comprimento de cabelo. Havia o barbeiro para os homens e o cabeleireiro para as mulheres. Era impensável que mulheres e homens fossem ao mesmo local. O rei insistia na vigilância através da separação entre sexos.

Mesmo quando vejo as minhas fotografias de infância, o rei faz vénia. Vejo pelo meu penteado em cada fotografia

como a minha mãe se deveria sentir ao pentear-me o cabelo na manhã daquele dia. Raramente vinham fotógrafos à aldeia, já não me lembro como aconteceu eu ser fotografada diante de uma parede, no centro da aldeia, em frente a um canteiro de flores no quintal, num caminho nevado que passava ao lado da igreja. As fotografias não davam qualquer informação sobre mim, mas davam tanto mais sobre a minha mãe. Porque fazem três tipos de retrospectiva sobre ela naquele tempo. A primeira: o risco ao meio está torto, mas as tranças estão ambas colocadas à mesma altura atrás das orelhas – significa que o meu pai, na noite anterior, só tinha estado levemente bêbado. Nesses dias, a minha mãe penteava-me estoicamente, com o pensamento nela e os dedos a realizar a rotina bem treinada. O casamento ia razoavelmente bem, a vida era suportável. A segunda retrospectiva: quando as tranças e o risco estão muito tortos, a minha cabeça parece amachucada e o meu rosto deslocado. Significa que o meu pai, na noite anterior, tinha estado bêbado como um cacho – a minha mãe chorava ao pentear-me o cabelo, eu era um incómodo para ela, um estorvo que, como ela dizia amiúde, a fazia recuar na ideia da separação. E a terceira retrospectiva: quando tanto as tranças como o risco estão direitos e a metade esquerda e direita da cabeça e do rosto estão simétricas. Significa que o meu pai, na noite anterior, tinha chegado sóbrio a casa, a minha mãe estava alegre, conseguia gostar de mim, a vida corria-lhe bem. Mas as fotografias da terceira retrospectiva são raras. Os fotógrafos só vinham à aldeia nos feriados. Nos dias de trabalho, o meu pai conseguia beber durante o horário de serviço. Mas nos dias feriados a bebedeira era a ocupação exclusiva dele. Não gostava dos jogos de sociedade com os quais os homens passavam os feriados, nem de xadrez,

nem de cartas, nem do jogo de pinos, não gostava de dançar. Ficava sentado a beber, até os olhos e a língua incharem e as pernas dobrarem. Assim vistas as coisas, nestas retrospectivas fotográficas também estão documentados os estados dele. Também só tinha três, que no dia seguinte se insinuavam pelos dentes do pente para o meu penteado.

Mas é possível que o estado de espírito da minha mãe passasse de forma tão visível para o meu cabelo porque uns anos antes de ela me pentear tinha sido deportada para a União Soviética, para os trabalhos forçados. Passou cinco anos no campo de trabalhos junto ao rei que mata, e naqueles cinco anos esteve sempre à beira de morrer à fome. Chegou com 19 anos ao campo, com tranças longas como todas as filhas de camponeses. As razões para raparem a cabeça, dizia ela, iam alternando. Havia duas razões, e uma delas atingia-a sempre. Ou eram os piolhos, ou eram as batatas ou as beterrabas de forragem que tinha roubado do campo para não morrer à fome. Às vezes já lhe tinham rapado o cabelo por causa dos piolhos, quando a apanhavam a roubar. E os vigilantes tinham pena de não poder rapar outra vez uma cabeça careca, assim como se pode bater outra vez numas costas que já foram fustigadas. A cabeça rapada fica careca muito tempo, dizia-me ela, os cabelos não são tão estúpidos como a pele. Há uma fotografia: a minha mãe quando rapariga, careca, tão emagrecida que se vêem os ossos colados à pele, com um gato ao colo. É tão esquelético como ela e tem um olhar tão penetrante e uns olhos tão encovados e esfomeados como ela. E sempre que olho para aquela fotografia, pergunto-me: por muito que se goste de gatos, porque é que uma esfaimada ainda reparte o bocadinho de comida que tem com um gato? O pêlo do gato é desgrenhado,

longo e torto, como se tivesse crescido à custa da carne, de um material artificial, contrário à sua constituição.

E aqui na Alemanha? Porque é que os neonazis rapam o cabelo sem necessidade? Têm uma relação pervertida consigo próprios, falta-lhes o sentido da auto-humilhação. Instrumentalizam os crânios, andam com eles desfigurados, como seixos ou calhaus em cursos de rio secos ou desaparecidos. Brincam aos soldadinhos a seco, transformam o desprezo por si próprios em fanfarronice. Na sua visão do mundo nobilitam a perversão do rapar a cabeça, colam a si voluntariamente um estigma como sinal de reconhecimento do grupo. Nas cabeças-calhaus, tudo o que é individual está apagado, sob as comissuras do crânio rapado, dirigido pelos caprichos do homem superior, está um cérebro lamentável. Programados para a acção instintiva, o corpo torna-se para eles um instrumento de ataque.

Numa das primeiras colagens, através da qual cheguei à rima e ao rei, lê-se:

> e numa das mãos
> estava o rei
> à chuva sentado
> assim aconteceu
> eu fui para dentro
> para não dar com o meu eu
> e na outra mão
> estava o rei
> que perdeu
> assim aconteceu
> eu fui para dentro
> e raparam-me a cabeça

Há ainda duas coisas que têm a ver com o rei:

Os cabelos do meu avô nunca mais caíram. Levou-os, fartos e brancos, para o caixão.

Apesar de todo o esforço do meu avô para me ensinar, nunca aprendi a jogar xadrez. Duvidou da minha capacidade de entender e eu deixei que a coisa ficasse por ali. Nunca lhe disse o quanto temia e gostava do rei. Creio que se costuma dizer a propósito disso: eu não tinha a cabeça livre.

12 «A raposa já era o caçador», romance ainda sem tradução portuguesa. (*N. da T.*)

13 Herta Müller, *Der Fuchs war damals schon der Jäger*, Reinbek bei Hamburg, 1992, p. 19.

14 Alexandru Vona: *Die vermauerten Fenstern* [As Janelas Entaipadas]. Romance, Bucareste, 1993 (trad. alemã de Georg Aescht, Reinbek bei Hamburg, 1997, p. 200). *(N. da T.)*

15 Herta Müller, *Herztier*, 1994. Na tradução portuguesa, de Maria Alexandra A. Lopes, *A Terra das Ameixas Verdes*, Lisboa, Difel, 1999, p. 68. Todas as citações deste romance reproduzem a tradução referida. (*N. da T.*)

16 Tradução da palavra «Herztier» na versão portuguesa do romance homónimo [*A Terra das Ameixas Verdes*]. (*N. da T.*)

17 Versos da balada de Goethe, *Erlkönig* [O Rei dos Elfos] (1782): em tradução livre, «[Quem cavalga tão tarde] pelo vento e pela treva?/ É o pai que o seu filho leva.»

18 Versos da balada de G. A. Bürger, *Lenore* (1797): em tradução livre, «Lenore de madrugada acordou / De pesado sonho aturdida: / “És infiel, Wilhelm, ou alguém te matou? / Quanto tempo andarás perdido?”»

19 Prática de adivinhação ancestral, hoje a entrar em desuso, habitual na noite da passagem de ano nalguns países germânicos, como forma de tentar prever, através das formas do chumbo solidificado, os acontecimentos do ano que começa. (*N. da T.*)

20 Filme de 1944, cujo título em português é *Suprema Decisão* e em alemão *Gefährliche Begegnungen*. (*N. da T.*)

21 Vona, *id.*, pp. 248 e ss.

22 Herta Müller, *id.*, pp. 73 e ss.

Quando nos calamos, tornamo-nos incómodos – quando falamos, tornamo-nos ridículos

O silêncio não é uma pausa na fala, é uma coisa por si só. Eu conheço, das minhas origens no meio de camponeses, uma forma de viver que não fazia do uso das palavras um hábito. Quando nunca falamos de nós, falamos pouco. Quanto mais uma pessoa era capaz de se manter calada, mais forte era a sua presença. Como todos lá em casa, também eu tinha aprendido a ler nos outros o estremecer das rugas do rosto, das veias do pescoço, das asas do nariz ou dos cantos da boca, e não a esperar por palavras. Entre pessoas caladas, todos os nossos olhos tinham aprendido qual o sentimento que o outro carrega pela casa. Escutávamos mais com os olhos do que com os ouvidos. Instalava-se uma indolência agradável, um peso excessivo das coisas que trazíamos na cabeça, arrastado no tempo. As palavras nem sequer dão conta de um peso destes, porque não ficam de pé. Logo depois de faladas, mal são ditas, ficam caladas. E só podem ser pronunciadas uma a uma e uma a seguir à outra. A vez de uma frase só chega quando a outra desaparece. No silêncio, porém, chega tudo ao mesmo tempo, fica tudo suspenso lá dentro, aquilo que não é dito por longos períodos de tempo, até aquilo que nunca é dito. É uma situação estável, fechada sobre si

mesma. E a fala é um fio que se morde a si mesmo e que tem de ser sempre reatado.

Quando fui para a cidade, espantou-me o quanto os citadinos tinham de falar para se sentirem a si próprios, para serem amigos ou inimigos uns dos outros, para darem ou recebererem alguma coisa. E acima de tudo o quanto se queixavam quando falavam de si próprios. Na maioria das conversas havia um emparelhamento constante de arrogância com autocomiseração, de uma afectação narcisista com o corpo todo. Andavam sempre de um lado para o outro com aquele Eu sobrecarregado na boca. A teatralidade deles era ágil, os citadinos tinham articulações diferentes das dos camponeses debaixo da pele, as suas línguas eram a pessoa toda repetida dentro da boca. Eu, que durante tanto tempo tinha treinado o silêncio e que ainda por cima tinha trazido uns ossos pesados da aldeia, que a princípio nem sequer falava e depois falava um romeno sofrível, sentia-me inibida com esta obrigação de falar. Explicava para mim a duplicação constante da pessoa com aquela agitação pelo facto de o meio em volta ser, mesmo a céu aberto, forrado como uma casa. Ruas, praças, margens de rios, parques – em todo o lado empedrado ou asfalto, não só mais liso do que todos os caminhos da aldeia, mas mais liso ainda do que o chão dos melhores quartos dentro das casas. Mais forrado, pensava eu, do que as cozinhas de Verão da aldeia, que tinham um chão de argila. Eu precisava de uma explicação e servi-me da mais simples: quando os pés estão em chão liso, a língua pode ou tem de falar sem pensamentos dentro da cabeça. O campo não o permite, porque é acidentado e ávido de decomposição. Confrontamos o asfalto com a fala, e o campo com a lentidão pesada dos ossos, desprotegidos, dilatamos o tempo, sabendo que a terra é voraz, deixamos

a língua quieta na boca e a terra à espera. Mas no asfalto tornamo-nos mais leves; num lugar onde se está sempre a falar, a morte não fica por baixo, mas sim por detrás da vida. Tinha
saudades de casa, má consciência, como se me tivesse raspado e dei-
xado os outros à forragem da terra da aldeia com a sua galeria de curiosidades de todos os géneros de morte. Estava habituada a ver a morte no meio do quotidiano. Por pensar nela, ela foi à minha procura antes de o Estado vir com as suas ameaças de morte. Lá onde a terra tapada da cidade terminava, foi à minha procura. Estava nos prolongamentos da cidade, que se calhar eram os prolongamentos da minha infância: nas mesas de cimento do mercado de verduras, onde velhas vindas das montanhas vendiam pêssegos amargos, cobertos de penugem cinzenta, do tamanho de nozes. Eram iguais à pele dos rostos delas, eram pêssegos anciãos. A morte estava nos parques, quando as folhas novinhas, avermelhadas, das alamedas de choupos cheiravam a quarto de velhos. E a morte cor de cera clara também estava pelas ruas, nas tílias em flor quando aquele pó amarelo caía. No asfalto, o cheiro das tílias era diferente, na aldeia havia inúmeras tílias, mas só aqui na cidade, ao cheirá-las quando floriam, é que me ocorreram as palavras «açúcar de cadáver». Também foi à minha procura nos jardins defronte das casas em ruas secundárias, nas dálias que não conseguiam refrear as cores nos torrões de pétalas enroladas para dentro. As plantas da cidade, enquanto vivi sem ameaças, tornaram-se exemplos para a morte em geral. Mesmo quando pensava na minha morte, era sempre uma morte natural, a despedida da carne no asfalto espesso. Depois, mais tarde, quando os meus amigos e eu

passámos a viver com ameaças de morte dos serviços secretos, as coisas mudaram.

Quando, depois de interrogatórios torturantes, voltava à rua com a cabeça remexida, os olhos rígidos como um molde de gesso, as pernas estranhas como se fossem emprestadas, quando ia neste estado a caminho de casa, as plantas mostravam-me o que se passava comigo – e que não era possível dizer por palavras. Para mostrá-lo não precisavam de mais nada senão dos cheiros, das cores e formas que já tinham de qualquer modo, e do lugar onde estavam em todo o caso. Ampliavam o que tinha acontecido até à monstruosidade, mas instilavam nesta ampliação já o encolhimento necessário à adaptação, para conseguir situar o que tinha acontecido por último nas coisas anteriores. A mim a dália mostrou-me que devia entender o interrogatório como obrigação do inspector, e que as fendas da mesa pequena de interrogatório eram de todos os outros que tinham sido interrogados antes e depois de mim, que, portanto, eu era um caso entre muitos, mas apesar de tudo um caso único. Aquilo que me perturba é quotidiano para o inspector, não é senão a rotina da profissão horrível dele, foi o que me mostrou a dália. Mas também que a rotina, exercida sobre mim, se tornava uma coisa especial, que eu tinha de pensar bem aquela coisa especial, por mim, e que tinha de me proteger pessoalmente. Tenho de gostar suficientemente de mim para me defender, mesmo que, antes e depois do meu interrogatório, aconteça o mesmo a outros. Como hei-de explicar por palavras que a dália me deu uma atitude interior quase estável face aos repelões que vinham de fora, que dentro de uma dália há um interrogatório quando vimos do interrogatório, ou uma cela quando uma pessoa de quem gostamos e que não queremos perder está na

cadeia. Que dentro de uma dália está uma criança, quando engravidamos e não queremos ter a criança de maneira nenhuma porque não queremos obrigá-la a viver esta vida de merda, mas se abortamos vamos para a cadeia se formos apanhadas.

Quanto teria eu de falar se quisesse dizer tudo à minha amiga, que me pergunta os pormenores dos interrogatórios? Dizer tudo quer dizer: tudo aquilo que é possível ser dito por palavras. Assim, relatei-lhe de cada vez os factos todos, mas nada além disso, nunca disse uma palavra sobre plantas que me davam a conhecer o meu próprio estado quando passava por jardins a caminho de casa. Nunca disse nada acerca dos pêssegos anciãos, nunca mencionei o açúcar de cadáver nem as dálias. O silêncio equilibrou a fala. Onde o silêncio teria sido mal entendido pela amiga, tinha de falar; onde o falar me teria colocado perto dos loucos, tinha de me calar. Não queria tornar-me nem assustadora nem ridícula para ela. Éramos muito amigas, víamo-nos todos os dias. Mas mantivemo-nos muito diferentes, era isso que tornava a amizade tão íntima. Cada uma de nós precisava da outra naquilo que não tinha. Era uma proximidade sobre a qual não era preciso falar.

A minha agulha de orientação não lhe era familiar, nunca se tinha deparado com a audácia das plantas. Era uma filha da cidade. Onde os meus sentidos tropeçavam, via os dela deslizarem, onde eu vacilava, ela atirava-se para a frente – era por isso que gostava dela. Teria rido de mim às gargalhadas se eu lhe contasse da galeria de curiosidades dos géneros de morte que existe num vale a florir. Ela não conhecia a solidão miserável na paisagem, a conta aberta com o efémero, a que não se resiste. Tinha conservado para tudo uma medida suportável, tinha conseguido

manter um olhar de fora, nunca ficava a magicar nas palavras. Em vez disso, gostava de vestidos e jóias, desprezava o regime por ser uma declaração de falência de toda a sensualidade. E aquele regime não foi atrás dela. Tinha estudado Tecnologia de Soldagem, a área dela era considerada construtiva e leal ao Estado, e aquilo que eu fazia era considerado destrutivo. Não falava uma palavra de alemão e não sabia o que eu escrevia. Se calhar o regime entendia a nossa amizade, por essa razão, como um assunto de mulheres sem conteúdo político. Mas ela era política em alto grau devido à sua índole imprevisível, recusava a subserviência por motivos de aversão física e era, do ponto de vista moral, mais consequente do que outros com teorias políticas e palavreado subversivo. Estava dependente desta amiga; quando estava tudo em cacos comigo, ela oferecia-me coisas intactas. Coisas intactas no comportamento; mas o corpo dela, sem que ela ou eu o soubéssemos, já na altura estava corroído pela morte, tinha cancro e quando soube já era tarde de mais. Ainda tinha três anos de vida e eu fui-me embora. E quando veio de visita, mostrou-me a cicatriz do peito direito amputado, confessando que tinha sido enviada pelos serviços secretos – a visita era uma missão. Tinha de me transmitir que eu estava na lista de pessoas a eliminar, que queriam ver-se livres de mim se eu continuasse a falar do Ceausescu no Ocidente daquela maneira infame. Já me tinha traído quando chegou a Berlim, e enquanto confessava a traição, afirmava que nunca seria capaz de fazer uma coisa que me prejudicasse. E eu convidei-a, passados dois dias, a fazer a mala e levei-a à estação dos caminhos-de-ferro. Recusei o lenço de despedida para acenar no cais, o lenço para chorar. O lenço para fazer nós,

para não me esquecer de nada, não precisava dele – os nós já estavam na garganta.

Dois anos depois desta partida prematura, morreu de cancro. Gostar de alguém e ter de abandonar essa pessoa porque não se apercebia do que estava a fazer, porque tinha posto à disposição dos serviços secretos o que sentia por mim, contra a minha vida. Tinha emprestado a nossa amizade ao rei, que lhe fazia a vénia e me queria matar a mim, e esperava receber em troca a amizade, como nos tempos em que lhe fazia confidências. Para me poder enganar, tinha de mentir a ela própria, uma coisa estava ligada à outra, implicavam-se mutuamente. A perda desta amizade é até hoje um corte na minha vida. Tive de inventar, também para esta mulher, o «bicho-coração» e o «rei». Porque ambos os conceitos têm dois gumes, andam por aí como fantasmas no matagal do amor e da traição. Ao escrever, tive de perguntar às frases que se renderam e não foram suficientes: «Porquê e quando e como é que o amor amarrado se mistura com os esquadrões de assassínio»?[23] Mesmo quando abandonamos porque tem de ser, não deixamos de ter sentimento de culpa. Tive de me socorrer de uma das belas canções populares romenas para concluir, no livro, o capítulo da minha amiga:

> quem ama e vai embora
> deve Deus castigar
> Deus deve castigá-lo
> com o passo do escaravelho
> com o zumbido do vento
> com o pó da terra

Não havia mais nada a dizer a este respeito. A canção é muito conhecida na Roménia. Ocorreu-me, tal como a outras pessoas ocorram talvez as orações. Quando não acreditamos em orações, começamos a cantar

silenciosamente. Esta canção apresenta-se-me como as dálias do jardim. Tal como elas, consegue ordenar uma perda na cadeia dos outros danos.

Admiro e tenho medo das plantas que têm caules peludos, rastejantes, demasiado finos, folhas demasiado dentadas, que arranham, e frutos tão grandes como cabeças. Cabeças caladas, cujo rosto de carne garrida cresce para dentro: abóboras e melões. Abalançam-se a pesos que, se estivessem de pé, não conseguiriam suportar. Espraiam-se, rastejam pelo chão ou trepam pelas cercas, não carregam com os próprios frutos. Têm-se frágeis, pousam as cabeças no cachaço de campos gordos, penduram-nas na madeira de uma cerca, na vertical. Enquanto criança da aldeia, estava sempre a ver através destas plantas uma frase da igreja a transformar-se em plantas, era a frase: «Carregai as cargas uns dos outros e assim cumprireis a lei de Cristo.» (Carta de São Paulo aos Gálatas 6,2.) Via-se pela parte de fora destas plantas como seria se se tirasse a uma delas alguma coisa lá de dentro. Queria ver, através do exemplo daquelas plantas, como é que se poderia fazer com as pessoas. Mas não era possível fazê-lo. O meu pai tinha de carregar sozinho a bebedeira dele, à minha mãe ninguém podia tirar o choro; mesmo quando eu chorava com ela, não chorava pelos motivos dela. Porque ela chorava por ter um bêbado por marido, que se punha a gesticular com uma faca quando ela lhe pedia explicações. Mas eu chorava porque queria ter uma mãe que também chorasse por minha causa, por uma criança que não sabe por que razão há-de pertencer justamente àqueles pais, quando este seu pai está sempre demasiado bêbado para ser um pai para a filha, e quando esta mãe sofre tanto com a bebedeira dele que a filha se torna secundária para ela. E o meu avô tinha de carregar sozinho as cadernetas de

recibos, e a minha avó o livro de horas com a fotografia do filho morto na guerra.

Parece-me que naquela casa e naquele quintal nos calávamos, todos como éramos, uns colados aos outros. Os nossos objectos pertenciam uns aos outros, as nossas cabeças estavam completamente desligadas umas das outras. Estávamos assim, enfiados, três gerações, na mesma casa. Quando nos habituamos a nunca dizer nada uns aos outros, não é preciso habituarmo-nos a pensar por palavras. Não é preciso falar para estar cá. Era uma atitude interior como não tinham as pessoas da cidade, mas sim as dálias. Habituados que estamos a esta atitude, nem nos damos conta de que não falamos. Nem sequer pensamos em falar, estamos fechados connosco próprios no silêncio e fixamos os outros com os olhos.

A pergunta frequente das pessoas que nos são próximas: «Em que é que estás a pensar agora?», não a conhecia enquanto criança da aldeia. Também não conhecia a resposta que vinha com frequência: «Em nada.» Esta resposta não é aceite a maioria das vezes, é entendida como desculpa, como desvio. Parte-se do princípio de que toda a gente está sempre a pensar em qualquer coisa, e que sabe o que é. Eu creio que é possível pensar «em nada», portanto em algo que não se sabe o que é. Quando não se pensa por palavras, pensa-se «em nada» porque não se é capaz de dizer por palavras aquilo em que se pensou. Pensou-se qualquer coisa que não precisa do contorno das palavras. Está na cabeça. O falar foge, o silêncio fica, fica e tem cheiro. Cheira ao lugar lá de casa onde eu ficava ao lado de mim, ao pé dos outros. No quintal, o silêncio cheirava a flores
de acácia ou a trevos acabados de cortar, no quarto cheirava a naftalina ou a uns quantos marmelos dentro do

armário, na cozinha cheirava a massa ou a carne. Cada um trazia os seus degraus na cabeça, nos quais o silêncio andava para cima e para baixo. A pergunta «em que é que estás a pensar» teria sido como um assalto. Era óbvio que vivíamos cheios de segredos. Cada um falava saltando por cima dos seus segredos quando falava do trabalho e das coisas, que, por existirem, provavam que pertencíamos uns aos outros. E também a minha pertença aos de casa. Não era por causa deles, mas por minha causa que eu ficava a olhar para eles tempo de mais e os obrigava a tornarem-se sinistros e a porem-me em causa. Foi fracasso meu eu ter-me transformado num tecido efémero diante do material com a consistência óbvia deles.

Mencionei o melão, porque nele a frase bíblica «carregai as cargas uns dos outros» se transformava numa planta. Através do melão é possível mostrar como o silêncio, enquanto atitude interior, pode viver sem indignação uma vida inteira dentro da cabeça quando se considera errado desgastar os pensamentos com palavras. Eu gostava de ir aos domingos de manhã à missa, era a oportunidade de escapar a descascar batatas. Ninguém lá em casa ia à missa, e assim deixavam-me ir em substituição dos outros. Para a opinião pública, era bom e os de casa se calhar também pensavam que se a criança vai rezar, Deus há-de perceber que o resto da família não tem tempo. A minha avó acreditava em Deus, rezava de manhã e à noite, todos os dias, em casa, sozinha. Desde que o filho tinha caído na guerra, só ia uma vez por ano à missa, no dia dos caídos de guerra. E nesse dia eu estava sempre sentada ao lado dela. O que me atraía à igreja era a grande figura de gesso de Nossa Senhora, porque se via o coração dela. Estava de fora, era muito grande e pintado de um vermelho escuro com umas pintinhas pretas sobre o vestido azul-claro até

aos pés. Com o dedo indicador elevado, chamava a atenção para o seu coração. Um coração tão mal pintado que até estava bem, transformando-se, sem que fosse intenção do pintor da aldeia, numa coisa que não deveria ser. Para mim não era uma igreja quando lá estava sozinha. Ia de visita à Maria, não fazia o sinal da cruz, não saudava. Naquela frescura, ouviam-se os grilos atrás do altar, como ao final do dia no quintal. Eu ia direitinha à Maria, examinava o coração dela em pormenor, chupava um rebuçado que tinha comprado com o troco, e punha-lhe também um ao lado dos dedos dos pés nus. Ou um pedaço de fio quando tinha comprado linhas, ou um fósforo da caixa, uma agulha de coser ou um gancho de cabelo. Depois voltava para a rua. Uma vez, tinha deixado um pionés ao pé dos dedos dela e a meio do caminho voltei para trás e guardei-o, porque ela podia pisá-lo. Nunca rezava e nunca lhe dei uma flor.

Do Inverno até à Primavera, e pelo Verão adentro, o coração dela era, sempre que olhava para ele, uma melancia cortada ao meio. Só no Outono é que veio o dia dos caídos de guerra e a minha avó foi também à igreja. Sussurrei-lhe ao ouvido: «Olha só, o coração da Maria é uma metade de melancia.» Abanou algumas vezes o joelho, porque estávamos sentadas no meio de outras pessoas, e só depois é que me tocou no joelho como que por acaso e sussurrou, respondendo: «Pode ser que sim, mas não é preciso falar disso.» Depois abanou mais umas vezes o joelho, para que pensassem que estava a fazer aquilo para si e não como sinal para eu estar agora com atenção ao que se ia dizer. E depois, a caminho de casa, voltou ao assunto de maneira tão sucinta que na fala havia já silêncio. Resumiu o coração pintalgado de preto e a melancia cortada ao meio na palavra aquilo, e disse:

«aquilo da Maria não o deves dizer a ninguém.» Eu acatei, mesmo depois de ela morrer, mesmo depois de já ter ido para a cidade. Até começar a escrever, não havia nada a dizer sobre o assunto.

Vista de fora, a escrita talvez se assemelhe à fala. Mas vista de dentro, é uma coisa solitária. As frases escritas relacionam-se com os factos vividos mais como o silêncio se comporta perante a fala. Quando ponho coisas vividas em frases, começa uma procissão fantasmagórica. As entranhas dos factos são embrulhadas em palavras, aprendem a andar e passam por um lugar ainda desconhecido durante a procissão. Para continuar com a imagem da procissão, para mim é como se, enquanto escrevo, pusesse a cama numa floresta, a cadeira numa maçã, a rua foge para dentro de um dedo. Mas também acontece o contrário: a mala torna-se maior do que a cidade, o branco dos olhos torna-se maior do que a parede, o relógio de pulso maior do que a Lua. Na vivência das coisas, tínhamos lugares, um céu aberto ou fechado por cima da cabeça, e terra, asfalto ou o chão do quarto por baixo dos pés. Estávamos rodeados de horas, tínhamos luz ou noite diante dos olhos. Havia um outro ali, pessoas ou apenas objectos. Tínhamos o princípio, a duração e o fim de um acontecimento enquanto medida, sentíamos a duração breve ou longa do tempo na pele. E tudo aquilo junto nunca acontecia por causa das palavras. O vivido, como processo, está-se nas tintas para a escrita, não é compatível com palavras. Coisas que aconteceram verdadeiramente nunca podem ser captadas uma a
uma por palavras. Para serem descritas, têm de ser recortadas de acordo com as palavras e completamente reinventadas. Ampliar, reduzir,
simplificar, complexificar, mencionar, ultrapassar – uma

táctica que segue os seus próprios caminhos e que tem o vivido apenas como pretexto. Arrastamos o vivido, ao escrever, para um ofício diferente. Experimentamos qual a palavra que é capaz do quê. Já não dia ou noite, aldeia ou cidade, o que impera é o substantivo e o verbo, frase subordinante e subordinada, cadência e sonoridade, verso e ritmo. O que aconteceu verdadeiramente insiste, à margem, e nós aplicamos-lhe um choque atrás do outro com as palavras. Quando já está irreconhecível, fica de novo no centro. Temos de demolir a presunção do vivido para escrever sobre ele, desviar-nos de todas as ruas verdadeiras para entrar numa inventada, porque só ela se pode assemelhar às verdadeiras.

E não podemos nem devemos deixar acumular sem protecção aquilo de que gostamos e estragá-lo numa frase má. Quando escrevo, acompanha-me sempre o pensamento de que aqueles que me são muito significativos estão a ler o que escrevo, mesmo que já tenham morrido, especialmente quando já morreram. Quero chegar a eles com palavras. É a única medida que possuo, ao longo da qual classifico as frases como suficientemente boas ou demasiado más. Talvez seja uma obrigação moral ingénua da escrita, espalhada por pequenos bocados. Era e é o contrário do estar por cima das coisas, de qualquer ideologia, seja ela qual for – além disso, é também o melhor método contra ela. A ideologia tem em vista o todo. De acordo com o seu juízo, as frases são permitidas ou proibidas. Para não abandonar aquilo que é permitido, os autores ideologicamente comprometidos esgotam nos seus textos tão só novas variantes das peças prontas, já disponíveis. Estas são variáveis apenas dentro das margens em que o todo não é posto em causa. Uma obrigação moral, interior, por motivos estritamente

privados, irrita os amantes da ideologia. Esta obrigação moral não se sente comprometida com o todo, sabe até que qualquer texto se desvia do previsível, que foge do terreno oferecido pela ideologia. Em vez de permitidas ou proibidas, as frases escritas pela obrigação interior encaram-se como verdadeiras ou imitadas.

A escrita faz frases a partir do vivido, mas nunca um diálogo. Os factos, quando aconteceram, nem sequer teriam aguentado as palavras com as quais os escrevemos mais tarde. A escrita sugere-me sempre o fio da navalha entre expor e manter secreto. Mas também vai mudando entre estas duas coisas; na exposição, o real é retorcido até à invenção, e na invenção transparece o real, justamente por não ser formulado. Metade do que a frase provoca ao ser lida não é formulado. Esta metade não formulada torna possível a correria desatada na cabeça, abre para o choque poético que temos de deixar valer como pensamento sem palavras. Ou então chama-se a isso: sentimento.

Nunca tive, em relação a muitos objectos, uma ideia precisa sobre o que são, porque estão sempre a transformar-se, dependendo do uso que lhes está a ser dado. A minha mãe dava-me a faca maior de todas para a mão e mandava-me ao sótão, ao fumeiro que ficava ao lado da chaminé. Era lá que estavam pendurados os presuntos. Tinha de cortar uma fatia e levar para a cozinha. Ao subir as escadas, perguntava-me a mim própria por-que é que ela não tinha medo que eu fizesse outra coisa qualquer com a faca. Podia cair e ferir-me. Podia cortar-me na mão e não o presunto, sem querer. Mas também me podia matar com a faca, de propósito. A faca ter-se-ia tornado de cada vez uma coisa diferente se eu tivesse feito outra coisa com ela que não cortar presunto. Eu esticava o tempo, muitas vezes ficava muito tempo no sótão. Parecia-me indiferença,

ou até negligência, quando a minha mãe me tirava com toda a naturalidade o presunto e a faca da mão, quando voltava à cozinha. Não lhe passava mais nada pela cabeça senão cortar presunto, nunca se perguntava por que razão tinha estado tanto tempo ausente com a faca grande.

Diz-se «o lenço», mas qual lenço? O lenço, quando choramos, não é o mesmo quando acenamos à despedida, não é o mesmo quando amarramos uma ferida, não é o mesmo quando limpamos o nariz, quando estamos constipados, e não é o mesmo a que damos um nó para nos lembrarmos de qualquer coisa, e não é o mesmo em que embrulhamos o dinheiro para não o perder, e não é o lenço que está na berma da estrada porque alguém o perdeu ou deitou fora. O mesmo lenço nunca é igual. Quantas possibilidades não ditas existem na simples frase: «A mulher guarda o lenço.»

Num fim de tarde de Verão, no cemitério, um rapaz meu vizinho dizia-me: para as almas dos mortos, o mundo não é maior do que um lenço. Mandavam-nos ao cemitério à tardinha, quando o calor amainava, pouco antes de ficar noite escura, porque só se devia regar as flores das campas pela fresca. Por trás da capela do cemitério ficava o lago. As rãs coaxavam que chegava ao céu. Quando agitávamos o regador na água para enchê-lo, rãs do tamanho de um punho saltavam pesadas das folhas para as profundezas, faziam um som abafado como os torrões de terra a cair na tampa da urna nos enterros, como se estivéssemos no nosso próprio enterro, como se ouvíssemos o último adeus dos torrões na urna, por cima da cabeça. Carregávamos os jarros cheios e víamos o vapor branco a subir das campas onde não tínhamos nada que fazer. Cada um regava as suas flores, era rápido, a terra tinha sede. Depois sentávamo-nos ao lado um do outro nas escadas da capela

e chamávamos a atenção um do outro para as campas de onde acabava de voar uma alma. Não dizíamos uma palavra, para não assustar as almas. Uma vez, uma alma voou de uma campa vazia. Tal como o filho da minha avó, o morto tinha caído na guerra, muito longe dali. A alma dele era uma galinha muito magra.

A pedra tumular dizia: Descansa em paz em terra estranha.

Só a caminho de casa é que falávamos das almas. Chegávamos sempre a acordo acerca de um animal. Havia almas de lagarto, de perdiz, de ganso selvagem, de coelho, de garça. As almas dos mortos voam para todo o lado, dizia o meu vizinho, para elas o mundo não é maior do que um lenço.

E como sucede uma mortalha parecer-se com um lenço numa fotografia? E como sucede uma fotografia de um cadáver servir de marcador de livros no livro de horas da minha avó? Como é que uma morte vai parar a uma fotografia sépia e branca que não é maior do que uma caixa de fósforos? Como é que se põe tão pequena e ainda deixa uma margem de um dedo a toda a volta para as ervas? O filho da minha avó, despedaçado por uma mina na guerra, parece-se, no lenço pousado na erva, com uma mão-cheia de folhas murchas, arrebanhadas pelo vento. Como é que uma fotografia da frente, que anuncia uma morte, se atreve a confundir mortalha e lenço, pessoa e folhas? A perda do filho, ninguém a podia tirar à minha avó. Tal como os damasqueiros me lembravam o meu pai morto, era um acordeão que lhe lembrava o filho morto. O acordeão era o objecto deixado por ele e tinha de representá-lo. Apesar da corcunda, a mala do acordeão era idêntica a uma urna. Despedaçado como foi depositado numa vala comum, perto de Mostar, talvez tivesse cabido duas vezes naquela mala. Ela venerava aquela urna de

acordeão corcunda, estava entre o fogão de azulejos e a cama no quarto melhor da casa. Quando se passava pela porta, os olhos deparavam logo com ela. Às vezes, quando estavam todos lá fora, no jardim, a uma boa distância, eu abria a mala e punha-me a ver o acordeão. As teclas brancas e pretas eram iguais à mortalha branca e à erva preta da fotografia. A mala do acordeão era o objecto de culto da minha avó. Ia todos os dias ao quarto, que não era habitado por nós mas sim por aquela mala de acordeão. Ficava a olhar calada para a mala, tal como se olha para os santos na igreja e se pede ajuda em silêncio. Tinha o filho morto dentro de casa, esquecia-se que um acordeão não pode ser uma pessoa, e que para o acordeão tanto faz de quem é. Como é que acontece uma mãe confundir um acordeão com o filho? Que frases se prestam a descrever como a perda se transforma num objecto, que se oferece, sem motivo aparente, para projectar em si a pessoa desaparecida?

E como é que o marido, que até 1945 tinha campos à volta da aldeia toda, e que era comerciante de cereais e merceeiro e, expropriado pelo socialismo, já só tinha uma arca cheia de cadernetas de recibos de carruagens inteiras de cereais e grãos de café, como é que aconteceu ele anotar as suas compras diárias, mínimas, nas rubricas destinadas às toneladas? A primeira rubrica tem a designação: Nome da remessa – e escreve nela: «Fósforos». A segunda rubrica tem a designação: Quantidade vagões / toneladas – e escreve nela: «1 embalagem». A terceira rubrica tem a designação: Valor em centenas de milhares / milhões – e ele escreve: 2 *lei* / 05 *bani* (em alemão 2 marcos / 05 *pfennig*). Os campos, as alfaias agrícolas, as contas no banco, as barras de ouro: o socialismo expropriou-o de tudo. Até a casa, a propriedade agrícola

com edifícios de escritórios, pertencia ao Estado. Só podia ocupar dois compartimentos com a mulher, a filha e o genro. Todos os outros foram ocupados como armazéns de cereais, havia trigo, cevada e milho do chão ao tecto. Os camiões de carga entravam cheios pelo portão das traseiras, e saíam vazios pelo da frente, desde o princípio do Verão até ao final do Outono. O meu avô, em tempos comerciante de cereais conhecido até Viena, ficou, depois de o socialismo ter terminado a expropriação da «classe dos exploradores», tão pobre que já nem sequer tinha dinheiro para o barbeiro. Só lhe deixaram as cadernetas de recibos, que ainda teriam chegado para mais dez anos de comércio de cereais; enchiam uma arca grande.

Nesta humilhação, o meu avô começou a preencher as rubricas com as suas ninharias. «Para a cabeça não enferrujar», dizia ele. Mas procurava firmeza naquela prática, que documentou a sua decadência. No confronto com a sua queda, procurava a dignidade. Nunca se queixava, inscrevia nas rubricas as míseras compras feitas na loja da aldeia: 1 metro de pavio para a lamparina de petróleo, 1 metro de elástico de calças, 1 tubo de pasta de dentes, ou 1 frasco de mostarda. Fazia as contas aos gastos do dia, da semana depois, do mês, do ano. Aquilo que estava impresso nas rubricas e aquilo que o pobrete lá escrevia à mão se calhar mostravam-lhe, sem uma única palavra, tanto como as dálias no jardim, depois do interrogatório. Ou tanto como os poemas que eu dizia para mim própria, para sustento diário. Também eram sempre poemas que me confirmavam que a minha vida não tinha saída possível. Ninguém era capaz de dissuadir o meu avô de deixar as malditas cadernetas de recibos. Só quando fui para a cidade e me habituei a dizer poemas é que percebi que as cadernetas de recibos do meu avô não eram as

orações mas sim os poemas dele. Eventualmente, as dálias dele.

Por causa da proximidade das plantas, que me acontecera en-quanto criança de aldeia, atribuía também intenções às plantas da cidade. Tal como na aldeia o milho se tornara inimigo, na cidade foram as tuias e os abetos. Eram as plantas dos poderosos, e as dálias e choupos eram as plantas dos que não tinham nada. Tuias e abetos serviam o poder enquanto cercaduras sempre verdes em volta dos edifícios do Estado e mansões privadas. Quer se queira quer não, as sementes de tuia e as pinhas parecem miniaturas de urnas. Estas plantas tinham abandonado a sua índole, eu estava convencida de que se sustentavam do Estado. Os gladíolos também pertenciam às plantas dos poderosos; naqueles arranjos festivos do regime, erguiam-se das tribunas sobre delicados fetos, já murchos há muito. Gladíolos como cassetetes floridos e cravos vermelhos como emblemas do Partido. E também havia animais dos poderosos: as gaivotas do Danúbio que comiam carne humana e os cães de guarda dos polícias, guardas prisionais e soldados de fronteira. Os carreiros de formigas só carcomiam as paredes das casas das pessoas pobres. Os piolhos e as pulgas só martirizavam a pele dessas pessoas. E as moscas. À noite, os meus amigos e eu fazíamos uma brincadeira em grupo com moscas. Chamava-se: «A autocrítica da mosca.» Ligávamos a luz da cozinha e sentávamo-nos todos na sala às escuras, à volta da mesa. Depois um de nós levantava-se, desligava a luz na cozinha e ligava a da sala. No momento em que havia luz na sala, chamávamos pelo nome de um agente dos serviços secretos que tínhamos combinado previamente. Como as moscas são atraídas pela luz, ao fim de pouco tempo entrava para a sala o agente dos serviços secretos a voar,

uma mosca a zunir. Sentava-se sempre primeiro na mesa, porque a luz era mais forte ali. Ríamos perturbadoramente alto, comentávamos o voo da mosca pela sala, quando ela passava a zumbir. E às vezes a brincadeira era ao contrário, dávamos à mosca um dos nossos nomes e repetíamos o jogo tantas vezes até entrarmos todos na sala na qualidade de moscas. Até a mosca nos provar que estávamos todos, porque ainda existíamos todos. Nessa altura, ainda existíamos todos, mais tarde já não. Depois veio o lado nocturno. Talvez por isso eu tenha passado depois a brincar com palavras recortadas do jornal, em vez da mosca:

o silêncio se calhar passa
pela casinha de uma maçã
como senhoras com os cães
como nomes pelo jornal
como farejadores pelo Verão
sedentos de vento e terra
o lado nocturno da garganta
trouxe-o um dia uma mosca
que vinha da cozinha

O que habitualmente se chama história, sem mais, foi também para os membros da minha família o lado nocturno da garganta, desde o nacional-socialismo e pelos anos 50 fora. Cada um deles foi chamado pela história, e teve de se apresentar à história como criminoso ou como vítima. E quando a história os deixou ir embora, nenhum deles ficou ileso. O meu pai anestesiava o tempo passado como soldado das SS com a bebida. A minha mãe teve de se haver com a careca quase morta de fome, que ela tinha sido enquanto deportada, a minha avó adulava a mala do acordeão, o meu avô não largava as cadernetas de recibos. Entrechocavam-se na cabeça de todos eles coisas que nunca se deviam ter encontrado. Só entendi

verdadeiramente como os danos destes meus familiares lhes deram que fazer quando eu própria cheguei a um beco sem saída. Só depois soube que todos os nervos ficam para sempre sobrecarregados por invasões demasiado profundas. Que esta sobrecarga se impõe nos anos da velhice e que vai buscar até coisas a tempos anteriores à invasão. Não transforma apenas as coisas que se passaram depois, mas também coisas anteriores, que não teriam nada a ver com o rasgão feito na vida se não houvesse esse rasgão. Tudo é atraído para essa vereda, nada do que está na cabeça e na vida se consegue separar mais dela. O que existia antes do rasgão apresenta-se depois, como se já naquele tempo estivesse escondido, e por isso desconhecido, e já naquele tempo um franco anúncio da perda posterior, um prólogo levianamente ignorado.

Com 17 anos, fui pela primeira vez, num passeio de turma, ao mar Negro. A água verde com espuma branca. Com o meu olhar verde da aldeia, foi para mim o primeiro relvado liso que vira alguma vez, com mais cardaminas que alguma vez poderiam crescer. Um relvado cheio a transbordar. Conhecia o pasto verde, enorme, a tocar nos bordos do céu, tão plano que se podia ver qualquer pessoa de muito longe. Uma clareza na qual nos tornávamos visíveis, sem barreiras, sobretudo para nós mesmos, da ponta dos pés aos dedos das mãos, com uma transparência tal que o céu quase nos engolia. Quebrávamos na cabeça, mas nunca debaixo dos pés. Se calhar ousei, confiando na pradaria, entrar pelas águas profundas adentro sem pensar que não sabia nadar. O chão tinha desaparecido, o relvado cheio a transbordar tinha-se tornado água funda de afogar. Nem sequer tentei nadar, já só pensava que o mar me ia abocanhar. Perdi os sentidos, voltei a mim na praia, e havia muitas pessoas à minha volta. Alguém me tinha visto a

afogar-me e puxou-me para terra a tempo. Estava tão baralhada que nem sequer me ocorreu perguntar quem me tinha salvo. Nem sequer agradeci. Porque no dia seguinte, quando finalmente fiz a pergunta, todos os ombros se encolheram e disseram: foi um homem desconhecido, que depois da respiração artificial se afastou logo da multidão.

A água ficou para mim, nos restantes onze dias de férias, para lá dos limites. Passei o tempo no asfalto dos cafés, como se não houvesse mar, mas via-me em todo o lado onde estava como uma afogada. A água não parava de me encher os ouvidos. À descontracção do afogamento seguiu-se o medo, não conseguia livrar-me dele. Mais tarde contei coisas do mar, mas lá em casa não disse nada do afogamento, e guardei a fome do mar por carne também para mim, tal como calei a fome dos campos por carne. Quando calo, o medo adormece em mim, achava eu. Quando falo, ele volta a acordar. E quando escrevi sobre isso, transferi o lugar, imaginei lagos glaciares nas montanhas, porque ficam lá no alto e o céu fica ainda mais perto.

Dez anos depois do quase-afogamento no mar, estava tão farta das chicanas dos serviços secretos que pensei pôr fim àquela vida de merda e afogar-me no rio. Continuava a não saber nadar, o que era bom. Mas continuava a odiar também a falsidade da água. No entanto, enfiei duas pedras nos bolsos do casaco, à beira do rio. Foi na Primavera, o sol fraco, os rebentos frescos dos choupos tinham um cheiro agridoce a caramelo. Estava ligeiramente eufórica com a ideia de poder sair bruscamente do cerco. Fugir, silenciosa e astuta, da vida, pensei eu, e quando o inspector me quiser desmantelar da próxima vez, já não estou à disposição. E ele fica monstruosamente só nas manchas de sol do maldito chão. Que eu esteja a tirar a

minha própria vida, de que teria gostado se não tivesse sido tão estragada, já não tem importância nenhuma. Ultrapassado o medo de ser morta, eu já não existia para mim. Visto com os olhos de hoje, é ilógico, eu tinha esse medo porque queria viver. Mas tinha os nervos tão esfrangalhados e estava tão fixada nos que me provocavam o medo, que senti como triunfo o facto de me furtar a eles. A vingança em relação a eles tornara-se tão plausível quando planeava o meu suicídio que nem sequer me ocorreu quão irreversivelmente vingativa tinha de ser em relação a mim mesma.

Tinha forçado duas pedras para dentro dos bolsos do casaco, tão grandes que as palas dos bolsos já nem fechavam. Tudo batia certo, mas porque é que voltei a pôr as pedras no chão? Fixei o sítio junto à margem onde tinham ficado. Eu conhecia-as e elas conheciam-me a mim, e sabia que, se tivesse de ser, nos iríamos encontrar. Tinha as coisas resolvidas para mim e regressei muito calmamente à cidade. Tinha treinado a morte e tinha apanhado o jeito para lá chegar. Libertou-me mais uma vez, mas não foi hostil. Entendi-o como adiamento, porque a água estava muito fria, porque o sol do começo da Primavera ainda a lambia, sonolento. Escrevi mais tarde a propósito disto: «A morte assobiava-me de longe e eu tinha de tomar balanço para ir até ela. Eu tinha-me quase sob controlo, apenas uma parte minúscula se recusava a alinhar. Talvez fosse o bicho-coração.»[24] E muito mais tarde montei numa colagem palavras recortadas do jornal, de tal forma que as minhas pedras verdadeiras do rio transpareciam em pedras inventadas:

> no centro do dia Heinrich saiu da empresa
> um pássaro cantava ao longo do vento ali por cima do canal
> um nevo do céu abanava

o palmo de arame como uma costura de calças Heinrich
caminhava sobre pedras, pôs a roupa e as calças pesadas
as maiores das pequenas tão pesadas de cintilarem granizo
como se ele nunca tivesse existido o único
motivo dele a água a transbordar
e profunda de afogar o pássaro tem um ninho
na garra do freixo e no rosto um
aparelho de rádio e roupa negra de freira

Como tantas outras coisas, os serviços secretos confiscaram-me, uns dias depois do treino com as pedras na margem do rio, o desejo de me evadir por afogamento. Um inspector que eu não conhecia veio ter comigo à fábrica, fechou a porta do escritório por dentro, pousou a chave em cima da mesa, sentou-se e ordenou-me que lhe desse água. Deitei água mineral no copo, ele assistia. Nunca um copo demorou tanto tempo a encher-se de água como naquela altura. Embora eu própria não soubesse o que estava a pensar naquele momento, parecia que ele estava a vê-lo, como se estivesse a ser atravessada por uma legenda. Apesar de ele já ter fechado a porta, fez uma pose de espera como se pudesse chegar verdadeiramente apenas quando o copo estivesse cheio. Por fim, ficou cheio e eu não tinha derramado nada. Depois, a água borbulhou no copo e o ar estava como que congelado. Fazia tanto silêncio entre mim e ele que se ouviam as borbulhinhas a estalar. Começou então a berrar e ficou numa fúria, esquecendo-se do copo de água mineral. Pousou os cotovelos tão afastados em cima da mesa e alargou tanto os ombros que teve de recolher a nuca. A voz rompia-se, a veia do pescoço inchou-lhe como um arame azul. Eu estava de pé porque ele estava sentado na minha cadeira, as costas apoiadas no armário, e só de vez em quando piava uma frase sem sentido. O meu medo dava-se ares de

calma. O inspector deve ter percebido que assim não ia lá, porque mudou de táctica. Engoliu em seco, limpou a testa com as costas da mão, afirmou que eu o tomava por parvo, apesar de eu não ter chegado sequer a falar, e deu à voz uma aparência de descontracção. Levantou a ponta da gravata e pousou-a na mesa, ao lado do copo, olhou-a como se estivesse a contar as riscas e disse-me como se estivesse a reconciliar-me com alguma coisa: «Está bem, está bem, nós metemos-te na água.» Depois levantou o copo da mesa juntamente com a ponta da gravata e ela voltou a cair na barriga dele, e esvaziou o copo de um trago. Quando limpou a boca, pensei nas minhas duas pedras junto ao rio e tive a certeza de que aquilo já não ia dar em nada: «Não me vou afogar, nunca. Ele quer a minha morte, está a ameaçar com o rio, então há-de ter de se mexer e fazer ele o trabalho sujo.» A partir daquele dia, mantive-me longe do rio, mas tão longe que já nem sabia onde estavam as pedras, a não ser quando passei de eléctrico por cima dele. O sol tinha escorregado para o Verão, a água de certeza que já não estava fria. Perto das minhas pedras cresciam cardos de um verdete acinzentado.

Os serviços secretos não fizeram o trabalho sujo por mim e não o fiz por eles. Repugnou-me de tal modo ele ter esvaziado o copo de um trago e ter falado em afogar que eu, quando ele se foi embora, despejei a água toda que ainda estava na garrafa pelo cano abaixo e enfiei o copo vazio no cesto dos papéis, para não ter de beber mais dele. Na manhã seguinte, estava outra vez em cima da minha mesa. A empregada da limpeza pensou certamente que tinha ido parar sem querer ao cesto dos papéis. Para ter a certeza de que me via livre dele, meti o copo na minha bolsa e atirei-o com força contra um poste de betão, a

caminho de casa, numa rua secundária poeirenta. Passava um camião e não ouvi, foi mais silencioso a partir-se do que o borbulhar da água no dia anterior. E andava uma frase às voltas na minha cabeça, que um dia um amigo me tinha dito. Na altura, a conversa era sobre a língua romena, e ele disse: «Mas que língua é essa que nem sequer tem uma palavra para cadáver de pessoa afogada?» Após a ameaça do bebedor de água, aquela frase serviu-me de consolo: se em romeno não há sequer uma palavra para cadáver de pessoa afogada, pensei, os serviços secretos nem sequer me podem afogar. Não me posso tornar uma coisa para a qual não há uma palavra na língua deles. Esta lacuna verbal do vocabulário romeno estava diante de mim como um refúgio. Não me hão-de apanhar, espe-rava eu, quando for a sério, desapareço, refugio-me para onde não houver palavra. Contei ao meu amigo o interrogatório, descrevi o beber da água, a gravata. Mas não referi o despejar da garrafa, o deitar fora do copo. E muito menos ainda o refúgio por onde eu queria desaparecer.

Tempos depois, num Verão, vi o cadáver de uma mulher nova no cemitério dos pobres. Tirou-me a ilusão de que não se pode ser afogada por não haver uma palavra para o cadáver em romeno. Deu-me um choque, em compensação ofereci-lhe duas cerejas.

A casa de um dos meus amigos tinha voltado a ser revistada na ausência dele. E aquele controlo de domicílio tinha sido uma vez mais encenado como assalto. Conhecíamos a brincadeira, repetia-se umas quantas vezes por ano em casa de cada um de nós. Os livros e os papéis estavam todos remexidos, as imagens arrancadas das molduras, o forro das cortinas desmanchado. As jóias e o dinheiro estavam intactos. Quando terminavam a busca, levavam um pequeno objecto que não causava transtorno:

um despertador, um relógio de pulso, um rádio portátil. E antes de saírem provocavam estragos na porta para simular um assalto. A polícia já lá estava quando chegávamos a casa. A busca passava para o relatório como assalto por causa do objecto desaparecido. E a uma certa altura chegava a notificação do processo. O objecto era impingido pelos serviços secretos a um prisioneiro que cumpria pena por furto. O recluso era apresentado e tinha de confessar que tinha sido ele o assaltante. Ao meu amigo faltava-lhe na altura um pequeno transístor e recebeu a notícia de que o ladrão, Ion Seracu, tinha morrido na cadeia. O meu amigo quis saber o endereço da família, junto do tribunal – e disseram-lhe que não havia parentes, que o falecido não tinha ninguém. Quisemos verificar a informação. Sabendo que os falecidos que não tinham ninguém iam parar ao cemitério dos pobres, fomos até lá. Mas também por causa do nome estranho que tinham dado ao presumível ladrão: Seracu. sarac quer dizer pobre em romeno. O cemitério era cercado por muros altos de betão e conhecido como o lugar onde o Estado enterrava as suas vítimas. Foi por volta do meio-dia, no pino do Verão, um calor tórrido. No cemitério cresciam ervas à altura do joelho, as suas cores berrantes ofuscavam. E havia pelos carreiros cães sem dono, muito magros, a arrastar partes de cadáveres de um lado para o outro, dedos, orelhas, dedos de pés. Encontrámos o túmulo com o nome Ion Seracu. Havia um ramo de flores pousado, não eram gramíneas, mas sim rosas. Ainda estavam frescas e o dia estava muito quente, estavam ali não havia muito tempo. O falecido tinha tido visitas pouco antes de nós. De quem?

No meio do cemitério havia uma casota de betão. Alguém tinha pintado na parede, com tinta de óleo vermelha: «Sanguessuga». A casota tinha uma abertura estreita, mas

não uma porta. Na parede interior havia um lavatório, no meio do compartimento uma mesa de betão. E em cima da mesa estava uma mulher morta, nua. As pernas estavam amarradas com arame à altura dos tornozelos, havia também daquele arame num dos pulsos, a amarra das mãos tinha sido rompida, viam-se cortes no pulso do outro braço. Os cabelos, o rosto e o corpo, todos cobertos com uma espessa camada de lama. A falecida era aquilo para o qual não há uma palavra em romeno: um cadáver de pessoa afogada. Um cadáver de pessoa afogada não era um afogado, mas sim uma pessoa que tinha sido afogada. Estupidamente, tinha comprado um saco de cerejas a caminho do cemitério, só porque tínhamos passado pelo mercado. Não sabia o que fazer, enfiei a mão no saco e coloquei à morta duas cerejas nos lugares onde os olhos tinham escorrido para dentro da cabeça. Fomos embora, não dissemos palavra até à saída, mal conseguíamos dobrar as pernas. As ervas eram insuportavelmente bonitas, senti que estavam sedentas de mim. Parecia que iam ficar hirtas e não iam deixar-nos passar pelo portão. Seriam as ervas uma oferta de flores para os mortos que não tinham ninguém, ou um esconderijo verdejante para os assassinatos do Estado? Ou seriam ambas as coisas? Ou então nem uma coisa nem outra, mas sim, por pressão dos medos, apenas uma necessidade estúpida de pôr ordem naquilo que não se consegue aguentar. O meu amigo e eu falámos aos outros do círculo mais restrito acerca das rosas no túmulo e da casota com a mulher amarrada. Sobre os cães e as cerejas não dissemos nada, sem combinarmos. Sobre as ervas, só eu não disse nada, porque estava habituada de outros tempos.

Quando, passados uns anos, chegámos todos aqui à Alemanha e nos propusemos falar dos crimes sem limites

de Ceausescu, os meus amigos disseram-nos a nós, os visitantes do cemitério, que era preferível não falarmos do cemitério dos pobres: «Ninguém vai acreditar, só nos tornamos ridículos com isso. Só leva, quando muito, a acharem que somos malucos e já não acreditam em mais nada.» Assim, nunca mencionei o cemitério dos pobres quando tinha de dar exemplos das medidas drásticas do regime. Servi-me de exemplos mais inofensivos e verifiquei que o aviso tinha razão de ser, mesmo os exemplos inofensivos eram aqui considerados um exagero. Mesmo com esses arranjei a suspeita de que não batia bem da cabeça. Lembro-me do tempo da ditadura como uma vida presa por um fio frágil, em que eu sabia cada vez mais aquilo que não se pode dizer por palavras.

Não deixei cair este saber que nos torna ridículos, não pude deixar de lhe dar atenção na escrita. Segui o capricho de ir ao encontro da erva do cemitério, de agarrá-la pelas costas e a partir da minha distância temporal, e de reinventá-la até se tornar irreconhecível, à medida da palavra. Arrancada do cemitério dos pobres, há, no romance *A Terra das Ameixas Verdes*, uma revelação incidental que volta sempre, de formas diversas: «Espezinhamos tanto com as palavras na boca como com os pés na erva. Mas com o silêncio também.»[25] Ou: «A erva anda alta na cabeça. Falamos e é cortada. Mas também se nos calamos. E a segunda, a terceira erva volta a crescer, a seu bel-prazer. E contudo temos sorte.»[26] Ou: «Queria que o amor voltasse a crescer como a erva cortada. Que ele cresça de modo diverso, como os dentes das crianças, como o cabelo, como as unhas. Que ele cresça como queira.»[27] E mais à frente no texto: «Hoje é a

erva que me escuta quando falo de amor. A mim parece-me que esta palavra não é honesta consigo mesma.»[28]

A cabeça rapada de uma mãe, a bebedeira de um pai, a urna de acordeão de uma avó, as cadernetas de recibos de um avô, os rostos de uma dália, a traição de uma amiga, a beleza ambígua de uma erva de cemitério, talvez pudessem ser substituídos por outros exemplos, quando se fala da vida. Mas também nestes outros exemplos estariam coisas que travaram conhecimento com o «lado nocturno da garganta», e também a ele se aplicaria a frase: «Quando nos calamos, tornamo-nos incómodos, quando falamos, tornamo-nos ridículos.»

23 Herta Müller, *A Terra das Ameixas Verdes*, p. 132.

24 Herta Müller, *id.*, p. 91.

25 Herta Müller, *id.*, p. 9.

26 *Ibid.*, p. 10.

27 *Ibid.*, p. 131.

28 *Ibid.*, p. 132.

Agarrar uma vez – largar duas vezes

Os vários momentos do passado não poderiam passar-me pelo presente de uma forma tão intensa e nova se eu os tivesse percebido naquele tempo, enquanto eram instantes vividos. Talvez naquele tempo eu tivesse de estar sempre a fazer ou a evitar demasiadas coisas ao mesmo tempo. Em cada acontecimento havia um intervalo, o sentir-se deslocado, a preocupação diante de quem, quando, onde e como se havia de falar ou manter em silêncio. Vigiados pelo regime, era preciso explorar o proibido, nas reuniões da fábrica, vincar o asco através do silêncio durante o interrogatório, demonstrar uma postura visível, mas não comprovável. E, se tivesse de ser, falar, mas não responder a nada, pegar na pergunta sempre de maneira a usar palavras dela. Andar aos ziguezagues justamente com aquelas palavras, enganar e turvar. Se calhar tinha de manter o que era complicado instintivamente à distância, ter o cuidado de não o deixar chegar à cabeça em toda a sua dimensão, arranjar para cada horror conhecido um pedaço de inconsciência que acompanhasse a percepção e não me deixasse entender as suas consequências. Penso que há um dispositivo na cabeça para isso, um mecanismo de defesa que funciona como uma passagem de nível e se fecha quando se aproxima um comboio a alta velocidade. Porque até hoje tenho vergonha de naquele tempo ter percebido tão pouco da dimensão das coisas. Espanta-me

ter entendido tão pouco, em cada momento presente, da bagagem que ele, quando passava, me entregou para o futuro. O depois não faz caso da separação entre passado e presente. O tempo recordado de então e o tempo presente, que de resto já é tempo recordado em cada dia seguinte, não vagueia cronologicamente pela memória, mas sim enquanto facetas de coisas. Há sempre novos pormenores que se encontram, que se combinam de novo, em cada nova combinação parecem diferentes. A dimensão mais baixa das coisas faz pilhagens na cabeça. O depois é, diante do que se pensa saber sobre ele, descaradamente novo. A dimensão mais baixa negoceia com o presente precisamente para obter o que, naquele tempo, não necessitou de acção nem valeu a pena mencionar. A mistura com o presente expõe, maldosa, a terceira, a quinta ou a vigésima faceta de tempos passados, os fios discretamente escondidos que na altura estavam demasiado atrás ou demasiado à frente dos olhos.

A recordação tem o seu próprio calendário: coisas que ficaram mais lá atrás no tempo podem ser um passado mais imediato do que coisas acontecidas ontem. Podia dizer: encontro o meu *pressado* no *passente*, nas idas e voltas entre o agarrar e o largar. Tenho de dar um exemplo.

Pouco depois da minha chegada à Alemanha, fui a Marburg e encontrei no comboio inge wenzel a caminho de rimini. Em Marburg, fiquei alojada na casa de hóspedes da universidade, no parque junto ao Lahn. Olhava para a água, repetia o la e esticava-o, até o nome do rio lala se tornar uma canção e fresco no palato como água. No rio, o cascalho não estava muito fundo, só o parque é que era de um verde profundo e a casa tão branca que brilhava. Era bonito de fazer medo para quem tinha vindo fugida de um país de miséria com os nervos esfrangalhados. Por isso,

queria, estando sozinha, fazer a minha brincadeira com o lala e chegar até àquele lugar intacto, que expunha de forma tanto mais nítida a minha perturbação. Queria obrigar-me, confiando naquele lugar, a voltar ao hábito de um olhar tranquilo do belo, e não pensar automaticamente que tinha deixado a ditadura e que continuavam a dar cabo da vida a outros de quem eu gostava e que ainda lá estavam. Talvez a minha tentativa tivesse resultado daquela vez se não tivessem aparecido três patos brancos. Deixavam correr a água vazia pelos bicos amarelos adentro, abanavam com a cabeça e com as membranas amarelas das patas, mastigavam as gotas e deixavam-nas escorrer de novo pelos bicos fora. Não bebiam, comiam a água – os bicos deles eram talheres de ouro, as membranas torneiras de ouro que misturavam a água fria e quente. Agora não vais pensar nisso, propus a mim mesma, quando já estava há muito a pensar nos talheres de ouro e nas torneiras de ouro do ditador. Ainda estava no poder quando vi os patos. E circulava, ainda eu vivia na Roménia, aquele horrível rumor de que Ceausescu comia com talheres de ouro e tinha torneiras de ouro na casa de banho.

Assim se ligam os pormenores de agora e de então. Sem dar por isso, sem qualquer razão, sem autorização, o pressado acontece no passente. Na altura, não acreditei no rumor do rei dourado da miséria. Até ser obrigada a acreditar, porque foi confirmado, muito depois de Marburg, durante o inventário do recheio das casas do regente destronado. Mas por que motivo havia eu de ver justamente naqueles patos do Lahn o ditador a comer com talheres de ouro e a misturar a água com torneiras de ouro, apesar de nunca aquele rumor me ter preocupado anteriormente? O rumor fazia a ronda pela fábrica sempre à hora do almoço, quando o «proletariado» desembrulhava

do jornal, no armazém quente como um forno ou gelado como um frigorífico, entre as poças de óleo das máquinas, o pão duro e o toucinho rançoso e os mastigava, deprimido, fazendo passar a garrafa da aguardente. Eu considerava aquele rumor uma maluquice, soava a ideia estúpida que os pés rapados fazem da riqueza. Mas em Marburg senti-me mal com o mastigar e o misturar de água dourados dos patos brancos. O meu desprezo pelo ditador arrivista era de longa data, a minha cabeça sabia disso. Mas a minha cabeça sabia também, lembravam-me os patos, de pelo menos três dúzias de trabalhadores que todos os dias, desde a minha partida, comiam toucinho rançoso entre poças de óleo. Na Alemanha, já tinha chorado muitas vezes quando, no restaurante, vinha a comida para a mesa, porque pensava no comer entre poças de óleo. Tinha fome, mas não tinha apetite, porque me lembrava que gostava de muitas pessoas que nem sequer imaginavam tudo quanto a ditadura lhes negava.

Junto ao Lahn, surgiram três patos brancos sob a forma de passado. Senti o meu estômago às voltas ao vê-los a mastigar água e fiquei com tonturas, o rio brilhava e erguia-se. Será que é um dano quando, num lugar intacto, a mil quilómetros de distância da miséria, o regente detestado nos consegue enfiar o ouro dele literalmente nas entranhas?

Nesses momentos, em que presente e passado se cruzam e retiram mutuamente o sentido, deformando-se ambos numa dimensão inesperada, ficamos completamente malucos e lucidamente normais. Ficamos, estranhos, ao lado de nós próprios, deixamo-nos invadir e protegemo-nos ao mesmo tempo, convencemo-nos e desconvencemo-nos das coisas mais estapafúrdias. Mas convencer e desconvencer mantêm-se iguais a si mesmos. Um rei da

miséria, enrugado e hipocondríaco, não deve ser compincha de três patos, dizemos à nossa cabeça. Todos os crimes que cometeu têm menos do que nada a ver com eles. Se calhar é essa a questão: é justamente este menos do que nada que abre a cumplicidade contra a evidência junto ao Lahn. Podias deambular e o Lahn podia correr e podias dizer uns dias depois que tinha sido bom aquele bocado junto ao Lahn. Mas não podes contar a ninguém do ouro dos patos quando comem e misturam água, não podes contar que és tão entediantemente normal e maluca. Não hás-de dizer nunca uma palavra acerca do asco que criaste para ti própria junto ao Lahn. Hás-de ficar calada, mesmo quando a tua amiga disser, na loja, a propósito das garrafas de água Selters do Lahn: não foste tu que já estiveste no Lahn? Dirás brevemente jájá e há-de soar como lala, e mudarás de tema como se te fosse indiferente se Lahn é água, uma rua ou uma doença. Evitas que se apercebam da tua relação com o Lahn, calas-te e deixas que acreditem que não és sensível aos lugares bonitos, ao presente neste país.

A propósito dos patos do Lahn há ainda uma coisa que referi no início. Conheci na viagem para Marburg inge wenzel a caminho de rimini. Não me acredito que estivesse a dormir, tinha os olhos fechados horas seguidas, era a função dela dormir. Conhecem inge wenzel? Trinta e poucos anos, cabelo loiro, solto, rosto estreito, pescoço elegante com um fiozinho de ouro, pendendo para
onde está virada, junto à alça esquerda da camisa de noite de Inge Wenzel. Não sei qual a cor dos olhos dela, já que a função dela era dormir no compartimento. O travesseiro e a coberta eram amarelo mate. A camisa de noite branca foi a primeira coisa que captou o meu olhar, quando me sentei no compartimento, à janela, no sentido da marcha. Uma

camisa de noite com umas alças da largura de três dedos, tal como a minha avó a tinha costurado no Inverno anterior à minha ida para o liceu, na cidade. A camisa de noite de inge wenzel tinha passado da minha bolsa de vinilina, da aldeia, para o mundo. Lembro-me do cortar, do coser e dos truques que acabaram por conduzir àquele modelo: o tecido era pouco, a camisa teria ficado inconvenientemente curta se fosse cosida nos ombros. Para a tornar mais comprida, a minha avó teve a ideia das alças. Tornavam a camisa vinte centímetros mais comprida. Mas ombros nus também teriam sido inconvenientes. As alças deviam ter três dedos de largura, dizia a minha avó, para ficarem com o aspecto de um decote quadrado, decente. Mas o tecido só chegava para alças com um dedo de largura. Ainda eram mais bonitas, dizia ela, um pouco desconfortáveis para dormir, mas na cidade as casas de betão não eram tão frias como os quartos na aldeia, e ter um aspecto inconveniente, ordinário mesmo, só podia estar bem para a cidade. Depois de muitas provas, coseu as alças estreitas à camisa e deu-se por satisfeita, arrumou os alfinetes, a tesoura e as linhas, fechou a máquina de costura com a tampa, passou a camisa a ferro e pô-la na minha mala com a «roupa da cidade». Mas passados uns dias voltou a tirá-la de lá. Começou a fazer croché no rebordo das alças, um padrão de buracos ovais. Os rebordos de renda tornavam a camisa ainda mais «ordinária». Não acredito que ela não se apercebesse disso. Nunca hei-de saber se ela queria aumentar ou diminuir a indecência quando alargava e refinava cada vez mais o padrão de buracos ovais. Ou será que ela avançava de uma carreira para a outra porque a camisa estava pronta e o Inverno continuava? Deve-lhe ter dado um gozo imenso, porque o rebordo do pescoço tricotado se aproximava cada vez mais de um padrão fino

de gelo. Campos no descanso do Inverno, onde não há marcas de pés, onde o degelo e o congelamento se equilibram com uma beleza frágil. Na orla do campo, onde ele acaba, é que a neve é mais bonita. O Sol e a Lua mordem-no como se fosse vidro, fica com dentes como dedos das mãos e dos pés. A minha camisa de noite era, aos olhos da época, uma camisa da cidade com a orla do Inverno da aldeia e, com os olhos de hoje, vestida pela Inge Wenzel, é uma camisa citadina da aldeia: hibernação no lugarejo, desencaminhado para um decote tricotado por falta de tecido e com preconceitos acerca das mulheres da cidade. Fosse o que fosse que a minha avó costurasse, tinha sempre o cuidado de que fosse «cómodo». Quer dizer, com o dobro da largura necessária. Obviamente que aquela camisa de noite curta também era tão larga que, penso eu, o tecido teria chegado se a minha avó tivesse cortado o comprimento com a medida da largura.

Inge Wenzel viajava, assim, com aquela camisa de noite do Banat suábio pelas estações das cidades alemãs. Nunca vesti a camisa de noite na cidade, pu-la no armário debaixo de tudo. Mas já deparei com ela uma vez em corpo alheio, numa carruagem-cama, numa viagem de oito horas pela noite invernosa, de Timisoara a Bucareste. A viagem transformou-se, na altura, num medo de morte. Quando cheguei à sala de espera da estação, esperavam-me três homens, um polícia e dois à civil. O polícia confiscou-me a passagem e o bilhete de identidade, desapareceu com eles e deixou-me ali com os dois à civil. Queriam revistar a minha pequena mala de viagem. Apontei para os montes de malas, sacos e caixotes das outras pessoas e recusei-me. Ia encontrar-me com a leitora da minha editora berlinense, tínhamos falado por telefone e os serviços secretos tinham escutado a conversa. Não tinha telefone

em casa, tinha de ir aos correios pedir uma ligação para Berlim Ocidental, preencher os impressos e depois esperar três horas até me indicarem uma cabina. Naquele tempo, os serviços secretos podiam ser informados de todos os pedidos pelas «telefonistas». Além disso, havia nos correios um guiché especial para as chamadas internacionais e as cabinas eram separadas das das chamadas nacionais. As conversas das cabinas de chamadas internacionais eram provavelmente todas escutadas, mesmo que a maioria delas fosse sobre primas, meias-calças e meras saudações. Os dois homens à civil que estavam na estação estavam bem informados sobre o que eu pretendia fazer em Bucareste. Queriam confiscar o manuscrito. Mas não o tinha na mala, já estava há muito em Bucareste. Um amigo tinha-o levado no dia anterior, no comboio da noite, sem ser incomodado. Na minha mala havia coisas piores: cartas para a Amnistia Internacional, nomes de prisioneiros. A mala continha vários anos de cadeia, não só para mim mas também para pessoas que confiavam em mim. Os dois à civil informaram-me que não partiria, quando muito partiria para o diabo. Que dormiria melhor na cela do que no comboio da noite, porque a cama não abanava, a não ser quando havia terramotos, riam eles. Os viajantes iam carregando os montes de bagagem, seguiam devagar pelo cais fora. Os dois à civil murmuravam entre si, depois um deles apontou com o dedo espetado para o chão, dizia para eu não me mexer daquele sítio, nem um centímetro, dizia o outro, tinha de esperar ali – e afastaram-se. Os viajantes já estavam todos lá fora no cais, o átrio era alto e largo e estava vazio, cheirava a remédio das pulgas e a cloro. Coloquei a minha mala entre os sapatos, fiquei ali, via lá no alto as pinturas murais socialistas com as debulhadoras, as camponesas sorrindo infantilmente, tinham em todas

aquelas imagens pernas como os pepinos amarelos e gordos que ficam nos quintais, no final do Outono, por serem demasiado amargos. Ao lado, a pintura industrial, os proletários no fumo matinal dos altos-fornos, com os longos atiçadores, os ossos do rosto geométricos, o queixo sempre rígido num triângulo repugnante, parecia que os retratos de homem tinham focinho de cão. Encostei a face à parede e, para controlar o nervosismo, fechei um pouco os olhos. Quando os abri, luzia diante de mim uma barata. Seguia pela régua da parede fora, afastando-se de mim; no canto, onde a régua terminava, caiu ao chão. Não estava preparada para o fim da régua. Olhei-a sem curiosidade, era-me indiferente, e eu também me era indiferente, a minha cabeça era uma terra incógnita; enquanto olhava para a barata, não pensei em mais nada. Depois levantei a minha mala, pu-la ao ombro e abandonei aquele pedaço de chão. Sem passagem e sem bilhete de identidade, aproximei-me da porta, os meus pés reagiram, a minha cabeça não. Lá fora no cais, os dois à civil estavam à minha espera. Soube naquele instante qual era o plano deles. Era, como sempre, uma manobra nojenta e traiçoeira: tinham-me posto à prova, a ver a quanto eu me atreveria depois de receber a ordem de não abandonar o átrio, e ainda por cima sem passagem e bilhete de identidade, que era preciso mostrar ao revisor na carruagem-cama. Tinham contado que eu ficasse pregada no átrio, que o comboio partisse sem mim. Que, depois da partida, regressariam e diriam que eu tinha perdido o comboio por culpa própria, que podia ter ido se quisesse. Que não tinha nada a ver com eles o facto de estar ali no átrio, ninguém iria impedir-me de partir, eles nem sequer ali estavam. Ainda há outra variante: teriam voltado ao átrio depois da partida do comboio e ficariam «admirados» por eu ter pensado melhor

e desistido de ir. Teriam afirmado que me tinham dito com toda a clareza que me esperavam lá fora junto ao comboio, que eu não tinha compreendido bem por ser estúpida de mais para compreender as coisas mais simples. Ambas as variantes teriam sido uma brincadeira divertida para eles. Ameaças entremeadas de insultos, remoques ordinários, vulgaridades arrogantes. Mas por fim ali estava eu no cais, e também para aquela situação tinham uma variante prevista: colocaram-me no meio deles, davam-me toques com os cotovelos, à vez, e pisavam-me com os sapatos. Fui aos solavancos entre eles, de um lado para o outro, não dizia nada, mordi os lábios e mantive-me calada para não lhes dar hipótese de fazer um caso com uma palavra e de me manterem ali. No meio daqueles empurrões não trocámos uma única palavra, como se nem eles nem eu falássemos uma língua. Havia neve fina como farinha espalhada pelo chão, nenhuma luz estava acesa, o cais escuro como breu e vazio, já todos tinham entrado. Ouvia-me a mim própria a tropeçar e a cair, como se fosse outra pessoa. Volta-va a levantar-me e cambaleava entre os dois homens ao longo do comboio, como se eles não existissem, até chegar finalmente à carruagem-cama, mesmo no final no cais. Colocaram-se ao lado das escadas para a carruagem, um do lado esquerdo, outro do lado direito. O da esquerda deu-me a passagem, o da direita o bilhete de identidade. Desejaram-me, com um sorrisinho, «boa viagem», soou a «última viagem», subi para a carruagem – eles também.

O subir pertencia, pois, também à terceira variante. Estava preparada para o pior: vão-me atirar esta noite, quando todos estiverem a dormir, para debaixo das rodas. No atestado de óbito constará, como sempre nestes casos, «suicídio». Vi-os no fundo do corredor, a passar para o

compartimento seguinte. Estavam de serviço e não tinham bagagem. Este é o meu maior, e se calhar último, erro, não devia ter embarcado, pensei, e oferecer-lhes esta oportunidade ideal da viagem nocturna através da planície deserta.

Ficara com a cama de baixo no compartimento, mais um sinal de que me querem vir buscar durante a noite. A cama de cima era de uma senhora, na casa dos cinquenta, com um rolo no cabelo tão alto que o penteado parecia uma chaleira com um chapéu de pele. A senhora estava no corredor, diante da porta aberta do compartimento, avaliou-me por um instante, depois voltou as costas para o compartimento e olhou pela janela para a escuridão opaca. Teria aquele penteado de chaleira sido colocado no meu compartimento como cúmplice dos outros dois? Mostrei ao revisor a passagem e o bilhete de identidade, tentei ler-lhe nos olhos e cantos da boca se teria sido iniciado no plano secreto dos dois agentes dos serviços secretos. Não demorou mais tempo comigo do que com o penteado de chaleira. Logo a seguir despi-me, apesar da porta aberta, mantive as meias-calças debaixo do pijama, deitei-me na cama, cobri-me, enfiei as cartas, por debaixo da coberta, nas meias-calças, fiquei deitada durante algum tempo, levantei-me de novo e fui a correr à casa de banho. Rasguei os envelopes, atirei-os para o lavatório, puxei a água, e enfiei as cartas no revestimento da parede, por baixo de um cano ferrugento. Quando voltei, o penteado de chaleira continuava à janela. Meti-me outra vez na cama e contei muitas vezes as riscas nas costas da camisola da minha companheira nocturna. Eram e continuaram a ser vinte e uma, até ela entrar no compartimento e começar a despir-se. Virei a cara para a parede, quando voltei a olhar para ela, estava a vestir uma camisa de noite branca com alças

de renda por cima de um *négligé* azul-claro. Depois afastou dos ombros as alças muito finas, azul-claras, e abanou-se algumas vezes até a peça azul-clara cair ao chão, passou por cima dela com um grande passo, como se estivesse a passar por cima de uma poça. Pegou na peça azul-clara e subiu com ela para a cama. Enquanto se despia parecia envergonhada, mas eu tinha de observá-la, queria saber se estava de serviço com os dois homens. Aquela peça azul-clara, e sobretudo aquela camisa de noite branca com as alças de renda, não condizia com uma cúmplice. Se calhar não vai ter de ajudar no trabalho pesado, só vai ter de me anestesiar durante o sono, à hora combinada, pouco antes de os outros dois chegarem, e quando eu tiver desaparecido, há-de seguir até à estação seguinte, tal como os dois, ou continuar até de manhã, e depois volta a casa, para a cama. Devem dar-lhe um dia de folga para dormir. Adormeceu de imediato; assim que a luz se apagou, começou a ressonar alto. Será que há um sono tão rápido, ou estaria a ressonar sem dormir para me enganar? Queria também enganar com a camisa de noite branca. Não me podia permitir adormecer. Todo aquele compartimento escuro, demasiado aquecido, parecia-me envolto no penteado de chaleira, o ar estava pesado, sentia os olhos tão grandes na minha cabeça como as bolhas brancas das rãs quando coaxam. Tapei a boca com a mão, com força, e chorei sem som. Quando a almofada debaixo da face ficou molhada, achei-me uma idiota com pena de mim própria, um lixo miserável que caiu na ratoeira sem ninguém mandar. Virei a almofada para o lado seco e comecei a dizer poemas mentalmente e a cantar com a boca: a neve está branca e branca e branca branca branca e branca está a neve debaixo da neve quero eu estar e estar e estar e olhar. Cantei aquilo para mim mesma centenas de vezes, a

trepidação do comboio adequava-se bem. Só quando o dia nasceu e o penteado de chaleira continuava a ressonar é que ousei acreditar que os dois à civil já não vinham, já tinham perdido a protecção do escuro. Esgueirei-me até à casa de banho para ir buscar as cartas.

Por causa da camisa de noite branca da inge wenzel a caminho de rimini é que me lembrei, na viagem para Marburg, da viagem nocturna com o medo de morte. Mais tarde, vi a inge wenzel muitas vezes nos comboios, viajava para todo o lado de camisa de noite, que eu já conhecia em três formatos: o primeiro formato foi a camisa de despedida da aldeia feita com o gozo do padrão de gelo dentado. O segundo formato foi a camisa de noite do penteado de chaleira. E o terceiro formato foi um presente do mestre da fábrica de peles. Tinha sido despedida da fábrica de cabos, tinha de pagar as prestações do frigorífico, da carpete, dos móveis e a renda da casa, e não tinha dinheiro. Então fui dar aulas a casa das pessoas. Dei aulas de Alemão aos dois filhos do mestre de uma fábrica de peles de Timisoara. Não me interessavam as relações pessoais nestas casas. Porque as pessoas que tinham dinheiro para as minhas aulas tinham-se adaptado com indiferença ao regime ou eram até da média nomenclatura. Davam-me de comer e deixavam-me aproximar dos filhos enquanto não soubessem que eu era uma inimiga do Estado. Passadas algumas semanas, acontecia sempre a mesma coisa: os serviços secretos avisavam-nas e elas, que estavam muito satisfeitas com as minhas aulas, mandavam-me embora com desculpas penosas. Todas elas tinham vergonha de serem obedientes como eram.

O mestre da fábrica de peles ia com frequência ao estrangeiro e trazia malas cheias de roupas e cosméticos baratos, que podia vender facilmente em casa. Um dia,

ofereceu-me o terceiro gorro de pele de castor roubado da fábrica, e enfiou, como já estávamos na Primavera, uma camisa de noite branca, com rendas, no forro branco do gorro. O gorro, só por causa do forro branco, dei-o logo a uma amiga. A camisa de noite era transparente, de um nylon da Hungria que chiava. Num bloco de habitações socialista, era boa para bater os dentes no Inverno e ficar alagada em suor no Verão, não para dormir. Era parecida com uma cortina de celofane aparada à altura da barriga da perna, sem alças. Na fábrica húngara, o tecido tinha chegado, mesmo cosido nos ombros, para mangas curtas em forma de sino. Assim como o Leste sem recursos imaginava a decadência do capitalismo, assim era a camisa de plástico do mestre da fábrica de peles. Comparada com a camisa de gelo dentado da minha avó, o erotismo daquela camisa era um fracasso, era uma imitação a raiar o ordinário. Tão ordinário como o sentimento de inferioridade do inspector dos serviços secretos durante os interrogatórios, quando discorria acerca do Ocidente prostituído. Plágio dos seus argumentos, aquela camisa de noite era uma bandeirinha de inveja e desprezo. A camisa de celofane celebrava um prazer sensual que, dado o empobrecimento do quotidiano do país, não podia acontecer. Arrumei-a também no armário, debaixo de tudo, e, pouco antes da minha partida, despachei as duas camisas de noite na feira da ladra, com um amigo. Para atrair clientes, o meu amigo agitava a camisa de gelo dentado. Como ele conhecia a história da sua feitura, fazia publicidade com o texto: «Com ela vestida, dormirá bem e tranquila como uma paisagem de Inverno.» Uma mulher nova, muito sardenta, mordeu o isco e comprou-a. Depois pôs-se a agitar a imitação húngara, chamava-lhe a «camisa de foder» e apregoava: «Um suave sonhar como a espuma

do mar.» Quando não passavam clientes, ríamos que nem uns doidos. Por fim, uma mulher velha, com dente de ouro, comprou a camisa de foder. O mundo está todo ao contrário, constatava o meu amigo, a camisa mais séria foi para a nova, a de foder para a velhota, que se calhar apostava nela para conquistar um amor já há muito devido e que há-de ser um fracasso como o erotismo para o socialismo. Se calhar a camisa é para a filha, disse eu.

Esta história também cresceu e atravessou-se no presente quando vi a camisa de noite de Inge Wenzel no compartimento do comboio, na viagem para Marburg. Era o quarto formato, mas, sem saber, era o primeiro. Porque o formato não sabia, naquele comboio alemão, que o estar à mercê de alguém pode viajar em comboios nocturnos. Que o meu amigo, que tinha apregoado as camisas de noite na feira da ladra, tinha morrido dois anos depois da feira da ladra e meio ano antes da queda de Ceausescu. Foi ele o enforcado, que escreveu no último postal: «Às vezes tenho de morder os dedos para sentir que ainda existo.» Ficou pendurado por cima da tampa da sanita, em sua casa. Recusaram a autópsia, oficialmente foi suicídio. Inge Wenzel, que, a caminho de Rimini, dormia na parede do compartimento, por cima dos assentos, a serviço da *Deutsche Bahn*, não sabia que, por razões de serviço, nos podem ir buscar e matar durante o sono. Que, no país de onde eu vinha, era uma variante habitual do suicídio encenado.

Eu acho que são os objectos que definem quando, como e onde situações passadas nos ocorrem. São eles, feitos de um material inviolável, inanimadamente durável, portanto muito diferente daquele de que somos feitos, que determinam o regresso dessas situações à nossa cabeça. Os objectos vão buscar longe os golpes fatais, pestanejam

quando surgem fortuitos pelas coisas passadas adentro. Levam o passado pelo presente fora até ao cúmulo. Apesar de ter visto Inge Wenzel pela primeira vez nos comboios alemães, a camisa de noite branca já tem cadastro, é o inevitável quarto formato depois das três camisas de noite até então.

O quarto formato, depois de anos sem pensar mais nos três anteriores. O quarto formato contra a minha vontade de pensar agora nisso, contra a minha memória. Se não fosse a camisa de noite de Inge Wenzel, nunca mais me teria lembrado das outras, e sem as outras três camisas de noite não me teria debruçado sobre a camisa de noite de Inge Wenzel. Uma peça de roupa no comboio define as estações na minha cabeça. São sempre os objectos que constroem a sua própria cumplicidade entre eles, as pessoas e os acontecimentos à sua volta adaptam-se. E, no entanto, as pessoas neste país acham que só temos de nos ocupar bastante com o presente para esquecer o passado. A minha experiência, porém, diz-me que o passado volta com tanto mais força quanto mais nos dedicarmos com afinco ao presente.

Surpreendentes como assaltos, os objectos de agora arrastam as minhas histórias de tempos passados para o presente. Neles reside, latente, algo que atravessa o tempo, que cintila com os seus pormenores ofuscantes, antes de recolhê-los de novo aos objectos. Quanto mais rigorosa sou a olhar o presente, tanto mais se transforma no paradigma de coisas passadas. Só sem presente poderia eu ser sem passado na cabeça.

A separação entre passado e presente, a concepção do tempo, especialmente na crítica literária, obedece na Alemanha a critérios espaciais. Na realidade, são critérios de pertença. Quando escrevo sobre coisas passadas na

Roménia há dez anos, dizem que escrevo (ainda) sobre o passado. Quando um autor de cá fala do pós-guerra, do milagre económico ou da época de 1968, lêem-no como presente. O passado de cá, por muito remoto que seja, permanece presente porque aconteceu cá, porque se estabelece uma relação de pertença. Em autores como Alexander Tišma ou Imre Kertész, o critério temporal não é discutido, porque a separação espacial torna claro que eles não pertencem cá. Mas eu vim para este país, e a minha pertença tem de ser discutida. A partir de quando é que o vivido é passado? A partir de quando é que o porvir se chama futuro? A partir de amanhã, da próxima semana, ou só para o ano? Ou só daqui a dez anos?

Na realidade, desde o meu primeiro livro que escrevi acerca do passado, a partir da cidade sobre a aldeia a 30 quilómetros. Embora
a distância espacial fosse pequena, o desnível era grande. Com o tema da aldeia suábia, estava no meu passado e no presente dos meus pais. Tinham-me mandado para a escola na cidade, a pensar no meu futuro. O meu futuro custou ao presente deles muito dinheiro. Como vinha de uma casa que não tinha um único livro, a leitura de livros era para eles uma actividade mais do que duvidosa, «anormal», tudo o que está impresso é mentira, dizia-se. E a escrita de livros era mais perigosa do que uma doença. Ela preocupava-se, dizia a minha mãe, porque aquilo punha a pessoa doente dos nervos. Ainda por cima, eram eles que financiavam aquela escrita sobre o meu passado e contra o presente deles, pagavam-me a renda e a alimentação na cidade. A minha escrita destruía os sonhos que tinham para o meu futuro, aniquilava as perspectivas de uma boa «profissão» na cidade. Não foi para isso que te mandámos para a cidade, dizia a minha mãe. O dinheiro que gastavam

com o meu futuro voltava-se contra eles. Tal como com as camisas de noite, o passado, o presente e o futuro baralhavam-se desde que comecei a escrever livros.

Eu só queria falar do tempo da Inge Wenzel, a que dormia a caminho de Rimini. E queria falar sobre a Inge Wenzel enquanto manequim nas secções de senhora das lojas, e também um pouco sobre o irmão dela, o Jakob, nas secções de homem. Mas a camisa de noite veste-se com outro tempo, adia a história do manequim. As pessoas e os acontecimentos que ficaram para trás não se alteram de maneira fundamental na memória, não se transformam no contrário. Os objectos fazem-no constantemente. Arrancam aos acontecimentos daquele tempo umas vezes uma ninharia horripilante, outras vezes uma melancolia grotesca. Vestem os acontecimentos posteriormente com uma pele diferente, permitem-nos um piscar de olho ao narrar, sem depreciar.

Antes de passar ao manequim Inge Wenzel nas secções de senhora e ao irmão, Jakob, nas secções de homem, quero voltar a perguntar: conhecem a inge wenzel a caminho de rimini? Nos anos 80, foi uma imagem de um anúncio para as carruagens-cama dos comboios alemães. A imagem tinha cerca de 20 centímetros de comprimento e 35 de largura, a moldura de plástico cor de café estava colada em muitas paredes nos compartimentos dos comboios. Também gostava, naquela época, de um anúncio publicitário com um comboio que viajava através da noite, ligeiramente dobrado, como uma serpente luminosa. Mas não podia concorrer com a inge wenzel a caminho de rimini.

Estava fixada na inge wenzel a caminho de rimini. Um dia vi um manequim na montra de uma loja de roupa e pensei: parece que a inge wenzel a caminho de rimini. O manequim

ficava a um passo ao virar da esquina, logo atrás do corrimão das escadas rolantes. Na primeira curva do caminho dos clientes, vestia a roupa da estação Outono/Inverno. E antes de cada nova estação, a Inge Wenzel tinha perdido peso – as roupas de todas as estações do ano estavam-lhe um palmo largas e apanhadas nas costas com alfinetes. Na loja, a Inge Wenzel parece-se ainda hoje com a minha melhor amiga, que era alta e magra como uma vara e obcecada por roupas. Ia três vezes por semana à modista. Enquanto passeava o vestido mais recente pela avenida, a modista já estava a costurar o próximo. Era aquela amiga, uma filha da cidade, ávida pela vida e de pé leve, que conseguia rodar os olhos de forma impressionante, que não ruminava sobre as palavras, que desprezava o regime por ser uma declaração de falência da sensualidade. Morreu, tal como o meu amigo que vendeu as minhas camisas de noite. Pois, parecia que estava a ver a Inge Wenzel e o seu irmão, Jakob, nas lojas, como se tivessem colocado os jovens mortos nas lojas, encarregando-os do desfile de modas. Agora estão sem vida, conservam-se, invioláveis – são objectos. Vestem as roupas novas para a estação de forma modelar: sem sujidade, engelhas, manchas de suor. Longe dos sentimentos, cumprem contrato, prestam atenção para que os vestidos não se sujem com maquilhagem ou batom durante as provas, os homens não vistam as calças com os sapatos calçados, os botões não sejam arrancados, as roupas voltem, depois das provas, aos cabides e aos seus devidos lugares. E sobretudo vêem se todos pagam na caixa. Inge Wenzel e Jakob atraem e vigiam. Os clientes assustam-se com eles? Eu assusto-me. Apesar de saber que o manequim está atrás das escadas rolantes, nunca

estou a contar com ele. A Inge Wenzel até poderia pensar que há algo de errado comigo.

Sinto-me suspeita diante da Inge Wenzel e do Jakob, eles observam os clientes. Quando não estamos a olhar para lá, estão vivos, mas têm um contrato de manequim com a loja, não podem revelar que estão vivos. Nunca roubei nada a Inge Wenzel ou a Jakob, mesmo assim alternam-se em mim a honestidade e a burla. Na Roménia, os ladrões que eram apanhados eram fotografados com a presa e expostos, com nome e idade, em quadros nas lojas, como finalistas da vergonha. Vinte, trinta caras para outros arregalarem os olhos, uns seguravam junto ao peito fósforos, um sabonete ou umas velas. Eu própria fui levada a roubar, por desespero. Mas se calhar o mesmo acontecia com aquelas caras nos quadros da vergonha, que me eram mais próximas do que as dos bons trabalhadores nos quadros de honra, os lambe-botas e os bajuladores que se prestavam ao cumprimento de todos os planos – mesmo que fosse um assassínio. Como se os virtuosos do regime não me tivessem já metido medo que chegasse, tinha de pôr o coração, ainda mais e para além de todos os limites do perigo, a esvoaçar sozinho. Tinha os nervos tão em frangalhos que tinha de roubar. Roubar ao Estado pelo menos molas da roupa ou massas, porque ele roubava-me a vida. É esse o meu medo diante dos manequins nas lojas, que eles percebam que fui em tempos uma ladra bastante profissional e que poderia reincidir. Não me espantaria que os manequins se pusessem um dia, quando eu desse a volta junto às escadas rolantes, a mastigar pevides de girassol ou de abóbora que traziam nos bolsos da roupa da estação, como em tempos os funcionários, os polícias, os porteiros, os vigilantes nocturnos ou os guardas de campo e os pastores. Ao recortar palavras dos jornais, olhei para a

palavra «gatuna», e vi que «tu» estava lá dentro, só precisava de aplicá-lo à minha pessoa. Recortei uma bolsa de mão e colei por cima: a gatuna és tu.

O passado é para mim a intensificação do presente, através do reconhecimento de que a vida se pode mudar menos com a cabeça e com as mãos do que com os pés e com os objectos. E que as coisas também não mudam no futuro. O futuro será também uma intensificação de um presente já ido. Quanta bagagem guarda para mais tarde, ainda não sei. Às vezes gostava de saber onde é que a Inge Wenzel nasceu e cresceu. Depois faço a prova dos objectos dela, com rimas:

Ao pescoço o ouro em molde combina com Detmold / as camisas de noite brancas combinam bem com Franken / as viagens sem parar combinam com Weimar / a dormir e a sonhar combina com o Sarre / a cama dela combina bem com Celle / tudo o mais e ainda mais um combina com Husum / e as roupas da *saison* combinam com Iserlohn.

Quando entrava no comboio, passava pela carruagem, olhava para dentro dos compartimentos e só me sentava quando tivesse encontrado a inge wenzel a caminho de rimini. Estava literalmente dependente dela. No compartimento, havia passageiros de ocasião sentados uns ao lado dos outros, só a Inge Wenzel e eu é que não estávamos juntas por acaso. Os viajantes vão e vêm quando vamos para suficientemente longe. Na companhia da Inge Wenzel, determinei posições. Lá vinha uma mulher a entrar e a comer um *croissant* com fiambre. As migalhas caíam-lhe na blusa e ela limpava-as depois de cada dentada. Só uma ficou pendurada no canto da boca como uma pena branca, como se a mulher, disfarçada de bolo, tivesse comido uma gaivota. Um pouco depois entrou uma mulher com uma sanduíche de *baguette*. Também lhe

caíam as migalhas na blusa. Deixou-as ficar e só as limpou quando acabou. Qual das duas era a mais insegura? Eu não sabia, nem sequer se, ao comer em frente a estranhos, estaria constantemente ou nunca a limpar migalhas. Fiz algum esforço para derivar dali um sentido, a partir da limpeza de migalhas de uma e outra. Ou será que toda aquela observação mostrava apenas como eu própria era estranha, como estava insegura diante de outras pessoas, como queria estar ocupada e distinguir o certo do errado a partir de insignificâncias?

Apesar de todos aqueles pensamentos sobre companheiros de viagem, nada me tirava a ideia de querer ter no futuro a inge wenzel em casa, para poder olhar para ela quando me apetecesse. Nunca roubei um vestido ao manequim Inge Wenzel. Mas roubei à *Deutsche Bahn* a inge wenzel a caminho de rimini. Andei meses à espreita, a ver quando ficava sozinha com ela no compartimento. Estava bem colada, tive de soltá-la com a chave de casa. A *Deutsche Bahn* substituiu-a pouco tempo depois por outras imagens. Ter-me-ia sido roubada se eu não a tivesse roubado a tempo. Agora está na parede do meu quarto.

O Olhar Estranho ou A vida é um peido no lampião

E quem em casa já não estava
é apanhado pelo cão da saudade
em vez de cabelos tem longa erva
e olhos de autocarro nocturno nas ventas
pão estranho apita de todas as bocas
a maçã de manhãzinha com penas cinzentas
o cuco depois de vermelhas bochechas

O primeiro atestado de todos que foi passado a este texto foi o Olhar Estranho. E a justificação é: porque vim de outro país para a Alemanha. Uma visão estranha vai para um país estrangeiro – muitos contentam-se com esta constatação, menos eu. Porque este facto não é a causa do Olhar Estranho. Eu trouxe-o do país de onde vim e onde conhecia tudo. A razão pela qual ele me era ali bem conhecido, só o posso mostrar se contar um pedaço do quotidiano de lá:

Na aldeia onde cresci, andei em criança de bicicleta anos a fio. Andava por campos de tabaco, pomares, ia até ao vale do rio, até à orla da floresta. De preferência sozinha e sem destino. Só para ver a região de forma diferente do que a pé, fluida debaixo das rodas e,
à altura dos olhos, como cintos que dão voltas e voltas. Aos 15 anos, fui para a cidade. E cinco anos depois já conhecia a cidade tão bem que queria também ver os caminhos a

fluir e a região como cintos. Depois de muito pensar, comprei uma bicicleta. Podia ter levado menos tempo, o que me fez hesitar foi uma frase que um dos inspectores dos serviços secretos me disse num dos interrogatórios, fora de contexto: «Os acidentes de trânsito também acontecem.» Eu tinha há quatro dias uma bicicleta na cidade. Ao quinto dia, fui abalroa-da por um camião que me atirou pelos ares. Fiquei com algumas escoriações nas costelas, mais nada. Dois dias mais tarde, tinha interrogatório marcado. O inspector disse, fora de contexto: «Pois é, pois é, os acidentes de trânsito acontecem mesmo.» No dia seguinte, ofereci a bicicleta a uma amiga. Não lhe disse o motivo da oferta, só lhe disse: «Já não a quero.» Um dia depois, fui cortar o cabelo. Mal me tinha sentado em frente ao espelho, disse a cabeleireira: «Então, vieste de bicicleta?» Nunca lhe tinha dito que tinha uma bicicleta. «Podíamos descolorar o cabelo», disse ela, «recebi descolorante de França». Porque não? Concordei. Pelo menos cabelo loiro, pensei, já que não posso ter uma bicicleta. Fez a mistura da pasta com um pó branco e água e espalhou-ma na cabeça. Aquilo queimava como fogo. Protestei. Tem de ser assim, dizia ela, é assim que se descoloram os cabelos. No dia seguinte, o couro cabeludo estava todo em ferida. Formou uma crosta com uma rapidez impressionante, durante duas semanas andei com ela como uma casca de noz, depois desfez-se em migalhas ao pentear, como côdeas de pão. Já estava a passar, já não se via debaixo do cabelo no interrogatório seguinte e o inspector disse, fora de contexto: «É preciso sofrer para ser loira, não é?» Disse uma coisa que não podia saber, tal como a cabeleireira quando perguntou pela bicicleta.

Quando falei da crosta na cabeça à cabeleireira na vez seguinte em que fui cortar o cabelo, a cabeleireira disse um

lacónico «desculpe», como quem diz bom dia. Assustada é que ela não estava. Em vez disso, mostrou-me três perfumes franceses diferentes, que queria vender. Não estavam à venda em lojas, era mercado negro e o mercado negro era proibido. Abri os frascos, um a seguir ao outro, aproximei-os do nariz. Não cheirei o perfume, mas sim o conteúdo do último interrogatório, quando o inspector me tinha acusado de vender roupa, cosméticos e divisas no mercado negro e ameaçado com cadeia. Todas as acusações eram inventadas. Será que a cabeleireira só estava a fazer negócio por conta própria ou estaria a atirar-me a casca de banana?

Quando voltei a casa da cabeleireira sem o perfume, havia um bilhete pousado numa taça que estava no frigorífico, com a letra de uma amiga: «Queria ir cortar o cabelo, que pena não estares em casa.» Cortava-lhe o cabelo na fábrica, de 15 em 15 dias. Mas eu já tinha sido despedida há muito tempo. E fui a casa dela no dia seguinte e quis saber como tinha entrado em minha casa. Tinha colocado o bilhete na maçaneta da porta, no patamar, disse-me ela. Depois, subitamente a meio da frase, tapou a boca com o indicador na vertical, pegou no telefone e pô-lo no frigorífico. Já há muito que desconfiava ter escutas no telefone, disse. E enquanto o telefone estava no frigorífico, contei-lhe do meu frigorífico onde estava a taça para onde o bilhete dela tinha voado desde a maçaneta da porta. Tive de repetir tudo várias vezes, ela estava sempre a interromper-me com: «Mas tens a certeza?» E: «Estás maluca?» E: «Pensa bem.» Até que lhe dei um berro e ficámos um bocado a remexer nas chávenas de café. O vapor passou pela mão dela, e ela disse: «Estás a ver, até no meu café eles estão.» O mundo construía-se peça a peça, contra o entendimento. A minha amiga não sabia

nada da bicicleta nem da crosta depois da descoloração do cabelo. O facto de ela querer que lhe cortasse o cabelo exactamente ao mesmo tempo que eu estava a cortar o cabelo na cabeleireira, registei-o como mero acaso, apesar de já andarem por ali muitos fantasmas. Mas o bilhete dela podia ter entrado no meu frigorífico do mesmo modo que o telefone dela tinha ido parar ao dela. A minha amiga era jurista, treinada em justificações lógicas. Mas agora era ela que andava à procura de explicações naturais para o voo do bilhete: talvez uma corrente de ar, talvez um redemoinho entre as fendas da porta e da janela. Não acreditava nela própria e não acreditava completamente em mim. Parecia infantil. Apesar disso, teria acreditado de bom grado nela em vez de ter de admitir que os serviços secretos tinham estado em minha casa.

Ainda me lembro bem de tudo, porque dessa vez aconteceu pela primeira vez o que depois começou a acontecer regularmente. Ou melhor dizendo, os serviços secretos quiseram naquela altura que eu me apercebesse pela primeira vez.

Assim, a bicicleta não é uma bicicleta por muito tempo, a descoloração não pode continuar uma descoloração por muito tempo, o perfume não é perfume, a maçaneta não é maçaneta, o frigorífico não é frigorífico. A unidade das coisas consigo mesmas tinha um prazo de validade. Nada em volta parecia ter bem a certeza se era isto ou aquilo ou uma coisa completamente diferente. Pouco depois, já só havia coisas insignificantes com sombras significativas. Não era imaginação, não era desejo do surreal, mas sim aquela nudez ou metamorfose sem cerimónia, aquela indiscrição com que tudo se tinha juntado. Já estava habituada, de cada vez que chegava a casa, a passar revista à casa e verificar o que estava transformado. Queria manter a casa

familiar para mim através destas passagens de controlo, mas tanto mais estranha se tornou. Não era possível não ver que uma cadeira do quarto estava na cozinha. Mas as pequenas transformações, quando as descobria, não sabia se eram daquele dia ou se não as tinha visto no dia anterior ou vários dias atrás.

Era assim que nos deitávamos, quando tinha passado um dia e nada ficava esclarecido. Desfiar novamente os acontecimentos com lucidez punha a cabeça a fervilhar, a raiar a loucura. Apesar disso, tínhamos de adormecer em vez de ficar a pensar, desligar a cabeça, porque quando começava a clarear, voltava a ser um dia de coisas insignificantes com sombras significativas. Será que descansamos quando sonhamos o seguinte:

No rosto da mãe, a face é um canteiro de cascalho branco, do canto da boca até lá acima ao olho. Caminhamos no cascalho, os sapatos rangem, uma pedra do cascalho salta para dentro do sapato direito e esfola o calcanhar até fazer ferida. A mãe enfia o indicador no sapato e retira a pedra. Chegamos ao rebordo do olho dela, onde há uma cerca de buxo, e à frente dela está um homem sentado, com uma bata branca, a fazer festas a um cão grande e diz: este é o cão do cancro.

De certeza que pressenti, ao acordar, que a partir daquele momento a face da minha mãe também ia ficar com uma daquelas sombras significativas. Tinha razão: quando revi a minha mãe, lembrei-me imediatamente do sonho. Quis evitar o beijo na face. Mas a minha mãe ofereceu-a, como habitualmente, insistiu no gesto sem suspeitar. E eu dei-lhe o beijo, e senti frio por dentro.

Isto foi semanas depois do sonho. Mas antes, logo na manhã depois do sonho do canteiro de cascalho branco, sucedeu ainda outra coisa: tinha-me lavado, vestido e tinha

calçado os sapatos. E senti no sapato esquerdo uma pedrinha. Sacudi-a para fora, era preta. E pensei por breves instantes: de noite era branca, porque no escuro não se vêem coisas pretas. E a esquerda fica à direita de noite, como um espelho invertido.

Foi neste quotidiano que surgiu o Olhar Estranho. Aos poucos, em silêncio, impiedosamente, nas ruas, nas paredes e nos objectos conhecidos. As sombras significativas vagueiam de um lado para o outro e ocupam. E seguimo-las com o feixe de todos os sentidos, que flameja em permanência e nos queima por dentro. É mais ou menos isto que quer dizer a palavra perseguição. E é este o motivo pelo qual não posso deixar que passem ao olhar estranho o atestado que lhe querem passar na Alemanha. O Olhar Estranho é antigo, é trazido já pronto com as coisas conhecidas. Não tem nada que ver com a imigração para a Alemanha. Estranho não é para mim o contrário de conhecido, mas sim o contrário de familiar. As coisas desconhecidas não têm de ser estranhas, mas as coisas conhecidas podem tornar-se estranhas.

Pelo que aprendi ao avaliar a vida e ao pensar sobre ela, não se pode separar as coisas das suas sombras. Os factos não são tudo, aquilo que provocaram também faz parte. Mas isso foi retirado ao meu entendimento. É um luxo bastante recente pôr-me a pensar sobre espaços de tempo tão grandes. Tornou-se possível porque a ditadura caiu. Enquanto ela existiu, vivi com ameaças de morte, nos últimos três anos já na Alemanha. E durante esse tempo pensava a maioria das vezes só no instante. De um instante para o outro, claro, porque um dia mudava de um instante para outro. Mas mudando sempre de instante pelo dia, não para além dele. Era uma escola do andar, todos os dias tinham de aprender a andar, contrariando o meu

conhecimento de que eles nem sequer sabem andar. O mais decisivo permanecia invisível. E em nós mesmos os vestígios deixados ficavam à vista com toda a nitidez, indiscretamente nus e em sucessivas metamorfoses.

O pensar, o falar, o escrever são e mantêm-se provisórios, nunca acertarão nos acontecimentos, nem sequer mais ou menos. Quanto mais a memória guardou com rigor os pormenores, menos consigo perceber o que fui, como e por meio de quê. Só consigo compreender meias páginas e quartos de página, e mesmo estas são, de cada vez que tento, diferentes. Pensar claro: assim é que as coisas se transformam mesmo.

E no entanto, ou se calhar por isso mesmo, é que, comparado com as pessoas que podem despreocupar-se regularmente de si próprias por longos períodos de tempo, porque vivem uma vida mais livre, sabemos muito acerca de nós e do que está à nossa volta. Até sabemos de mais, e por isso tão pouco. Não por termos uma memória melhor, mas por termos sido obrigados a isso. Porque não podíamos despreocupar-nos de nós próprios enquanto acontecia alguma coisa. Todas as pessoas gostam de despreocupar-se de si próprias, é mais fácil acontecerem coisas do que nos acontecerem continuamente a nós.

Das coisas que vivi, não podendo manter-me nelas sem dar nas vistas, tive de perceber o essencial, contra a minha curiosidade, a minha intenção, para além do razoável e contra os meus nervos. Os dias contados atrás mostram que bicicleta, descoloração do cabelo, frigorífico e cascalho alternam entre si. Mas na alternância de todas as coisas insignificantes mantém-se a sombra significativa, porque a ameaça permanece.

Podemos e devemos chegar a esta simples conclusão: quanto menos livre é um país, quanto mais somos vigiados

por um Estado, tantas mais são as coisas com que temos de lidar de forma desagradável, mais tarde ou mais cedo. E tanto menos podemos despreocupar-nos de nós próprios. A autopercepção liga-se automaticamente; somos observados, julgados, portanto também temos de nos observar. A perseguição não existe apenas quando temos de prestar contas no interrogatório. Insinua-se nas coisas e nos dias, que nada dão a perceber para o exterior. É por isso que nos desabituamos das partes ausentes do dia, do que ocorre de passagem, que trazemos connosco sem julgamento ou objectivo. A atenção, necessária em permanência, transpõe o dia para um papel milimétrico. Torna-se impossível a passagem das coisas sem rasto, o ver sem pensar. A palavra «olhar» e o modo como neste país é utilizada para o ver de toda a espécie, é para mim justamente o ver sem pensar, não me podia dar a esse luxo. Eu tinha de observar, o que não quer dizer obrigatoriamente ver. Só a coisa observada e interpretada ao mesmo tempo é que quer dizer ver.

No Estado vigiado, cada situação exige do perseguido um registo. Este tem de ser tão exacto como a observação e o registo do Estado.

O nosso próprio milímetro tem de se confrontar com o milímetro do observador. Dá-se uma adaptação do modo de vida do ameaçado à táctica do perseguidor. O perseguidor cumpre com a sua observação um serviço ao Estado. Saber exactamente o que se passa é seu dever de serviço. A pessoa ameaçada, por seu lado, observa o perseguidor para se proteger dele. O perseguidor pratica o ataque, o ameaçado a defesa.

O perseguidor não tem de estar fisicamente presente para amea-çar. De qualquer modo está entranhado nas coisas, como sombra, pôs o medo dentro da bicicleta, da

descoloração do cabelo, do perfume, do frigorífico e fez de objectos banais, inanimados, objectos ameaçadores. Os objectos privados da pessoa ameaçada personificam o perseguidor.

O perseguidor aparece também pessoalmente a intervalos calculados, que são necessários para manter a ameaça. Nesses dias de presença física torna-se uma confusão total de aparecimentos e desaparecimentos: está em frente a casa, a ler o jornal, depois no eléctrico, embora não estivesse visível na paragem. Desaparece quando descemos. Numa altura qualquer, à entrada ou à saída da padaria ou da loja de roupa, ou na sala de espera do médico, aparece outra vez ou desaparece de novo. Numa altura qualquer, o alvo fixa-se na esplanada, chega de bicicleta, pousa-a e senta-se na mesa ao lado. O alvo está sentado no autocarro, a caminho de casa, e ele acompanha-o ao lado, de carro. Vai-se passando sempre assim. E uns dias mais tarde, durante o interrogatório, ficamos espantados porque o dia do espião visível nem sequer é mencionado, só os dias pelo meio, em que o espião não era fisicamente visível. Temos de nos desabituar de acreditar naquilo que vemos.

Dado que o perseguidor consegue observar não apenas estando fisicamente presente, mas também a partir das coisas mais íntimas, que o personificam, a pessoa ameaçada, faça o que fizer em sua casa, consigo ou com os seus objectos, vê-se olhos nos olhos com o perseguidor e observa-se a si própria e a ele em simultâneo. Surge um mirar recíproco, à espreita um do outro, um circuito fechado infernal. Um circuito magnético, do qual um dos lados não pode deixar sair o outro. É no interrogatório que o circuito magnético é mais perigoso.

No interrogatório, a acusação não se fica pelas observações do espião. Ela serve-se dos factos acontecidos só como enunciado, para passar a uma construção intrincada. Mas enquanto enunciado é importante. O acusador tem de saber quais as invenções e como pode colá-las aos factos. No seu mosaico, a lógica pedante tem de ser soberana, para que consiga manter os fios todos na mão. Uma coisa não ter acontecido não é uma falha, é uma vantagem. Na invenção, o acusador pode mover-se mais à vontade do que se estiver comprometido com a realidade pronta.

O melhor que o acusado pode fazer na sua situação defensiva, exclusivamente composta de insuficiências, é uma contraposição que vá ao encontro da invenção. A palavra não seria óbvia, poderia e deveria poder ser dita sempre como forma de defesa. Porém, na defesa, a palavra não é a mais estúpida de todas. E demasiado curta, perde-se e não deixa o acusador prestar atenção. não é, no interrogatório, o contrário de defesa, o acusado desistiu de si e deixa que a acusação se desenrole sobre si, quando diz não em vez de falar. Além disso, dá tanto mais tempo ao acusador para aumentar a construção quanto menos falar.

falar quer dizer, no interrogatório, ir ao encontro da invenção. Enquanto pessoa acusada, temos de nos desligar de quem somos na realidade. Temos de nos apresentar sempre como aquela pessoa que a invenção representa – sem, contudo, nos confundirmos com a invenção. Temos de nos manter muito próximos da invenção, nunca podemos ir além do seu conteúdo, pensando que evitamos a invenção seguinte. Com pormenores que saltem da invenção só escancaramos portas que o acusador talvez não abrisse por sua iniciativa. Surgem novos aspectos ou golpes fatais de uma única palavra dita a mais. Não devemos nunca dizer

em nossa defesa algo de que não se fale já na acusação. Não devemos nunca responder com uma pergunta. Não devemos perturbar a sensação de superioridade do acusador. Mas quando chega a nossa vez, temos de falar até sermos interrompidos. Dizer não repetidamente e ficar em silêncio pelo meio enfurece o acusador. Sente-se ignorado, o que dá cabo da imagem que tem de si. Quer dar que fazer ao acusado, precisa de colaboração. O acusado tem de estar presente com a cabeça toda, e estar de fora com a cabeça toda para controlar permanentemente se estão a ruminar acusações antigas ou se se trata de uma culpa nova. Ao ruminar sobre interrogatórios passados, é preciso ter o máximo cuidado para repetirmos exactamente o que foi dito, de preferência as nossas próprias palavras. Temos de estar tão distantes de nós próprios como do acusador, sem nos sermos indiferentes. Só assim nos podemos ajudar. Só na reciprocidade do circuito magnético de observação é que temos hipótese.

Mas só temos uma cabeça. Quantas metades e quartos de pessoas nos tornamos em cada interrogatório, e quantas desaparecem ou permanecem no crânio quando aquilo acaba e o próximo interrogatório é mais que certo?

A nossa cabeça fica tão doida como a táctica destrutiva do Estado, e, no seu contexto, normal; o olhar contrário no circuito magnético torna-se uma segunda natureza e um pretenso apoio.

Só quando os perseguidos abandonam o Estado vigilante é que chegam ao lado de fora do circuito magnético. O olhar em volta em compassos curtos, o olhar extremamente inquieto é um olhar deformado. No novo lugar, onde a maioria não o tem, fica na cara a tremeluzir. O Olhar Estranho trazido é antigo. A única coisa nova é que

ele dá nas vistas no meio de olhares intactos. Não é possível desligá-lo de um dia para o outro, se calhar nunca mais.

As pessoas intactas percebem este olhar rapidamente. Pensam que este olhar surgiu agora e consideram-se, a si e ao lugar, a origem desta forma de olhar. Já ouvi várias vezes as pessoas intactas dizerem, em relação a este olhar, que é «provocatório». Que não deve surpreender-me que, com este olhar «provocatório», o Estado vigilante me tenha tratado mal. Este reparo pressupõe que fui eu a obrigar a ditadura a perseguir-me e não ela a obrigar-me a ter este olhar.

O facto de as pessoas deste país serem tão irritáveis, tão inquietáveis por estrangeiros, sem motivo e sem limites, mantendo intuitivamente a distância, relaciona-se com este olhar. Não pretendo defender o Olhar Estranho. Vai fazendo o seu trabalho sem consideração por pessoas indiferentes, renuncia ao nervosismo porque não pode fazer de outra maneira. No compartimento do comboio, no supermercado, na sala de espera ou na florista, encosta-se tanto às pessoas e de tal forma aquecido que elas não estão habituadas. Passa a ferro rostos e gestos estranhos e constata rapidamente, tal como treinou anos seguidos: mal olha, já está a interpretação incluída. Compreende tão pouco os intactos como estes o compreendem, retira conclusões falsas, muitas vezes drásticas, que não são corrigidas. O Olhar Estranho sai, agressivo, à defesa, que nem sequer é necessária. Precisa do medo habitual e da excitação permanente em compassos curtos, carrega-se no outro, serve-se dos indiferentes. Nestes, projecta a má-fé para poder defender com a resposta: desinteresse, frieza, perfídia. E quando o outro é simpático, atribui-lhe hipocrisia. Não se lhe pode fazer a vontade, porque

confunde indiferentes com a vida que trouxe com ele, continua ofendido e tem tendência para a presunção. É bem possível que o Olhar Estranho ajude a causar a hostilidade que gera nos indiferentes, em provocações constantes – não tem escolha. Expõe-se como se tivesse algo a esconder. A duplicidade dos objectos insignificantes com sombras significativas está embutida no Olhar Estranho; a oposição entre desnudar-se e metamorfosear-se forma um só. Assemelha-se às coisas do seu mundo vigiado de então.

Uma vez comprei um postal de uma paisagem bávara, com um dito de Herbert Achternbusch: «Este lugar deu cabo de mim. Não hei-de deixá-lo enquanto isso não lhe for reconhecido.» Este dito é, na sua filosofia, muito sério. Na altura, quando o li, só tive de alterar um pronome para fazer dele o retrato mais curto e grandioso do emigrante político: «Este lugar deu cabo de mim. Não hei-de deixá-lo enquanto isso não me for reconhecido.» Que isso lhe seja reconhecido: eis o Olhar Estranho. E muito tempo depois escrevi a frase: «Aquilo que se carrega para fora do lugar, carrega-se para dentro do rosto.»

O facto de o Olhar Estranho participar no efeito que tem nos intactos é apenas um dos lados da questão. Os intactos também saem à defesa, que nem sequer é necessária. Também eles projectam no Olhar Estranho os motivos de que precisam para fugir ao sopro da devastação.

No ruído entre os de cá e os estranhos, há dois lados em jogo. Mas o entendimento que deve prevalecer acerca do conceito de Olhar Estranho, esse foi estabelecido unicamente pelos de cá, os intactos. É o lugar deles, a língua deles. Fizeram da visão deles um consenso que pelos vistos não deve ser abalado: O Olho Estranho irrita-se no contacto com o país estrangeiro. Esta convicção serve aos

intactos, pode-se manter a distância em relação aos estranhos de forma humanitária. Quando a pessoa que sofreu danos explica o seu Olhar Estranho de maneira diferente, recusam. Saber que alguém traz tanta coisa partida para um mundo que funciona organizadamente mete medo. No consenso: «O Olho Estranho irrita-se no contacto com o país estrangeiro» reside a esperança de que este olhar se dissipe quando se tiver habituado ao novo país.

Como eu, para além disso, também escrevo, o Olhar Estranho está duplamente sujeito a um estatuto de mal-entendido. A juntar ao mal-entendido de que eu tenho o Olhar Estranho desde que estou na Alemanha, há o dos profissionais da literatura. Consideram o Olhar Estranho uma particularidade da arte, uma espécie de artesanato que distingue escreventes de não escreventes. Só com o tempo é que percebi que os escritores reivindicam este mal-entendido com orgulho, e colaboram na sua feitura. Convencem-se frequentemente, a si próprios e a outros, de que a escrita se distingue de todo o tipo de trabalho. Que sobrecarrega o artista com fardos a que os não escreventes são poupados. Os autores estilizam o seu trabalho como situação de excepção da existência. Deixam-se admirar de bom grado pela sua suposta peculiaridade, como se fosse uma folhinha dourada. Vendem o Olhar Estranho como virtude.

O Olhar Estranho não tem nada a ver com a escrita, mas sim com a biografia. Conheço uma mãe que sobreviveu a Buchenwald e que nunca deixou a filha calçar sapatos com solas de madeira, nem deixou nunca que grelhassem carne à sua frente. Que, a meio do piquenique em prado verde, de repente se põe a sorrir para o céu e diz, como que ausente de si própria: «Isto aqui é tão bonito como em

Ettersberg»[29] e continua a comer como se tivesse descrito apenas o dia de Verão. As imagens dela associam-se da mesma forma que as de um Jorge Semprun: mulheres bonitas num bar parisiense, à noite, põem a morte diante dos olhos. E a neve a cair debaixo da luz dos lampiões do *boulevard* são o espelho do terreiro da morte de Buchenwald. Ele escreve, ela não escreve, é essa a diferença. O Olhar Estranho é comum aos dois.

Conheço ainda do tempo da infância, quando ainda não tinha o Olhar Estranho, a doença da minha mãe por batatas, aquela mistura de repugnância e gula, medo e febre enquanto comia.

Em 1945, a minha mãe aprendeu a odiar e a amar as batatas, aos 19 anos, quando foi deportada durante cinco anos para a bacia do Donetz, na actual Ucrânia, para os trabalhos forçados. Disse maldições e orações às batatas, foi empurrada pelas batatas, que nunca chegavam, para a fome crónica. E foi alimentada pelas batatas, quando tinha só pele e osso, até voltar outra vez ao normal. As batatas eram a base da alimentação, a base que levava a morrer de fome ou a sobreviver. A minha mãe sobreviveu e tem uma cumplicidade eterna com a batata. Mais ninguém tem aquele olhar a comer batatas como ela, aquela respiração para a qual, por muito que se procure na língua, não existe uma palavra entre saturação e avidez. Como se hoje, ou seja 50 anos depois, a cada batata, tivesse de passar pela vida para a morte, ou ao contrário. Olha para o pedaço de batata espetado no garfo, até estar muito perto da boca, os olhos revirarem e ficarem húmidos. Nunca espetou a batata ao ponto de ela se desfazer. Até hoje, nunca deixa migalhas de batata no prato. Já em criança não gostava de comer com ela, porque tinha de pedir ao candeeiro da cozinha, à

mesa e às batatas que estavam no prato que a ajudassem, para que ela não tivesse de comer sempre assim e eu não tivesse de assistir sempre àquilo.

Não podia usar faca para nada, diziam que eu ainda era muito pequena. Mas tive de aprender a descascar batatas. E ela prestava atenção para que a casca fosse sempre fininha, para que eu fizesse um certo movimento com a faca e a casca formasse uma longa rosquilha. Nessa época, já ela tinha há muito tempo batatas suficientes, tantas que as galinhas e os porcos eram alimentados com elas. Mas a supervisão ao descascá-las continuava, como se o meu futuro, o que eu iria ser e como, dependesse da casca de batata. Devido à cumplicidade dela, tive de aprender a talhar a minha vida descascando batatas. Não me ensinou nem demonstrou nada deste mundo tantas vezes como a arte de descascar batatas. Mas nunca disse uma palavra acerca da razão pela qual era tão importante para ela. E sobre o campo de trabalho só dizia frases soltas. Que eu me chamava Herta porque a melhor amiga dela no campo se chamava assim e tinha morrido de fome, dizia a minha avó. Nunca perguntei à minha mãe se ela via em mim duas pessoas. Todos os pormenores sobre o campo, sei-os através de outras pessoas e de livros. Eu acho que ela só imagina o campo de trabalho quando come batatas para não ter de imaginá-lo quando fala. Ou será que também imagina o campo quando me chama pelo nome? Se é assim, teve muita coragem.

Escrevi uma vez, passados muitos anos: «Uma batata quente é uma cama quente.» Mas o que é isto comparado à cumplicidade com a batata? E o que é comparado à memória de uma pessoa morta, mantida viva através do nome de uma criança que se deu à luz?

Ver o Olhar Estranho como consequência de um ambiente estranho é absurdo porque o contrário é que é verdade: ele surge das coisas familiares, cuja evidência nos é roubada. Ninguém quer prescindir da evidência, todos dependemos de coisas que permanecem obedientes e não abandonam a sua natureza. De coisas que podemos manejar sem nos reflectirmos nelas. Onde começa o reflexo já só acontecem situações de queda, olhamos para o abismo a cada pequeno gesto. O entendimento com as coisas é valioso porque nos poupa. Chama-se a isso evidência. Só está presente quando não sabemos que a temos. Penso que a evidência é a coisa menos esforçada que temos. Mantém-nos a uma distância conveniente de nós mesmos. É o modo perfeito de nos pouparmos quando não estamos presentes para nós próprios. E o mais difícil quando a evidência foge não é ela abandonar as pessoas em coisas isoladas, contáveis, mas sim impossibilitar de repente que muitas coisas sejam unas consigo mesmas. Gera-se um feixe de sentidos que não pára de esvoaçar e saltar. A autopercepção constante é incestuosa com o meio circundante e é como ter um caso com a própria pessoa. Sentimos os nervos em franja no corpo, literalmente como cordas e não podemos deitá-los fora. Ficamos saturados de nós mesmos e temos de gostar de nós.

Durante os anos em que me encontrava neste estado, desejei muitas vezes ficar louca, para me ver livre de mim sem me matar. Esperava da loucura uma espécie diferente de evidência, uma que já não precisa de mim porque já não me conheço. Na altura, não compreendia por que razão um amigo meu, que trabalhava no hospital psiquiátrico, me censurava. Eu pensava, está a censurar-me porque gosta de mim. Mas ele censurava-me, e com razão, porque eu não sabia do que estava a falar. Uma vez, levou-me ao

hospital psiquiátrico, no meio dos campos, fora da cidade. Era músico de *rock* e passava música para os doentes. Ganhava assim o seu dinheiro, desde que as apresentações públicas dos músicos de *rock* eram proibidas. Levava os discos dele para a instituição e punha o gira-discos a tocar: *beat*, *rock*, *jazz*, canções, conforme ia calhando. E os doentes comportavam-se conforme ia calhando. Cantavam, abanavam-se ou ficavam ausentes, intocados, imóveis. Se compreendiam, ou se aproveitavam só o tempo para não ouvirem os muitos corvos lá em cima nos choupos ou o tumulto no crânio, não sei.

O que sei é que não vi lá uma única pessoa que tivesse enlouquecido por motivos de perseguição política, a quem a evidência tivesse regressado sob a forma de loucura. Os políticos eram atormentados incessantemente, na sua loucura, pelos medos que tinham trazido da normalidade. Esses medos diziam-se através de tremuras, choro, contorções no corpo o dia inteiro. Sofrimento extremo e ausência total andavam a par. Sabia-se, depois de largo tempo de visita, quem tinha quebrado por misérias pessoais ou por causa do terror do Estado. E o que mais me surpreendeu foi ver estados que conhecia, em que eu própria entrava por mo-mentos. Só que nos loucos nem sequer tinham interrupção para respirarem. Eu via os meus próprios estados, a que me tinha habituado, como os primeiros passos em direcção à loucura:

Não conseguir, de vez em quando, ver as horas, durante uns minutos, e depois conseguir ver outra vez e não perceber porque é que o meu entendimento se tinha desligado uns minutos atrás. O facto de o meu despertador da mesa-de-cabeceira fazer de vez em quando o barulho de um autocarro, a ponto de eu saber, é um despertador e, contudo, ter medo de um acidente. Ter de desligar o

despertador por ele querer ser um autocarro, e voltar a ligá-lo uma hora mais tarde porque o autocarro tinha desaparecido.

Também me punha a pensar nos dias em que as formas dos objectos me torturavam: aproximo-me de uma mesa numa es-planada, a mesa é redonda. O sol brilha sobre ela e é redondo.

A empregada chega com um pano húmido e limpa a mesa. O tabuleiro dela é redondo, a pulseira, as fivelas dos sapatos dela são redondos, o relógio dela. Os botões da blusa dela são redondos, as pupilas cheias de castanho no meio do branco do olho. Meio divertida com a forma redonda do dia, peço um gelado porque as bolas vão ser redondas. E, por fim, também as moedas com que vou pagar. Estas acumulações também aconteciam com mulheres grávidas, bengalas ou com pessoas a quem faltava um dedo.

Depois da visita ao hospital psiquiátrico, nunca mais quis enlouquecer; esforcei-me antes, por todos os meios, por manter o juízo. Já não queria oferecer o meu corpo à loucura como terreno de exercícios, não queria torturar-me sem me conhecer.

Quem acha que trabalhou o Olhar Estranho através de exercícios de estilo e conhecimento da linguagem não sabe a sorte que teve por ter podido escapar ao Olhar Estranho. Não sabe que é desprezível face aos não escreventes, e faz inchar a sua vaidade exactamente no ponto em que a maioria das pessoas, não escreventes, quebrou. Não sabe como a sua atitude surge descarada e precipitada. O Olhar Estranho não tem nada a ver com literatura. Está lá onde nada pode ser escrito e nenhuma palavra tem de ser dita: nas solas de madeira, no grelhar da carne, no céu do

piquenique, nas batatas. A única arte com que ele tem a ver é a arte de viver com ele.

Às vezes digo a mim própria: «A vida é um peido no lampião.» E quando isto não ajuda, conto a mim própria uma anedota:

«Um velho está sentado em frente a sua casa, num banco, e o vizinho passa por ele e pergunta:

Então, que estás a fazer, sentado e a pensar?

E responde o inquirido: não, só sentado.»

Esta anedota é a descrição mais breve da evidência. Conheço a anedota há 20 anos, e desde essa altura que me sento no banco ao pé do velho. Mas até hoje não consigo acreditar totalmente nele.

29 Ettersberg é o nome da colina onde foi construído o campo de concentração de Buchenwald, perto da cidade de Weimar. (*N. da T.*)

A flor vermelha e a cana

Nas reuniões, onde as pessoas passavam a maior parte do seu tempo na ditadura, patenteava-se a imagem mais nítida do falar na sociedade vigiada da Roménia. Provavelmente não apenas desta ditadura. Tudo o que era meio autêntico, cada sopro pessoal, cada tremor individual do dedo tinha desaparecido da face da terra para os oradores. Eu via e ouvia figuras permutáveis, que tinham fugido da pessoa individual para se instalarem na mecânica pura e simples de uma posição política, de forma a corresponderem à sua carreira. Na Roménia, toda a ideologia do regime estava concentrada no culto da personalidade de Ceausescu. Com o mesmo método com que, em criança, o padre da aldeia me queria meter na cabeça o medo de Deus, os funcionários espalhavam a sua religião socialista: faças o que fizeres, Deus está a ver-te, é infinito e está em toda a parte. O retrato do ditador, colocado milhentas vezes por todo o país, era reforçado por injecções da voz dele. As transmissões dos discursos, durante horas e horas, na rádio e na televisão, serviam para pôr aquela voz todos os dias no ar, como forma de controlo. Aquela voz era tão conhecida em todos os países como o barulho do vento ou da chuva a cair. O estilo característico daquela fala, os gestos que a acompanhavam eram tão conhecidos como o caracol na testa, os olhos, o nariz, a boca do ditador. E o remoer das mesmas peças

prefabricadas, cortadas sempre com o mesmo molde, era tão conhecido como o barulho dos objectos de todos os dias. A repetição das peças prefabricadas já não garantia totalmente o reconhecimento nos discursos. Portanto, nas aparições públicas, os funcionários esforçavam-se por imitar os gestos de Ceausescu. O orador-mor do regime tinha cumprido quatro anos de escolaridade e não eram só os conteúdos mais complexos ou a gramática elementar que lhe causavam problemas. Tinha, além disso, uma perturbação da fala. Nas alternâncias de vogais e nas sequências rápidas de consoantes, a língua travava, era atabalhoado na pronúncia. Tentava desviar a atenção daquela perturbação falando por sílabas curtas, como que ladradas, e com um agitar constante das mãos. Por isso, a imitação da sua maneira de falar implicava uma distorção especialmente acentuada, tragicómica, da língua romena.

Naquela época, eu dizia muitas vezes que os funcionários mais novos do país eram os mais velhos. Porque esses conseguiam imitar o ditador sem esforço, ao que parecia, e com maior perfeição do que os mais velhos. Também tinham mais necessidade disso, estavam em início de carreira. Mas depois de trabalhar com crianças do jardim-escola, não pude deixar de achar que os jovens funcionários nem sequer imitavam. Eram eles próprios, nem sequer tinham outros gestos, seus.

Fui educadora de infância durante duas semanas e apercebi-me de que a imitação de Ceausescu já era impossível de ignorar em crianças de cinco anos. As crianças eram obcecadas por poemas do Partido, canções patrióticas e pelo hino nacional. Fui para aquele jardim-escola depois de estar desempregada muito tempo, como consequência de ter sido despedida da fábrica e de algumas escolas que não me aceitavam mais por causa de:

«Individualismo, falta de adaptação ao colectivo e ausência de consciência socialista.» O ano lectivo tinha começado há muito, eu ia substituir uma educadora de infância que tinha hepatite e não era previsível que recuperasse tão cedo. Pensei, ao aceitar o lugar, que não havia de ser tão mau como nas escolas. Alguma infância ainda teria de haver naquele Estado, a destruição vazia, uniforme através da ideologia não podia ser utilizada com os mais pequenos, ainda haveria blocos de construção, bonecas ou danças. Não tinha dinheiro nenhum, só dívidas e a renda para pagar todos os meses. Sabia que, no meu caso, não devia cair na dependência da senhoria. Porque qualquer senhorio, à primeira ameaça dos serviços secretos, punha-me na rua. Estava dependente das ajudas da minha mãe, uma camponesa da cooperativa de produção agrícola que tinha de se matar a trabalhar para eu me manter à tona.

A directora do jardim-escola levou-me ao meu grupo no meu primeiro dia de trabalho. Quando entrámos na sala, disse de forma quase críptica: «O hino.» As crianças puseram-se automaticamente em semicírculo, colocaram as mãos, direitas como círios, esticadas junto às pernas, ergueram o pescoço e dirigiram os olhos para cima. Eram crianças que tinham saltado das mesinhas, mas naquele semicírculo eram soldados a cantar. Gritava-se e ladrava-se mais do que se cantava. O que parecia contar mais era a intensidade do som e a postura do corpo. O hino era muito comprido, nos últimos anos tinha ganho mais umas estrofes. Creio que na altura tinha atingido o tamanho de sete estrofes. Depois de muito tempo desempregada, não estava ao corrente, nem sequer conhecia o texto das novas estrofes. Após a última estrofe, o semicírculo desfez-se; aos saltos e aos gritos, a postura rígida tinha dado lugar outra vez à rédea solta. A directora pegou numa cana que estava

na estante: «Sem isto, nada feito», disse. Depois cochichou-me ao ouvido e chamou quatro crianças. Eu que olhasse para elas, disse, e mandou-os novamente para os lugares. A seguir introduziu-me às funções dos pais ou dos avós. Um dos rapazes era mesmo neto do secretário do Partido, era preciso ter um cuidado especial, na opinião dela. Ele não tolerava réplicas, e também era preciso protegê-lo dos outros, fizesse ele as asneiras que fizesse. Depois, deixou-me com o grupo. Na estante havia perto de dez canas, da grossura de um lápis, ramos de árvore do tamanho de uma régua. Três delas estavam partidas.

Lá fora nevava, os primeiros flocos grandes, despenteados, que naquele ano acamavam no chão. Perguntei ao grupo que canção de Inverno gostaria de cantar. Canção de Inverno? Não conheciam nenhuma. Depois perguntei por uma canção de Verão. Abanaram a cabeça. Depois perguntei por uma canção de Primavera ou de Outono. Finalmente, um rapaz propôs uma canção sobre colher flores. Cantavam sobre ervas e prados. Então afinal era uma canção de Verão, pensei, apesar de ali não existir esta classificação. Dali a pouco, lá estava: após a primeira estrofe, a canção guinava, na segunda, para o culto da personalidade. A flor vermelha mais bonita era oferecida ao amado líder. Na terceira estrofe, o líder alegrava-se e sorria por ser o melhor para todas as crianças do país.

Os pormenores da primeira estrofe, o prado, as ervas, o colher das flores, nem sequer eram seguidos pelas cabeças. Toda a cantoria, desde a primeira palavra, soava febril, parecia apressar as crianças. Cantavam cada vez mais alto, mais depressa e asperamente, à medida que se aproximava no texto o oferecer da flor e o sorriso do líder. Aquela canção, que concedia uma estrofe ao Verão, proibia a reprodução de toda a paisagem, fazendo apenas o

arranque. Mas também proibia o completar da oferta. É verdade que Ceausescu segurava muitas vezes crianças ao colo, mas eram postas dias seguidos em quarentena médica para excluir qualquer possibilidade de contágio. A canção exigia ausência de espírito a quem cantava. Aquela ausência de espírito controlava tudo quanto acontecia no jardim-escola.

Eu conhecia algumas canções de Inverno dos meus tempos de infância. A mais simples era: «Floquinhos de neve, vestidinho branco». Cantei, expliquei as palavras, e disse para cada um ver como a neve caía do céu sobre a cidade. As carinhas olharam-me com ar sisudo. O espanto, que protege mesmo quando assusta, o ver e o ouvir condensado em imagens poéticas, que dá firmeza mesmo quando se torna sentimental – tudo isso lhes foi intencionalmente negado. A beleza da neve a cair, que desde tempos imemoriais se pode observar individualmente, não era assunto. Também neste domínio o país tinha abandonado a história das emoções. Era impedido que imagens verbais como «vestidinho branco» ou «moras nas nuvens» preenchessem as cabeças das crianças. Além disso, a canção da neve era demasiado calma para estes corrompidos precoces. A expressão das suas emoções começava só na pose rígida e no ladrar. Perceber-se como um indivíduo e, a partir desse ponto, suportar os seus próprios pormenores e os das coisas, como faz parte de uma socialização civil, não era permitido. Esta interdição de tudo quanto era pessoal levava ao ponto de mais tarde as pessoas não estarem de forma alguma à altura da sua vida. E era precisamente isso que o Estado queria: a fraqueza devia começar no ponto onde a própria pele, demasiado fina, se situava. A fuga da fraqueza que o Estado oferecia era bajular a força do poder, autonegar-se e

ser subserviente para ter oportunidade de subir. Um feixe de sentidos que se constrói sozinho, que se basta sem esta fuga, não devia poder surgir.

Naquele primeiro dia de trabalho, disse às crianças para porem os casacos, os gorros e as botas porque íamos lá para fora, para a neve no pátio. A directora ouviu barulho no vestiário. Abriu de rompante a porta do escritório. Tratava-se de uma canção da neve, disse eu, por que razão havia de contar lá dentro às crianças como a neve caía. Assegurei que dali a meia hora estaríamos de volta à sala. «Mas o que é que lhe passou pela cabeça?», gritava ela, «esta canção não consta de nenhum programa». Tivemos de regressar à sala. Jogos e recreio e almoço, depois de novo a canção.

Na manhã seguinte, a primeira coisa que perguntei foi se al-guém tinha visto os flocos que «moravam nas nuvens». Eu própria me fizera criança e tinha feito aquilo. Para me insuflar coragem para o dia até tinha cantado em silêncio a canção, mentalmente, a caminho do trabalho. Constrangida, perguntei se se lembravam da canção do dia anterior. E disse um rapaz: «Camarada, primeiro temos de cantar o hino.» Perguntei eu: «Querem ou é porque tem de ser?» As crianças gritaram em coro: «Sim, queremos.» Cedi e deixei as crianças cantarem o hino. E, tal como no dia anterior, puseram-se num ápice no seu semicírculo, esticaram as mãos junto às pernas, ergueram o pescoço, dirigiram o olhar para cima e cantaram, cantaram. Até que eu disse: «Muito bem, agora vamos tentar cantar a canção da neve.» E disse uma rapariga: «Camarada, temos de cantar o hino até ao fim.» Não teria feito sentido voltar a perguntar se queriam, disse apenas: «Então cantem até ao fim.» Cantaram as restantes estrofes. O semicírculo desfez-se. Todos, excepto um rapaz, voltaram a sentar-se às

mesinhas. O rapaz aproximou-se, olhou-me na cara e perguntou: «Camarada, porque é que não cantou connosco? A nossa outra camarada cantava sempre.» Sorri e disse: «Se eu cantar convosco, não consigo ouvir se estão a cantar bem ou mal.» Tive sorte, o pequeno guardião não estava a contar com a minha resposta. Nem eu. Voltou à mesinha dele. Não pertencia aos quatro seres superiores do seu grupo. De momento, sentia-me orgulhosa da minha mentira. Mas as circunstâncias que me obrigaram a mentir e que conduziram àquela mentira roubaram-me a tranquilidade o resto do dia.

Cada dia ia mais contrariada para o jardim-escola. A vigilância ininterrupta através dos olhos das crianças paralisava-me. Para mim era claro que não podia esperar de crianças com cinco anos uma opção consciente pela canção da neve, contra as canções do Partido. Mas decerto que, sem cumplicidade, inconscientemente, instintivamente, teriam tido mais prazer a cantar a canção da neve do que a ladrar as cantigas deles, rígidos que nem uns círios. Objectivamente era proibido transmitir aos mais pequenos, com três anos, algo de pessoal, mas subjectivamente neste grupo ainda seria possível. No grupo dos de cinco anos, mesmo subjectivamente, já era impossível, era tarde demais. Era algo que de dia para dia me surgia de forma mais categórica diante dos olhos. O abuso da substância humana estava interiorizado, tinha criado o vício da sua continuação. A destruição estava concluída nas crianças de cinco anos.

Isto era uma metade dos factos. A outra metade era a cana. Todas as crianças, à excepção dos seres superiores, em cujas origens eu tinha sido iniciada para minha protecção, encolhiam automaticamente o pescoço, não importava como e quando eu me aproximava deles. Não

tinha a cana na mão, mas estavam tão habituados a sovas que me olhavam de lado com o rosto transido de medo e imploravam: «Não bata, por favor não bata.» E os que não estavam ao alcance da mão, gritavam: «Vais apanhar, vais apanhar.»

Não fiz uso da cana uma única vez. Consequência: não conseguia que me dessem ouvidos cinco minutos seguidos de cada vez, por muito que pedisse atenção, explicasse ou até berrasse. Também para isso era tarde de mais. A fala habitual, fosse em que tom de voz fosse, não era um meio de comunicação. Ao transe de declamar frases feitas só correspondia a cana.

Aquelas crianças tentavam obrigar-me a satisfazer a sua necessidade de sovas. Sentiam-se abandonadas, ficavam penduradas num vazio histérico se a sova não chegasse. Chorar debaixo da cana era para elas a única coisa que as fazia sentirem-se pessoas. Distinguia-as face ao colectivo.

Ao passar pelas portas entreabertas das outras salas, ouvia as canas a bater e a estalar e as crianças a chorar. Para a directora e para as colegas que sovavam, e se calhar mais ainda para as crianças que queriam chorar, eu era incompetente, pela mesma razão: para umas porque não queria, para as outras porque não era capaz de utilizar a cana.

Mas sentia-me também cada vez menos à altura em relação a mim própria. Não ser como as outras, e não poder continuar a ser como era – este conflito não tinha solução. Despedi-me ao fim de duas semanas.

A fala habitual, que surge intuitivamente na cabeça, através da qual nos relacionamos uns com os outros de forma mais ou menos evidente, não é inata. Pode ser aprendida ou proibida. Na ditadura, foi proibida às crianças

através da educação. E nos adultos, onde ela ainda existia em reminiscências, foi eliminada.

A ilha fica dentro – a fronteira fica fora

Desde que vivo na Alemanha, ouço muitas vezes que este ou aquele está «bom para a ilha», e entende-se por isso umas férias numa ilha, a felicidade do turista numa ilha.

A expressão «felicidade na ilha» tem para mim duas partes que divergem. A palavra «ilha» não permite a palavra «felicidade». Eu vivi mais de 30 anos numa ditadura, na Roménia. Cada um por si era uma ilha, e o país no seu todo outra ilha – um território trancado para o exterior, vigiado no interior. Havia, portanto, na grande ilha fixa que era o país, a pequena ilha errante que era cada um de nós. Ambas sobrepostas pela obrigação, duas realidades obrigadas a viver uma com a outra. E no entanto bastaria uma, ou cada uma das duas por si só, para lhe sucumbir.

Também na minha família todos eram uma ilha. Estávamos nos anos 50, uma infância no estalinismo, uma aldeia remota sem estrada de asfalto para a cidade – mas não era um recinto livre de política. Três ou quatro funcionários políticos tinham toda a gente e tudo sob controlo. Vinham da cidade. Acabadinhos de formar, os jovens vigilantes iniciavam a sua carreira num lugarejo, distinguiam-se através de ameaças, interrogatórios, detenções. A aldeia tinha 405 casas e cerca de 1500 habitantes. Todos andavam por ali com medo. Ninguém se atrevia a falar disso. Mesmo que eu, em criança, não percebesse os conteúdos do medo, o sentimento de medo

entranhava-se na cabeça. Todos os da minha família tinham sofrido danos. Aos meus avós, enquanto «exploradores do povo», tinham-lhes expropriado o campo e a mercearia. Da noite para o dia, uma das pessoas mais abastadas daquele lugar não tinha sequer dinheiro suficiente para pagar ao barbeiro. O filho tinha morrido na guerra. A filha, a minha mãe, foi deportada para a União Soviética durante cinco anos, para um campo de trabalhos forçados, onde viu a morte, à fome e ao frio. O meu pai tinha sobrevivido à guerra. Sim, o meu avô murmurava umas frases entre dentes durante as tarefas domésticas. A minha avó balbuciava as orações para si própria. A minha mãe atirava-se ao trabalho até à exaustão física total. O meu pai ao álcool, até as pernas lhe dobrarem e a língua se atrapalhar. E eu não percebia nada do que se estava a passar, mas percebia-o através do que sentia, aquela ruína sem palavras, de mão dada com o silêncio. Andava às voltas comigo própria, muitas vezes queria fugir deles e para fora de mim mesma. Até falava alto para mim própria, quando tinha a certeza de que ninguém estava a ver. Conheço a felicidade da ilha dos tempos de criança. Todos faziam parte dela: os de casa, os da aldeia. As aldeias vizinhas eram duas aldeias romenas, uma eslovaca e uma húngara. Cada uma com uma língua diferente, com os seus feriados, a sua religião, o seu vestuário. Mas nesta aldeia alemã todos eram considerados culpados dos crimes de Hitler, mesmo que durante a guerra ainda fossem crianças ou adolescentes, ou que não fossem nascidos. Até a planície verde, na orla da aldeia, era para mim uma ilha. Estar sozinha com as vacas e sentir como a paisagem se torna demasiado grande comparada com a pobre medida da nossa pele, porque se juntaram o prado com o céu. Sentir a beleza da paisagem como ameaça, como relógio de

pêndulo que devora o seu próprio tiquetaque e te eleva do prado até ao azul vacilante e te atira lá de cima para fora, ou para debaixo do prado, calcando-te no negro tumular e atirando-te de lá de baixo para fora.

Aquela minoria alemã era vista como ilha dos Fritzs nazis, e via-se a si própria como ilha de inocentes castigados pelos romenos. Afinal de contas, os romenos tinham sido, com Antonescu, aliados de Hitler, tal como eles. Se as populações camponesas são já de si suficientemente parcas em palavras, estes camponeses tinham sido silenciados através daquilo a que se chama História. Tinham-se tornado submissos para o exterior, trabalhavam nos campos do Estado, que pouco tempo antes eram propriedade sua, incondicionalmente, como que domesticados. E, como compensação interior, foi tecido o mito da superioridade, à margem de qualquer vocabulário, que se poderia ter atravessado no caminho do socialismo. Incorrigíveis relativamente aos crimes de Hitler, cantavam as canções nazis quando bebiam, que afinal só serviam para aumentar a boa disposição. O medo que daí advinha animava, pela boa disposição insinuava-se a cautela, mas como não cediam a ela, tinham defendido corajosamente os chamados património e costumes do povo, salvando-os do desaparecimento. Não, não se tratava de felicidade na ilha, mas sim de medo colectivo exacerbado pelo nacionalismo. Consideravam-se um pequeno grupo que não deixava que lhe roubassem o que era mais seu, a sua «germanidade». Que põe todos os outros na sombra, de longe, pela sua extraordinária capacidade para a vida. Sim, eu era, em criança, um pedaço da sua felicidade na ilha, pertencia a ela, tinha herdado dos adultos duas coisas: em relação ao Estado, era a filha tímida dos Fritzs nazis; no ninho da aldeia, tinha recebido o saber superior de que

«nós», os alemães, éramos melhores do que todos os outros. Embora este saber, quando estava sozinha comigo mesma, portanto em termos concretos, não me ajudasse nada. Embora não me desse um milímetro de firmeza, nem sequer no escuro do quarto, na cama, e na grande planície verde já há muito que não dava, em geral partia do princípio, supostamente evidente, de que «nós» éramos melhores. Havia até uma relação de causalidade entre a superioridade dos suábios do Banat e a perseguição do Estado: éramos atormentados por sermos os melhores – era exactamente assim que me explicavam em casa. Havia uma ideologia dos suábios do Banat, paralelamente a uma do Estado. Servia para equilibrar a estigmatização por parte do Estado, mas do ponto de vista individual não ajudava nem um bocadinho a lidar com o dia, a hora, o minuto, a estrada da aldeia ou a planície. Já há muito que tinha percebido, mas não me atreveria a pensá-lo. Desviei-me deste sentimento do «nós», apesar de querer partilhá-lo. Em criança, queremos fazer parte dos de casa, dos da aldeia. Estamos dependentes de coisas estabelecidas para sempre. Ansiava por isso e cansei-me disso. Mas via também que cada um andava assim um bocadinho cansado de si próprio e que trabalhava de mais para manter sob controlo aquilo de que não se podia falar. Para satisfazer a vigilância dos funcionários do Partido, por um lado, e a obrigação de ser um daqueles «nós» alemães melhores. Só por instinto, portanto inevitavelmente, embora sem me confessar a mim própria, é que coincidia interiormente com o lado exterior, muitas vezes sem esse objectivo. Não procurava motivos. Há-de ser assim com toda a gente, pensava eu, não se pode é dar por ela. Foi a melhor invenção que Deus fez com os seres humanos, criar um osso tão espesso e opaco para a cabeça, pensava eu. O

que eu não compreendia era que aquela aldeia, comprometida com a permanência do grupo, com toda a sua vida aldeã feita de rituais com 300 anos, visava a manutenção do «nós» em detrimento dos «eus». Sentia-o como falta pessoal, como fracasso, quando a solidão atravessava o dia e todo o tipo de pertença era contornado.

Naqueles anos foram criados sem saber os padrões que depois se reproduziram quando fui aos 15 anos para o liceu, na cidade. Ainda hoje não sei se este reconhecimento dos padrões me protegia ou sobrecarregava ainda mais. No liceu da cidade encontrei a ilha das crianças da aldeia no meio das crianças da cidade. Era um liceu alemão, mas os alunos bem vestidos, de resposta pronta, peritos em destacar-se, vinham de famílias da nomenclatura romena. Olhavam de cima para os aldeãos, pobres diabos, que também andavam à procura de ser uma coisa melhor. Tal como comigo, parece que tinham feito troça de todos os outros da minha aldeia. Os maiorais lá da aldeia tinham-me contado disparates, a consciência do seu valor mostrava que se iludiam a si próprios; a 30 quilómetros da aldeia, aquela educação toda não valia um caracol. Foi uma constatação rápida, amarga. Os da cidade eram elegantes, sabiam fazer salamaleques com o corpo e com a língua. Eram romenos, mas mais bem lavados do que eu e mais aplicados nos estudos. Portanto, porque é que me tinham dito em casa: os romenos são porcos e preguiçosos? Só uma coisa se mantinha válida: devíamos ter cuidado com os das classes dos altos funcionários. Conquistavam as posições de vigilância na turma com a habilidade que lhes advinha da família, de forma natural; ofereciam-se para o trabalho partidário, lideravam reuniões. Não vinham de famílias estigmatizadas; nas suas famílias, o Estado era aceite; os pais também lhes tinham incutido que eram

qualquer coisa de melhor, mas em consonância com aquele Estado.
A lógica deles era: quem for algo de melhor no Estado, não é apenas algo de melhor para si próprio, mas também, ou precisamente, face àqueles que são suspeitos aos olhos do Estado.
E fora do liceu, nas ruas da cidade, tudo era grande de mais para a pobre medida da nossa pele, ainda que de forma diferente. Tinha saudades, até que comecei a ler livros sobre o fenómeno da província sobre o nacional-socialismo. Vi a minha aldeia como que por detrás de uma parede de vidro, como um caixote afastado do mundo, fantasmagórico, com pessoas impiedosamente paralisadas. Evitava os filhos dos altos funcionários, mas queria tornar-me uma citadina, como os milhares de pessoas comuns que andavam nas lojas, nos parques, nos eléctricos. Eu reconhecia as muitas ilhas errantes na ilha fixa de asfalto. A infelicidade na ilha desta cidade vigiada espelhava-se diariamente nos rostos. Presenciei rusgas policiais, a detenção pública de pessoas, vi as fotografias de rostos, distorcidos pelo medo, dos ladrões apanhados, nas vitrinas à entrada das lojas e, como contraponto, as vitrinas ao longo das ruas do parque com o sorriso bajulador dos melhores trabalhadores e heróis socialistas. Vi pessoas esfarrapadas, novas ou velhas, mortas, deitadas no pó e as pessoas a passarem, indiferentes, e vi a pompa dos funerais de Estado, com as urnas abertas transportadas por carros forrados a seda, e os basbaques de olhos vítreos. Nos olhares havia aquela mistura de asco reprimido diante da pompa por um cabrão morto e a inveja irreprimível, a pena de saber que eles próprios não seriam contemplados com um funeral tão honroso. Obviamente que ninguém se atreveria a manifestar o desprezo ou a inveja. Porque todos

sabiam que, no meio dos basbaques, havia vigilantes. Meio comentário seria mais do que um inteiro, era uma coisa bem assente na cabeça de todos. Uma palavra dita sem pensar tinha consequências graves. Quando os deslizes de língua nos podem atirar para as garras do pessoal de vigilância e virar o nosso futuro de pernas para o ar, arrastando a vida presente também, somos obrigados a ser uma ilha. A desconfiança é um sentimento de fundo, sempre e em todo o lado. Cada pessoa é um mistério ambulante, transborda de coisas proibidas. Depende da habilidade ou da falta de habilidade de cada um guardá-las para si ou dar à língua imprudentemente sobre elas. Este é o único ponto de partida de cada encontro entre as pessoas comuns, é tão evidente como o dia e a noite. Não nos podemos deixar apanhar com as coisas proibidas que todos sabem que pensamos, nunca podemos demonstrar, por palavras e actos, aquilo que todos sabem. O grande surrealista romeno Gellu Naum escreve no seu livro *Zenobia*: «…porque há coisas sobre as quais se deve manter silêncio […], os outros entendem tanto quanto podem entender; cada pessoa diz menos do que entende e entende mais do que lhe dizem, mas aquilo que entende, não lho dizem, porque não entende aquilo que lhe dizem e por aí fora.»

E a outra ilha era a nomenclatura. Funcionários da economia, funcionários do Partido, serviços secretos, polícia, exército. Tinham um estado dentro do Estado, bairros de habitação, lojas, hospitais, cantinas, coutadas de caça, locais de férias só para eles. A sua felicidade na ilha era porventura uma felicidade, comparada com a vida das pessoas comuns. Mas a compensação era provavelmente limitada, porque era com aquela plebe que tinham de se esfalfar. Tinham de se manter indiferentes e minuciosos,

era um trabalho táctico que visava causar impressão. O efeito tinha de ser visível, eram avaliados pelo sucesso da repressão exercida. As diferenças hierárquicas eram nítidas, mas eram iludidos com toda a gama de truques da vida comum, eram odiados pelo povo. Só podiam desfrutar do seu estatuto entre os semelhantes – mas aí eram todos ao mesmo tempo cúmplices e adversários uns dos outros. Como na minha aldeia alemã, também eles tinham de encarar a manutenção da sua ilha como uma obrigação, corresponder sempre aos «nós» melhores. Também eles não podiam dar-se ao luxo de desperdiçar o sentido de pertença, pertenciam até à medula ao grupo que tinha feito deles algo de melhor. Eram a cambada da pequena ilha, temida pela cambada da ilha maior. A conservação do seu poder estava totalmente submetida às regras da ideologia. Estavam lá em cima e podiam cair a qualquer momento, perder função, privilégios, sustento material, o seu modo de vida tal como era, e arrastar consigo o seu clã para a vida desastrosa, comum, da plebe. Esta, porém, não lamentava a sua queda. Os altos funcionários caídos em desgraça também eram mantidos à distância pelas pessoas comuns com maliciosa satisfação.

Um país cujas fronteiras são vigiadas com armas e cães é uma ilha. Grande parte das proibições que cada um carregava consigo tinha a ver com pensamentos de fuga. Em vez da felicidade na ilha, havia na cabeça de cada um a vontade de fugir, fugir para fora da ilha, custasse o que custasse. Era inevitável, e por isso óbvio, arriscar com isso a vida. A fronteira verde para a Hungria e o Danúbio, que fazia fronteira com a Jugoslávia, eram especialmente atractivos. Arrastavam a razão para os pés. As evasões fatais não tinham fim, por muitas histórias escabrosas de fugas que circulassem. Junto à fronteira verde, na colheita

do trigo, entre as ceifeiras-debulhadoras, havia cadáveres fuzilados ou despedaçados pelos cães, ou as duas coisas na maioria das vezes. No Danúbio, havia partes de cadáveres à deriva, os fugitivos eram perseguidos por barcos e triturados pelas hélices dos barcos. No entanto, a vontade de fugir aumentava. Crescia até à histeria da evasão; a náusea do quotidiano, a saturação de uma vida inútil transformou-se em psicose da esperança numa vida alcançável apesar dos perigos, mas depois realizável no estrangeiro. O instinto de fuga acompanhava todas as outras coisas. Aquele país era visto apenas como lugar provisório da vida. O único ponto de apoio era a crença de que, mais cedo ou mais tarde, havia de surgir uma oportunidade de fuga. Esta crença acarretava muito oportunismo. Até lá não se podia dar nas vistas. Mais ainda, as pessoas tinham de adaptar-se, fazer carreira. Quanto mais se conseguia subir de posto, maiores as possibilidades. Passava-se a dispor de influência, podia-se aproveitar a dependência de outros. Através da chantagem sobre os hierarquicamente inferiores, conseguia-se o capital para o suborno servil dos superiores. Para muitos, este servir-se do poder era uma preparação exclusiva, encapotada, para a fuga. Não era apesar de, mas sim precisamente por terem atingido o seu objectivo que os funcionários assentavam no estrangeiro. As pessoas falavam, em tom de troça, da fuga como o maior dos luxos. Todo o alto funcionário estava supostamente imbuído de uma consciência socialista altamente desenvolvida. Após tantas fugas de altos funcionários, a consciência socialista deveria ter sido redefinida e ter-se chegado à constatação de que o nível mais elevado de consciência socialista é a fuga para o capitalismo. A fuga dos altos funcionários não tinha nada a ver com a corrida desesperada para a morte

das pessoas comuns. Era um negócio seguro, o risco de vida encolhia para zero. Embora a população invejasse àquelas figuras a fuga bem-sucedida e aquela liberdade que lhe tinham roubado até ao dia da fuga, havia uma alegria vingativa que tomava conta das pessoas quando os próprios altos funcionários viravam as costas ao regime.

A atracção pelo estrangeiro como vida realizável: nebulosa, grande como o destino, de cada vez que ia de comboio de Timisoara para Bucareste tornava-se uma imagem concreta. O comboio passava, durante uma parte do percurso, ao longo do Danúbio, muito perto. Entre o rio e a fronteira não havia mais nada. E todos, grandes e pequenos, mesmo militares de uniforme e polícias, iam para o corredor e olhavam lá para fora como se estivessem hipnotizados, como se estivessem a ver o futuro deles. Como se aquele Danúbio indiferente fosse uma profecia flutuante, válida para cada um, acerca do sucesso da sua fuga. Ninguém se mexia, fazia um silêncio de igreja. E lá fora corria o rio largo e serpenteante na maioria do percurso, e ali e acolá brilhavam as partes mais estreitas onde se poderia nadar até ao outro lado sem problema. E do lado de lá estava a Jugoslávia, o país de trânsito para o Ocidente. Viam-se aldeias, árvores a abanar como se estivessem à espera que chegássemos. Mais ninguém ousava olhar o outro na cara, a pele ficava tensa de uma forma irreal, brilhava como que encerada ou congelada. O sonho tinha a todos na mão, a questão fundamental conhecida de todos: fugir, mas como? Era palpável aquilo que todos pensavam naquele momento, tão palpável que o trepidar do comboio parecia dizer durante um bocado «quero sair daqui, quero sair daqui», numa repetição infinita. O ferro cantava a sua canção nos carris ao longo do Danúbio, de maneira tão aflitivamente nítida que quase

tínhamos vontade de tapar o focinho às rodas, porque os viajantes ficavam ali como um coro de apanhados em flagrante. Quando o Danúbio passava, todos regressavam aos seus lugares, no compartimento, e sentavam-se, na sua vida real.

Com isto regresso ao contrário da felicidade na ilha, volto outra vez, e sempre, à felicidade na ilha. Em relação à «felicidade», para mim há o «ser feliz» e o «ter sorte». Estas duas coisas não só são diferentes como opostas. Conheço o «ter sorte» como uma situação em que o pior que se podia esperar não aconteceu. «Ter sorte» pelo facto de o «ser feliz» estar fora de questão. O «ser feliz» é um estado permanente, um caminho liso. Está dentro de nós, define-se como sentimento. Funda-se num contributo pessoal grande. «Ter sorte» é momentâneo, vem de fora, não tem nada a ver
com sentimento, é muitas vezes um acaso inexplicável. «Ter sorte» acontece de forma fugaz como um estalar de dedos, só nos apercebemos depois. Pouco tempo depois, mas às vezes também só anos depois, através da reconstrução de factos de que, pela nossa parte, não tínhamos noção. Quando nos apercebemos do «ter tido sorte» logo a seguir, então sentimos a «sorte danada». Também esta é o contrá-
rio de «ser feliz», porque é uma felicidade descarada, que escapou aos condicionalismos externos da vida. A sorte danada é saltitante, corre desenfreada em circuito fechado, tem de se espolinhar logo ali porque não pode esconder os condicionalismos externos. Termina por si mesma, antes de os condicionalismos externos a encobrirem e reclamarem para si.

Será a «felicidade na ilha» uma felicidade privada, apesar do contexto catastrófico, uma «felicidade mental»,

conscientemente construída, individual? Será uma forma de criar intelectualmente a própria felicidade aquilo que extraímos dos livros para nós? Se se refere ao alimentar-se de livros para a própria vida, não funciona num quotidiano torturante. Eu tinha uma mão-cheia de amigos íntimos, líamos livros e falávamos sobre eles. Era a nossa ocupação principal, extrair coisas que líamos à medida da nossa vida. Podíamos ler a nossa miséria em livros científicos, formulada com objectividade, analisada com rigor, comentada com sobriedade. Podíamos reencontrar esta miséria em poemas e romances, na urgência da imagem poética. Ambos os modos de leitura davam firmeza, na medida em que confirmavam a nossa situação. Ajudavam a não ficarmos calados perante nós mesmos. Não havia nada que os livros pudessem mudar, dado que só nos mostravam como éramos quando não podíamos criar a felicidade. E isso é muito, nunca esperei mais de um livro. Portanto, quando a felicidade mental, criada intelectualmente, não resulta e é eliminada da «felicidade na ilha», passamos a considerar a «felicidade do coração». Mas será que aquilo a que chamamos «coisas do coração» não está na cabeça? Poderão as pessoas que sofreram danos, ou mesmo destruição, manter intactas as relações íntimas de que tanto dependem? O amor não é um país diferente, está onde estão os pés e a cabeça. Tem de se expor diariamente às circunstâncias externas. Podemos poupar-nos um bocadinho através do amor, sentir-nos nele de forma um pouco diferente do que o nada ignorado e martirizado que somos no território da vigilância. Mas por isso mesmo o amor tornou-se um substituto para todas as liberdades que faltavam. Não conheço nenhum país onde o amor fosse tão faminto como na Roménia. Misturando todas as hierarquias, havia na fábrica e nas escolas onde

trabalhei relações extraconjugais. Homens e mulheres magnetizavam-se, a miséria dos empregos deixava-os manifestamente disponíveis. Ser-se desejado num canto escondido e sujo da fábrica tornava suportáveis os transtornos na linha de montagem ou na secretária. E as consequências: não conheço nenhum país em que as coisas íntimas estivessem tão misturadas com a mentira, o engano, a hipocrisia, o dilacerar da sua própria substância. Nenhum país com tanta violência familiar, tantas separações e filhos que ficaram pelo caminho. Com nervos esgotados, a «felicidade do coração» não é possível.

Ainda restaria, em matéria de «felicidade na ilha», a ilha da paisagem, o podermos sentir-nos em sintonia com a paisagem. Contudo, sei, por experiência própria, que não se pode separar a paisagem do Estado. Ela transformou-se numa beleza imprevista, os nervos estragados não estavam à altura dela. A paisagem mostrava como lhe era indiferente o que se passava com as pessoas. Era um armistício, um silêncio de costas voltadas para o bulício dos dias, uma ignorância com dentes verdes que se bastava a si própria. Não conseguimos aguentar o assalto da beleza quando temos os nervos em franja. A paisagem torna-se uma encenação reluzente da existência, um panorama dos medos, um redobrar da evidência roubada. Quando não temos saída no asfalto, sentimos a paisagem como material arrogante, aquela superioridade temporal: pedras antiquíssimas, o perpétuo correr das águas, o regresso incontável das folhas e das ervas. Todas elas são livres de memória, de preocupações com o que foi ontem e o que será amanhã. A bonita expressão «nervura da folha» não é, justamente, um nervo humano, o «veio da madeira» não é uma artéria da têmpora ou do pescoço. Quando se anda à

procura da «felicidade na ilha» não se pode pensar nestas coisas.

Para a «felicidade na ilha» é preciso ter confiança na ilha. Quando chegamos intactos, a ilha fica na sua moldura, quieta, e deixa-se admirar. Quando chegamos cronicamente perturbados, a ilha ataca, somos dissecados sem anestesia estética. É preciso defendermo-nos da ilha. Ela projecta-se tão brutalmente no corpo que somos ainda mais despedaçados. Isola-nos. Na disputa com a ilha, ficamos sempre a perder.

Há no Ocidente um inquérito muito apreciado, que se repete de dois em dois anos e em que se pergunta aos escritores quais os livros de outros autores que são mais importantes para eles. A pergunta deste inquérito é: «Que livros levaria se tivesse de ir sozinho para uma ilha deserta?» Para mim, a pergunta é assustadoramente ingénua. Se tivesse de ir, não teria escolha, não podia levar nenhum livro de que gostasse porque cada um deles seria proibido à partida. Sim, se calhar até teria de ir para a ilha por gostar daqueles livros e por não ter guardado para mim o seu conteúdo. Teria de ir para a ilha por causa desses livros, como castigo. Porém, se eu não tivesse de ir para a ilha, mas se fosse porque queria, podia deixá-la a qualquer momento, entrar e sair como me apetecesse e levar sempre livros diferentes. Ou então ficar na ilha e mandar vir os livros. Quando os intelectuais ocidentais falam de «ilha», sentem o perfume da liberdade exemplar. Uma ilha em que as normas da lei e do dever são abolidas. Se podemos ler um bom livro ainda por cima, atingimos o ponto máximo da afirmação pessoal. E, é claro, não se leva apenas os bons livros, como, além disso, boas roupas, bons cosméticos, boa comida, uma boa saúde, mas também, profilacticamente, bons medicamentos.

Por que razão é que os fazedores de revistas ocidentais, cujas vidas nunca foram atravessadas pela repressão, precisam do formigueiro inconscientemente subversivo para tornar um inquérito mais atractivo? Sabem perfeitamente, é claro, que houve ilhas para vítimas da peste e leprosos, houve, e ainda há, ilhas que são prisões. Nelson Mandela também esteve preso numa ilha, o chefe do PKK Öcalan é o único residente de uma ilha-prisão. Os poderosos sempre se serviram da água como algo fácil de vigiar, como cintura ideal para o isolamento. No entanto, para os intelectuais ocidentais, o «ter-de-ir-para-a-ilha» está recheado de liberdades pessoais. Não se irritam com a palavra ilha nem com ter de ir. Pedem uma decisão livre com uma pergunta que pressupõe a falta de liberdade. Têm a cabeça cheia de livros. Nenhum deles lhes fez compreender um pormenor sequer da falta de liberdade.

Cá na Alemanha

Logo nos primeiros dias após a minha chegada da Roménia, convidaram-me para jantar. O anfitrião tinha, quando cheguei à cozinha, carne de borrego no forno. Vi pela primeira vez um forno iluminado, com um vidro. Não consegui tirar os olhos dali, a luz punha a carne à vista. As bolhinhas de calor andavam de um lado para o outro, respiravam e rebentavam. Eu olhava para aquela carne castanha brilhante como um filme de uma paisagem numa televisão a cores: um sol enevoado, e os rochedos dos carneiros eram habitados por animais de vidro. O anfitrião abriu a porta de vidro e disse, enquanto virava os pedaços de carne: «O Canetti também é da Roménia, não é?» Respondi: «Ele é da Bulgária.» E disse ele: «Ah pois, estou sempre a confundir os países, mas as capitais sei-as, da Bulgária é Sófia – da Roménia é Budapeste.» E eu respondi: «Budapeste é da Hungria, da Roménia é Bucareste.» Enquanto ele virava a carne com a ponta do garfo, no meu filme parecia que era um caranguejo do rio a remexer a paisagem. E pareceu-me que a confusão na cabeça dele só aconteceu porque estava a misturar os pedaços de carne no tabuleiro. Fechou a porta de vidro e disse: «Espero que gostes, já alguma vez comeste borrego?» «Na Roménia come-se muito borrego», assegurei, «o poema dos Nibelungos romeno, a epopeia nacional, é sobre carneiros e pastores». «Que engraçado», disse ele. E eu corrigi: «Não é

nada engraçado, é sobre engano e abandono completo no medo, sobre sofrimento e morte.»

Alemão é a minha língua materna. Na Alemanha, desde o princípio percebi todas as palavras. Eram tudo palavras bem conhecidas, e no entanto o conteúdo de muitas frases era ambíguo. Não conseguia avaliar a situação, a intenção com que eram ditas. Examinava observações estúpidas como «é engraçado», entendia-as como conclusões. Não percebia que eram entendidas como suspiros casuais, não tinham conteúdo, queriam dizer apenas: «ah, sim» ou «pois». Eu interpretava-as como frases completas, pensava que «engraçado» continuava a ser o contrário de «triste». Em cada palavra dita, achava eu, tem de haver um conteúdo, senão não teria sido dita. Conhecia o falar e o silêncio, o entreacto de silêncio falado sem conteúdo não conhecia.

Comprei flores duas vezes na mesma loja. A florista, uma mu-lher na casa dos 50, lembrava-se de mim da vez anterior. Então, como recompensa por ter voltado, escolheu as bocas-de-lobo mais bonitas do balde, hesitou um pouco e disse: «Qual é a sua pátria, é francesa?» Como não gosto da palavra «pátria», também hesitei, e ficou um silêncio entre nós até eu dizer: «Não, eu venho da Roménia.» E disse ela: «Ah, não tem mal», sorriu, como se de repente ficasse com dor de dentes. Soava bondoso, como se dissesse: acontece, é uma falha menor. E não voltou a levantar os olhos, só olhava para o ramo embrulhado. Era-lhe penoso, tinha-me sobrestimado. Logo ao pedir «bocas-de-lobo», pensei para comigo: «No alemão que trago comigo, na Roménia, estas flores chamam-se «bocas-de-rã», e na expressão lá de casa, na aldeia, simplesmente «coaxares», portanto só o nome da cantoria das rãs. A diferença entre lobos e rãs não podia ser maior, a

comparação entre os dois animais é despropositada. A boca-de-lobo do alemão da Alemanha é uma boca-de-rã ou um coaxar, grotescamente sobrestimados. Da mesma forma, fui sobrestimada uns minutos depois.

Quantas vezes tive de responder na Alemanha de onde vinha! No quiosque, na costureira, no sapateiro ou na padaria, na farmácia. Entro, cumprimento, peço o que quero, os vendedores atendem-me, dizem o preço – e então, depois de engolir a respiração: «De onde vem?» Entre o pousar do dinheiro no balcão e o recolher do troco, digo: «Da Roménia.» Como é preciso falar um bocadinho sobre o sapato ou sobre o vestido, sobre o que está bem e o que não está, portanto até o trabalho manual ficar esclarecido, acabo por dizer várias frases de cada vez. Sou dispensada com a frase: «Mas já fala bastante bem alemão.» Não me apetece deixar aquilo assim e não consigo acrescentar nada. O coração lateja-me nos ouvidos, quero sair para a rua tão depressa e sem dar nas vistas que chego à porta e faço o contrário, dando nas vistas. Onde devia empurrar, puxo. Quero desaparecer sem deixar rasto e sou a pateta do dia. É que na porta da costureira e do sapateiro há ainda por cima uma sineta que dá som ao meu estado interior. O bater do meu coração canta em toda a oficina até eu estar finalmente lá fora. É uma sineta de poder. Muitas vezes há também outros clientes que inclinam um pouco a cabeça e ficam a olhar.

Logo depois, já a andar na rua, ponho-me a pensar como seria se todos os clientes antes e depois de mim tivessem de dizer de onde vinham: relembro nomes de localidades à procura de rimas: «Bom dia, queria um xarope e venho de Bottrop. Bom dia, queria aspirina e sou londrina. Bom dia, duas garrafas de vinho, por gentileza, eu venho de Veneza. Bom dia, queria lâminas de barbear e sou de Zanzibar.» Ou

à despedida: «Adeus, eu sou de Alkmaar e hei-de cá voltar.» Começo-me a rir e sei, primeiro, que estou a rir tarde de mais, e segundo, que é à minha própria custa, porque a luta das rimas não importa a ninguém e da próxima vez não me adianta nada. Faço música contra a sineta da porta, mas não ganho pele de sapo. E precisava dela, como os sapatos precisam de solas novas.

Quantas frases começam, desde há 12 anos, com as palavras: «Cá na Alemanha...» Prefiro ficar na defensiva, mas depois faço um esforço e digo: «Eu também cá estou.» Depois de um olhar incrédulo, dilatado, repetem-me aparentemente em tom de recuo: «Mas cá na Alemanha não se diz Bretzel, mas sim Breezel. O primeiro E é prolongado, o segundo é mudo, percebe? Também não é assim tão importante, mas agora já sabe.» Depois vem um sorriso, e eu penso que quer dizer: «Desculpe.» Logo a seguir vem, em tom de pergunta, a frase: «Tudo em ordem?» Faço um gesto com a cabeça e excedo as expectativas ao dizer: «Laugenbrezel.»

E o vendedor diz: «Muito bem.» Eu só conheço significados muito diferentes da palavra «bem»: não bater bem, estar bem arranjado, ser um bom traste, bem mandado, bem lixado, e «bem» também se esconde em bem-me-quer e em Benito. Qualquer uma destas expressões é tão grande como «Laugenbrezel»[30]. Será que as devia ter dito ao vendedor? Ou a publicidade ao pão no metro: «Ao dar o sim a noiva está calada / Porque no pão Paech está a dar uma dentada.» Será que devia ter dito ao vendedor como gosto do nome «Paech-Brot»?[31] Que Paech-Brot exprime para mim da forma mais breve tudo o que fazem às pessoas nas ditaduras? Que nos interrogatórios, o inspector me dizia muitas vezes para não esquecer que comia pão romeno?

Na altura, não fazia a mínima ideia de como havia de chamar ao martírio a que me estava a sujeitar com uma única palavra. Só a publicidade ao pão no metro de Berlim é que me revelou o pão do azar como palavra exacta para a destruição dos nervos. Espantava-me a frase: «Comi o meu pão do azar», era tão surpreendentemente clara como a frase de Semprun: «A pátria é aquilo que dizemos.» A frase serve tão bem para descrever a ditadura que até se poderia dizer: «Porque Semprun comeu o seu pão do azar, sabe que não é a língua que é a pátria, mas sim aquilo que dizemos.»

O que é que dizemos quando encontro a minha vizinha lá em baixo, na caixa do correio, e ela conta, enquanto subimos as escadas, que não consegue dormir uma noite seguida porque o filho de três anos vai até à cama dela entre as duas e as três da manhã com a ovelha de pano e quer brincar com ela? «Isto é um terror autêntico», acha ela, «os serviços secretos romenos não se lembrariam de pior». É historiadora de profissão. Devo dizer-lhe que os serviços secretos romenos não quereriam brincar com ela com bonecos de pano?

Todos estes exemplos acontecem permanentemente, são o dia-a-dia. Na política também e no campo da literatura. O senhor Rüttgers também tem a sua rima: «Kinder statt Inder»[32]. É uma rima apontada contra o senhor Schröder. Porque o senhor Schröder quer os índios aqui, depressa, e daqui a três ou cinco anos fora de cá outra vez, rapidamente. Um carro alugado também é emprestado, pago, e depois de um certo tempo é devolvido, quando recebemos o nosso carro novo. Na perspectiva alemã, todos os índios devem sentir-se enobrecidos quando a Alemanha precisa deles. Um índio, nobilitado pela sua

permanência na Alemanha, regressará a casa ao fim de três anos, depois de ter vivido toda a espécie de coisas: ser apontado no escritório, receber explicações nas lojas, quando não pronunciar «cá na Alemanha» os dois E da palavra «Brezel» correctamente. E se calhar também o bater do coração a horas tardias, nas passagens subterrâneas e nos eléctricos das cidades, assim como, em pleno dia, nos postos de abastecimento entre elas, nas montanhas, nos lagos e em toda a parte onde um índio se pode transformar, para os cabeças rapadas alemães, em peça de caça.

O senhor Rüttgers faz rimas contra o canto da sereia do senhor Schröder por mais trabalhadores imigrantes, embora o senhor Schröder diga exactamente quando é que vai fechar a cama aos trabalhadores imigrantes. Mas o senhor Rüttgers sabe: nós temos um exemplo na Alemanha que serve de aviso. Os imigrantes têm uma característica que faz com que eles, fora das horas de serviço, quando podíamos muito bem dispensá-los, também estejam cá. Nós chamamo-los para trabalhar, e pelo meio eles vivem.

E ocupam-se de coisas duradouras, fundam lares e famílias, vão ficando e fazendo crianças. E estes são novos índios, se não inteiros, são pelo menos meios índios. Leva mais do que uma vida, é preciso várias gerações até pronunciarem correctamente os dois E

de «Brezel», até prolongarem bem o primeiro e engolirem o segundo, mudo. Os turcos é que nos ensinaram. E a Alemanha, apesar das preces de integração dos seus políticos, ainda não foi até hoje capaz de reconhecer uma minoria turca no país. Os turcos são considerados estrangeiros há uma eternidade. E no alemão mais condescendente, que morde a língua de tanta educação, chamam-se: «concidadãos». Soa a desagrado amansado

acerca da pertença territorial. A anatomia da palavra «concidadão» conheço-a de outros tempos. O Estado romeno chamava às minorias húngara, alemã e sérvia, que viviam lá há séculos, e em certas regiões muito antes dos romenos, «nacionalidades coabitantes». Como todos, à excepção dos romenos, era e continuei a pertencer à minoria alemã, apesar de 300 anos passados após a minha família se estabelecer, era uma estrangeira nascida na pátria dos romenos. Quando o inspector me lembrava, nos interrogatórios, que eu comia pão romeno, estava a ser cínico. Porque a minha família tinha muitos campos, o meu avô era comerciante de cereais e foi expropriado pelo Estado, em cujo nome o inspector dos serviços secretos me interrogava. Portanto, eu comia pão romeno porque a minha família foi saqueada por uma lei do Estado, para se tornar, na qualidade de «coabitante», um joguete da hospitalidade romena. Continuar a ser estrangeiro depois de 300 anos, concedamo-lo à Roménia, é uma proeza. É possível que, mesmo sem chicanas socialistas, a Alemanha consiga a mesma proeza com os turcos.

Tomando o exemplo dos turcos na Alemanha, poder-se-ia dizer hoje em relação aos índios: o melhor para a Alemanha seriam índios virtuais, a palavra é tão moderna hoje em dia. Talvez uma empresa de brinquedos japonesa pudesse fabricar índios-*tamagoshi* e enviá-los num grande caixote. Nas instruções de utilização estaria: fora das horas de trabalho não estão cá, devem ser alimentados depois de acabado o trabalho e conservados em local fresco. Esperam, impacientes, pelo próximo dia de trabalho. Não é de temer uma vida em família.

A Alemanha trabalha desde 1945, e desde a reunificação com maior esforço ainda, pela sua «normalidade». Esta é procurada, por um lado, na forma como os «nascidos

depois» lidam com o desastre do nacional-socialismo, portanto no domínio em que a única normalidade consiste em nunca vir a sê-lo. E, por outro lado, é procurada no desejo de que alemães de Leste e de Oeste se tornem iguais. Uma normalidade rápida, para não ter de se falar das consequências da ditadura socialista. Mas a Alemanha de Leste continua diferente, os vestígios de 40 anos de tutela não desaparecem com o novo asfalto da última estrada de aldeia. Tornar-se normal poderia ser, em vez disso, os alemães de cá não estarem sempre a dizer aos que entraram de novo, com um sotaque diferente: «Cá na Alemanha.» Poderia ser normal que aquele sotaque estrangeiro não tivesse de dizer, ao comprar aspirinas, de onde vem, que ao comprar «Brezel» o sotaque não tenha de ser treinado para prolongar um E e engolir o outro. Como todos os políticos, também o senhor Rüttgers fala, à parte das suas rimas, da integração dos estrangeiros. Para apoiar a sua intenção, sinto-me tentada a fazer-lhe uma sugestão: um programa de integração numa única frase: «A integração do sotaque estrangeiro na *Brezel* alemã.» O programa seria concreto. Conheço muita gente que acreditaria pela primeira vez que o senhor Rüttgers tenciona fazer o que apregoa.

O mundo literário também se esforça pela normalidade. Al-guns críticos literários anseiam pelo romance da Alemanha unificada, onde, de forma clara e certeira, está lá o todo, grande, e não como até aqui, o periférico, pequeno. Reclamam o presente. No caso dos temas alemães, o presente é, felizmente, elástico, alarga-se por décadas no passado. Nenhum romance que tenha uma temática alemã há muito passada, seja o pós-guerra, o milagre económico ou a época de 1968, é acusado pela crítica literária de falar de coisas mais do que passadas, porque o romance garante

duas pertenças, aquela que já existia na altura e aquela a que, através da leitura, é bom ligar-se de novo. No entanto, quando se vem, como eu, de outro país e se escreve em alemão não sobre este, mas sobre o outro país, para a crítica literária aquilo que se passou há 12 anos já é passado desde há dez. Tenho essa experiência a cada livro: os críticos literários alemães exprimem-se de forma mais complicada do que os vendedores alemães de «Brezel» e de aspirinas, mas os seus desejos vão no mesmo sentido. Também eles querem ver nos meus livros finalmente o sotaque de cá. Aconselham-me a acabar com o passado e a escrever finalmente sobre a Alemanha. Tal como a maioria das pessoas deste país, também eles acham que basta debruçarmo-nos em profundidade sobre o presente para apagar o passado, olhar para o pão alemão enquanto comemos para esquecer o pão do azar. Eu não teria nada contra, na verdade, se a receita desse resultado. Mas não dá. Pela minha experiência, é ao contrário. Quanto mais olhos tenho para a Alemanha, tanto mais o agora se liga ao passado. Não tenho escolha, quando estou à secretária a escrever não estou na sapataria. Às vezes quero perguntar alto: já ouviram falar de devastação? Já há muito que me livrei da Roménia. Mas não me livrei do abandono a que as pessoas foram votadas na ditadura, dos seus legados de toda a espécie, que reluzem constantemente. Mesmo que os alemães de Leste já não digam mais nada sobre isto e os alemães de Oeste não queiram ouvir mais nada sobre o assunto, este tema não me deixa em paz. Quando escrevo, tenho de estar no lugar onde me sinto mais ferida interiormente, de outra forma nem teria de escrever. Além disso, sinto-me em sintonia total com o anúncio alemão ao pão: «Ao dar o sim a noiva está calada / Porque no pão Paech está a dar uma dentada.»

PS: O pão da marca Pech está escrito com «ae» no anúncio, mas como já dizia a florista: «Ah, não tem mal.»

30 Pão típico, sobretudo do sul da Alemanha e da Áustria, feito à base de trigo, malte, sal, fermento e água, com um formato característico, semelhante a um laço. Como este tipo de pão é mergulhado numa solução salina antes de cozer, o que lhe confere uma cor acastanhada, é conhecido também por «Laugenbrezel», sendo pronunciado de modos diversos em diferentes regiões. (*N. da T.*)

31 Paech-Brot, nome de uma marca de pão, que se pode ler, de resto como a autora o faz na sequência deste texto, como «Pech», e significa, traduzido à letra, «pão do azar». (*N. da T.*)

32 Traduzido à letra, «Crianças em vez de Índios». Foi um *slogan* lançado numa campanha eleitoral de 2000, com vista à promoção e apoio ao desenvolvimento das crianças nascidas na Alemanha, em detrimento da política de acolhimento de imigrantes.

Quando anda coisa no ar, normalmente não é coisa boa

Quando anda coisa no ar, normalmente não é coisa boa. Há medo em jogo nesta expressão, cheira a perigo. Estamos a falar das nossas próprias sensações quando dizemos que anda coisa no ar. O que anda às voltas na cabeça passa de repente para o lado de fora, em tamanho gigante, e não podemos ir a lado nenhum em que não esteja. As nossas próprias premonições precisam de uma imagem que se corporiza no ar. Falamos de nós mesmos sem termos de nos mencionar.

No ar não pode andar nada, quando muito ar. E quando se move, o ar é vento. Sobe pelas coisas que lhe estão no caminho, em seu redor. E só porque as coisas em redor se mexem é que se vê que o vento tomou conta delas. O vento propriamente dito não se vê, apenas o bater ou o voar das coisas que ele toca. Tornam-se voláteis, em silêncio ou em voz alta. Também se diz das pessoas falsas que são voláteis. Fecha-se aqui um círculo: quando anda coisa no ar, tem a ver com perigo que vem das pessoas.

Para mim sempre houve e continua a haver uma diferença quando se fala do céu, pondo o céu no plural, já em acepção poética, «os céus» – e quando se fala do medo que outras pessoas nos incutem. Também se deveria pôr medo no plural e falar dos medos. Porque o medo motivado pela repressão diária, com métodos engendrados sempre de

novo, manifestos ou traiçoeiros, ocupa as horas dos dias, as semanas dos meses e o tempo dos anos. Ocupa o tiquetaque do relógio, exactamente da mesma forma que o ruído dos dias e o silêncio nocturno das ruas. Talvez se devesse repartir o medo em dois tipos completamente diferentes: o medo breve, inesperado, que vai embora sem deixar rasto quando a sua causa desaparece. E o longo, um medo plenamente conhecido, com o qual somos surpreendidos apenas pelos métodos novos, inesperados, que o provocam. No caso da perseguição política, trata-se do medo longo; pertence a cada um, insinua-se, pronto, em todos os momentos, acompanha tudo o que se possa pensar, alongando-se lascivo. Este medo longo, um medo de fundo, é composto de muitos medos que têm uma coisa em comum: a fonte que o gera, as figuras voláteis sempre iguais que, através do seu refinado ofício, trabalham com precisão para que o medo longo não tenha brechas, para que se torne maior do que nós próprios, a ponto de lhe pertencermos e não podermos ser alguém que tem medo, mas sim alguém de quem o medo se apropriou.

O facto de a língua não começar a resplandecer na passagem ao plural de medo para medos é para mim uma prova de que a língua não permite que se faça tudo com ela. Contrariamente a «os céus», «os medos» justamente não são poéticos. São mudos, não abrem nada, tapam a vista, o exterior arrefece a ponto de congelar, o interior fervilha, esfalfa-se consigo próprio, como maníaco, e escalda a ponto de arder. Conheço os medos, os meus e os de outros, da Roménia de Ceausescu. Foram-me «preparados», e isto no sentido mais estrito da palavra (quer dizer, planificados no papel, formulados em tarefas e transformados em factos pelo pessoal do Estado especialmente contratado para o efeito), por pessoas

«voláteis». Talvez o medo longo seja como o ar, dilatando-se imperceptivelmente e espalhando-se por todo o lado. Passei a ser uma «mordedora por medo», já não sei onde li esta expressão certeira, há anos. Os voláteis seriam, como contraponto, os «fazedores de medo». Trabalharam bem e foram bem pagos por isso.

Eu sei que muitos dos voláteis projectam hoje uma imagem de inocência civil. Sorte a minha, mas também deles, porque não foi por introspecção pessoal que se tornaram mais civis, mas sim porque vieram tempos mais civis, embora eles quisessem impedi-los. Agora são-lhes atribuídas tarefas mais civis. Mas os fazedores de medo eram e continuam a ser difusos para eles mesmos, só se concentram no objectivo que motivou o seu recrutamento. Se o objectivo for mais humano, não se tornam mais escrupulosos, mas sim mais perigosos: agentes dos serviços secretos, polícias, militares, guardas prisionais, advogados, médicos, jornalistas, professores do ensino básico e professores universitários, padres, engenheiros, funcionários dos correios. Podia continuar a enumeração e, chegada às donas de casa e aos reformados, atravessando portanto todas as classes, ainda estaria no campo dos voláteis, que trabalharam com o medo dos outros numa largura de banda que vai desde os microfones direccionais e os acidentes de trânsito encenados até à amizade falsa e íntima. Hoje estão à espera, na Roménia como em todas as ditaduras arrefecidas do Leste europeu, da entrada no «pântano capitalista» – tal como chamavam à Europa Ocidental, com ódio e inveja, até à queda das ditaduras. A Europa, que há-de ser doravante o seu proveito, começou por ser para eles um colapso interior devido à perda do seu poder. Recompuseram-se e propuseram-se fazer tudo o que a missão com o nome «Europa» lhes exigisse. Funcionam

de novo, como um comboio colocado noutra linha. Crêem que chegou finalmente a hora de viverem em casa tão bem como os seus inimigos do «pântano capitalista» vivem há décadas. E como os seus inimigos do Estado, que eles enfiaram na cadeia ou expulsaram do país, saturados e com os nervos destrambelhados.

O facto de os fazedores de medo e eu sermos hoje iguais é visto pela maioria deles como uma derrota em relação a mim.

E a entrada na Europa como compensação material desta derrota. Tão destroçados como eles também fiquei eu: por um lado, acho suspeito que de repente reclamem para si o que durante décadas criminalizaram e proibiram drasticamente, com toda a panóplia de ameaças, buscas domiciliárias, interrogatórios, psiquiatria compulsiva, execuções durante a fuga, prisão, tortura, assassinato. É claro que a fúria se apodera de mim, porque afastaram os meus amigos para sempre de mim, em parte através de chantagem; outros mandaram-nos mesmo para debaixo da terra, e fizeram de mim uma peça de caça e depois empurraram-me para fora do país. É claro que ainda me pergunto hoje porque é que nunca ficaram aterrorizados consigo próprios, sabendo que tinham arruinado milhares de pessoas que como eles estavam em casa naquele país. E com que direito forçaram outros milhares ao exílio, sabendo que o país que tinham debaixo dos pés lhes pertencia tanto como a eles. E que se livraram para sempre dos presos no estrangeiro, porque nunca mais se regressa do exílio como se saiu. Por outro lado, tranquiliza-me o desejo dos fazedores de medo de viverem como os seus inimigos de ontem na sua casa desfigurada pelos crimes. Porque aquilo que agora ambicionam proíbe-os para sempre de trabalharem com o meu medo. Quando entrei no

comboio da noite para emigrar, disse-me um polícia na escada para a carruagem: «Havemos de te apanhar, estejas onde estiveres.» Chegada à Alemanha, ainda vivi três anos com ameaças de morte, através de telefonemas e cartas anónimas. O nó da corda deles viajou atrás de mim, contra isso não havia nada a fazer. Ainda não perdi o cepticismo, só o medo deles. Deixei de contar com ele, depois de o nó ter seguido comigo para o exílio. A perda do medo é para mim um ganho, o maior de todos desde que me lembro de ser gente.

Desde que me lembro de ser gente, havia em casa dos meus pais uma chave monstruosa pendurada na parede de um quarto de hóspedes. Era de madeira pintada de preto, com um rebordo dourado. Quando aprendi a andar, dava-me da ponta dos pés até ao pescoço – e chamava-se chave do céu. Não era a forma, mas o brilho do material que lhe dava qualquer coisa de urna ou de altar em forma de chave. Quando passávamos pela chave do céu, ela ficava à espreita. Eu via a tinta negra com o seu rebordo dourado a perseguir-me com olhar de soslaio e a pensar se me havia de apanhar e mandar ou não para o céu. No céu estavam todos os mortos, os desaparecidos e os caídos na guerra, e aqueles que o Senhor tinha escolhido para morrerem, e aqueles que se escolhiam a si próprios pelo suicídio. Na aldeia, toda a gente se conhecia. Por causa desta inevitável intimidade, feita da estreiteza de metros quadrados e não do afecto, as causas de morte tinham pouco a ver com as doenças que o médico constatava. As causas de morte eram submetidas às regras do bem e do mal, da virtude e da desonra. A isto juntava-se a superstição, e foi crescendo um matagal de «argumentos» que demonstravam que cada pessoa falecida tinha merecido a morte. Vinha-se a verificar que o falecido tinha provocado o Senhor de tal forma que

este teve de agir finalmente e virá-lo da vida para a morte. O Senhor católico transformava todos os deslizes em doenças. Ele era a testemunha principal e um aldeão, era igualzinho a todos os que recorriam a ele. Morando no céu do lugarejo, partilhava os modos de vida deles. Era uma espécie de ancião do povoado, que emprestava aos habitantes a sua autoridade para poder elogiar e castigar com boa consciência. Para mentiras, roubos, inveja, adultério, este Deus da aldeia distribuía pedras nos rins, asma, hérnias inguinais, glaucomas, tromboses ou cancro.

Dado que tínhamos a chave do céu pendurada no quarto de hóspedes, o descuido não era só arriscado no convívio com outros, mas também em casa, a sós. «Não olhes tantas vezes para o espelho», dizia-me a minha avó, «não sejas orgulhosa, está ali a cha-ve do céu.» Devia ter razão, porque todos os espelhos lá de casa tinham manchas, havia nuvens do tamanho de nozes a pairar neles.

No espelho, o céu vinha comer-me a cara quando eu me olhava nele. Porém, estava sempre alerta para que ele não me riscasse os olhos e a boca. O que a minha mãe dizia era mais rebuscado: «Não lavaste o chão com água, não passaste depois o pano húmido e depois o seco, como eu te disse para fazeres. Está cheio de riscos, só passaste o pano húmido, foste preguiçosa para acabares mais depressa. Achas que não se vê, não pensas na chave do céu?» Claro que pensava nela, especialmente quando aldrabava. Mas fui preguiçosa na mesma, porque achava que de qualquer maneira não se podia fazer tudo como o Senhor queria, senão nem sequer morríamos. E quando nos acontece toda a espécie de desleixos, assim como assim, ainda podemos alombar com mais uns quantos. O Senhor também escolhe

se eu lavar como deve ser. E porque escolhe, pelo menos tenho de arranjar tempo até lá para brincar.

Estava convencida de que a chave do céu podia falar. Que à noite relatava os erros do dia, quando o ar nas redondezas ficava tão negro como ela. Que ela, quando o céu chegava negro à terra, fazia negociatas com os adultos porque era a aldeia deles. Tudo, desde o pó das estradas até ao pico das árvores lhes pertence, pensava eu. As casas e os animais, poços, a estação, a taberna e o terreiro de baile, a igreja e o cemitério. E acima de tudo pertencem-lhes as crianças. Saber que tinha pais significava que lhes pertencia (se calhar como, mais tarde, em adulta, pertencia ao medo que tinha). Nunca tentei puxar a chave do céu para o meu lado. Duas vezes, em todos aqueles anos, encostei uma cadeira à parede, subi lá para cima e passeei os dedos pela chave. Queria verificar se, debaixo da tinta, era mesmo só de madeira. As têmporas, o pulso e o coração latejavam-me até aos dedos dos pés.

No quarto palpitava um silêncio, a chave tinha um toque parecido com a pele de cachorrinhos, com o coração a palpitar na barriga quando pegamos neles do ninho cá para fora, para o ar. O exame confirmou o meu temor, a chave estava viva.

Quando fui para o liceu, na cidade, e já não era perseguida pelo quarto de hóspedes, visitava os meus pais ao fim-de-semana como uma recém-chegada; quando me miravam por cheirar a outros ares e por já não lhes pertencer incondicionalmente, a chave do céu parecia-me um bibelô, uma peça de artesanato do mais barato. Perguntei com toda a naturalidade de onde tinha vindo a chave do céu. E era mais do que tempo, porque se acabou por saber que tinha uma origem miseravelmente trivial, uma origem que me deixou envergonhada da minha

submissão de outros tempos.
A origem foi uma desmontagem da sua importância descaradamente encenada. A chave do céu tinha sido um presente de uma câmara de comércio vienense ao meu avô. Ele tinha sido comerciante de cereais até à Segunda Guerra Mundial e fazia negócios em Viena. Por que razão a tinha recebido, já não sabia ao certo, dizia ele. E quando lhe perguntei porque é que a chave do céu se tornara tão importante naquela casa, se ele já nem sequer sabia por que razão a tinha recebido, respondeu: «Isso não era uma chave do céu, quando a recebi, era uma chave dos cereais. Só se tornou uma chave do céu porque o vizinho, numa partida de cartas, ao ir para casa completamente bêbado, olhou para a parede e disse: “Eh lá, isto é a chave do céu.”» Ao princípio era uma chave dos cereais, provavelmente como prémio para uma colheita excelente, dizia o meu avô.

Aquela chave não era coisa boa, porque nunca foi coisa boa. Foi nomeada pelos seus donos de acordo com o que pensavam. Apesar do seu baixo valor, tendia a assumir aquele papel. A chave dos cereais não se parecia com cereal nenhum; o tamanho, a tinta preta com rebordo dourado, tudo parecia feito para doidos, só era a chave do céu porque o olhar de raspão de um bêbado a baptizou assim. Achava-a lamentável agora. A origem dela pareceu-me a mais idiota que podia haver. Foi preciso algum tempo até conseguir reconhecer que qualquer outra origem teria sido igualmente ridícula, porque não compete a nenhuma peça de madeira do mundo, por muito enfeitada que seja, brincar ao destino. A mim parecia-me que toda aquela aldeia vivia de uma forma assustadoramente descomplicada, não só numa conivência recurvada face a toda a sua insignificância, por meio da superstição e do

Senhor, mas também numa cumplicidade bajuladora com o chão – numa submissão ao destino, na verdade arrogante, que não só aceita todo o tipo de morte como ainda a exige.

Dizia-se na aldeia: «O céu corre.» Na realidade, ele era todos os dias o mesmo, diferente. E eu pensava, faz correr os mortos de um lado para o outro, não lhes dá descanso, como um sargento faz com os recrutas na tropa. Nem os mortos podem perder o medo do céu, achava eu, não podem esquecer que morreram como castigo pelo somatório de todos os passos em falso na vida. As coisas não lhes podem correr melhor no céu, senão a morte não chega a ser um castigo maior do que o trabalho em campos teimosos, debaixo de calor abrasador ou com geada.

Nos meus primeiros anos de cidade, o céu não me preocupou, era demasiado fragmentado e eu estava contente por ter escapado às fantasias de uma criança que não tinha tido um único livro de contos de fadas, mas que, através da chave do céu, tinha arranjado um substituto, um substituto grosseiro porque a chave não podia delegar nada na irrealidade, não aproveitava as diferenças entre o real e o irreal. Os contos de fadas, dado que nunca estavam no papel, mas sim dentro de casa, faziam parte da vida quotidiana. As imagens aterradoras circulavam por toda a aldeia. Mas depois tinham-se passado 11 anos na cidade, e eu vivia no edifício do meio dos três «blocos-torre», era assim que se chamavam. No quinto andar de um caixote de betão, na periferia da cidade. Das janelas dos quartos via-se o estádio, da janela da cozinha o hospital distrital, que era conhecido pelos saltos das janelas das pessoas cansadas de viver. E entre os dois edifícios o campo insinuava-se até ao último carreiro de asfalto. E por cima o céu vazio. Era cinzento alaranjado das fábricas. A janela ficava mais alta do que ele, para olhos da planície era ao

contrário. Eu via o céu como um pântano. Como o apartamento cruzava pelo meio dele, ficava encostado directamente à janela, caía no prato à hora da comida. Talvez estas imagens não me tivessem surgido se os vizinhos voláteis, os colegas de escritório, os agentes dos serviços secretos, não tivessem trabalhado com o meu medo. Não era o céu, mas sim a incerteza. Na barriga do céu, eu abria e fechava o frigorífico, o guarda-fatos, lavava-me e penteava-me, comia e dormia. Sentia-me demasiado no alto, no ar, porque lá em casa as coisas apareciam muitas vezes mudadas quando chegava. Os serviços secretos controlavam o meu domicílio na minha ausência, passavam um quadro da parede para a cama, mudavam as cadeiras de lugar, rasgavam os cantos de cartazes que estavam na porta do armário, atiravam pontas de cigarro para a sanita. O medo passado da chave do céu pareceu-me, no bloco-torre, uma preparação para o medo que viria a ter. Só que neste nunca podia esperar que os serviços secretos fossem apenas umas companhias cerealíferas a brincar aos deuses. E também não eram de madeira, não estavam pendurados na parede. Eu estava bem pregada.

Os termos «palavra-chave, cena-chave, experiência-chave», quando os ouvia, soavam-me de forma perturbadoramente adequada a palavras, a cenas e experiências que são decisivas e têm consequências. Todas as palavras com «chave» não tinham nada de simbólico, eu e elas sabíamos que elas lidavam com a arrogância da chave do céu. E pasmei quando ouvi pela primeira vez a palavra «criança-chave». Fiquei estupefacta e senti-me apanhada em flagrante. Num sentido completamente diferente, eu pertencia mais à chave do que ela a mim. Teria precisado da palavra «criança-chave» na aldeia e não a conhecia.

E quanto à expressão fixa «a céu livre», tive de corrigi-la de imediato mentalmente: «a céu aberto». Na aldeia nunca se falava do céu livre. Todo o trabalho era feito lá fora, de libertador não tinha nada, o trabalho era pesado. Acerca do céu da aldeia diziam-se frases práticas, constatações que se prendiam com o estado do tempo. Quando se ouve as palavras de lá, são bonitas, não propositadamente, mas inconscientemente bonitas: o céu corre. O céu vira. O céu encolhe. O céu pesa. O céu remexe. O céu tem sede. «A céu livre» só se dizia na cidade. Mas não era livre um único dia, só estava aberto. Até hoje digo «a céu aberto».

No meio de um interrogatório, o inspector dos serviços secretos disse-me com voz ciciada: «Quem é limpo no vestir não pode chegar imundo ao céu.» Foi no Verão, eu tinha uma blusa nova, estava particularmente bem maquilhada, como sempre que recebia ordens para ir à humilhação. Queria ter boa aparência. Hoje só posso especular por que razão isso era tão importante para mim. Naquela época, arranjava-me bem automaticamente, ficava muito tempo ao espelho. Talvez estivesse a arranjar um adiantamento de firmeza, que no interrogatório desaparecia tão depressa, como bagagem roubada. Mas aparecer toda arranjada no interrogatório deve ter sido um trunfo contra o asco perante a impotência. Sentia-me até orgulhosa quando o inspector disse aquilo. «Quem é limpo no vestir não pode chegar imundo ao céu» era a ameaça de morte mais bonita que ele tinha formulado. Porque pelo menos havia qualquer coisa que me dizia respeito a mim, pelo menos concedia que, apesar do trabalho com o meu medo, ainda estava suficientemente intacta para trabalhar a minha aparência. Percebi a frase de imediato em todos os seus recantos não ditos. Conhecia bem pessoas destroçadas, ex-pedantes, que já não conseguiam tomar

conta da aparência. E aquele que os quebrou conhecia decerto inúmeros casos de pessoas que já não tinham força para se manterem elegantes, porque já estavam desapossadas de si.

A estação para emigrar era perto da fronteira húngara, era uma estação fronteiriça pequena. Éramos cerca de 20 pessoas, à espera do comboio numa obscura sala das traseiras, sob vigilância policial. Não podíamos sair da sala de espera, e só podíamos ir para o cais com ordem dos polícias. Depois da última ameaça na escada para a carruagem: havemos de te apanhar, estejas onde estiveres, sentei-me naquele comboio como um casacão sem gente lá dentro, como se tivesse caído outra vez numa armadilha nova dos fazedores de medo. O comboio zunia, estávamos em Fevereiro, um fim de tarde precocemente escuro, os flocos de neve empurravam ao longo da linha a sua furtiva luz branca, o comboio era mesmo um comboio e nós íamos mesmo a andar. Mas eu não acreditava completamente que estávamos a andar, que o andamento me estivesse a levar mesmo daquele país para fora.

Contudo, o comboio estava já na Hungria. E ao lado da linha corriam ervas de Inverno húngaras, flocos de neve húngara, lampiões de rua húngaros. E quando clareou, era o céu austríaco, corvos austríacos, sebes austríacas e choupos nus. A região em movimento não estava interessada na liberdade. Tudo crescia sem imaginação, à romena. O comboio partira, mas a paisagem permanecia a mesma, apesar da distância, não tinha planos a propósito das diferenças entre ditadura e liberdade. As fronteiras punham as pessoas contra a paisagem e contra o cérebro e a sua razão. Mas pela primeira vez era bom que elas existissem. De outra forma não podia ter ido parar a outro país naquela paisagem contínua, pensei. Se me havia de

trazer algo de útil, era incerto. E estes choupos austríacos nus passavam-me pelos olhos, mas tocavam naquela primeira liberdade da cabeça uma canção do vento: havemos de te apanhar, estejas onde estiveres.

Um dia, vivia eu já em Berlim há um ano, fui intimada a comparecer nos serviços de segurança do Estado. Citaram-me o nome de um romeno que me era desconhecido, mostraram-me a fotografia dele e um caderno de notas, onde constava o meu nome e morada. Os serviços de segurança suspeitavam que o homem estivesse em Berlim a mando dos serviços secretos romenos com uma missão de assassinato. Advertiram-me para ter cuidado com bares onde houvesse pessoal romeno duvidoso. Na Roménia, em Timisoara, onde vivi até à minha partida, existe ainda hoje uma fábrica de sumos de fruta. O dono é o homem que foi preso na altura em Berlim por causa de missões de assassinato. O volátil de então é hoje um dos empresários, um dos muitos empresários, banqueiros, políticos, professores universitários, cujo estatuto do tempo da ditadura lhes permitiu utilizar o seu capital e influência para o arranque da economia de mercado. Os fazedores de medo de então trazem o país para a Europa.

Parece que o sumo de fruta de Timisoara sabe bem, ao que ouço dizer. Não hei-de prová-lo, senão bebo com ele um medo que já nem sequer tenho.

Nota à publicação

Alguns dos textos foram já publicados noutros locais ou tiveram origem em conferências.

«Cada língua tem olhos diferentes», «O rei faz vénia e mata», bem como «Quando nos calamos, tornamo-nos incómodos – quando falamos, tornamo-nos ridículos» foram conferências proferidas no âmbito das Palestras de Poética da Universidade de Tübingen, em 2001.

«Agarrar uma vez – largar duas vezes» foi escrito para uma conferência, lida no âmbito das Palestras de Poética da Universidade de Tübingen, subordinadas ao tema «Futuro! Futuro!», em 2000.

«A ilha fica dentro – a fronteira fica fora» teve origem num discurso pronunciado por ocasião do Colóquio de Badenweiler «Inselglück» [Felicidade na ilha], em 2001.

«Cá na Alemanha» teve origem no discurso proferido no contexto das conferências Römerberggespräche, em Frankfurt, no ano de 2000.

Índice

Capa
Ficha Técnica
Cada língua tem olhos diferentes
O rei faz vénia e mata
Quando nos calamos, tornamo-nos incómodos – quando falamos, tornamo-nos ridículos
Agarrar uma vez – largar duas vezes
O Olhar Estranho ou A vida é um peido no lampião
A flor vermelha e a cana
A ilha fica dentro – a fronteira fica fora
Cá na Alemanha
Quando anda coisa no ar, normalmente não é coisa boa
Nota à publicação